

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

**Funcionalismo e Behaviorismo sobre Predicações
Psicológicas Ordinárias: Esboço de uma Abordagem,
Discussão Crítica e Novos Paralelos**

Filipe Lazzeri Vieira

Brasília

2011

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

**Funcionalismo e Behaviorismo sobre Predicações
Psicológicas Ordinárias: Esboço de uma Abordagem,
Discussão Crítica e Novos Paralelos**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Filosofia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em Filosofia

Filipe Lazzeri Vieira

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Coelho Abrantes.

Área de concentração: Filosofia.

Subárea de concentração: Lógica, Linguagem e Filosofia da Mente.

Brasília
2011

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

**Funcionalismo e Behaviorismo sobre Predicações
Psicológicas Ordinárias: Esboço de uma Abordagem,
Discussão Crítica e Novos Paralelos**

Filipe Lazzeri Vieira

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Cesar Coelho Abrantes (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Luiz Henrique de Araújo Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)

Prof. Dr. Jorge Mendes de Oliveira-Castro Neto (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Felipe Santiago Amaral (Universidade de Brasília, membro suplente)

Brasília

2011

Agradecimentos

Agradecemos, em especial: à CAPES, pela bolsa de mestrado; ao Prof. Paulo C. Abrantes, pelas conversas filosóficas e contribuições referentes à orientação deste trabalho; ao Prof. Luiz Henrique de Araújo Dutra, pelas conversas filosóficas e participação na banca de defesa; ao Prof. Jorge M. Oliveira-Castro, pelas colaborações e conversas filosóficas, bem como pelos comentários na banca de qualificação deste trabalho e pela participação na banca de defesa; ao Prof. Felipe S. Amaral, pelos comentários a uma penúltima versão do Capítulo III, conversas filosóficas, comentários na banca de qualificação deste trabalho e participação como membro suplente na banca de defesa; ao Prof. Nelson G. Gomes e a Rafael dos Reis Ferreira, pelos comentários a uma versão inicial do Capítulo II; ao Prof. Gabriele Cornelli, pela solicitude como coordenador do PPG; ao Prof. Alexandre Costa-Leite, Antonio F. Marques Neto, Prof. Eros M. de Carvalho, Gabriel Lelis, Prof. Herivelto P. Souza, Prof. Hilan Bensusan, Jessica Franco de Carvalho, João Costa Ribeiro Neto, Prof. Julio Cabrera, Prof. Osvaldo Pessoa Junior, Thiago Rodrigo O. Costa e Tomas R. Cardoso, pelas conversas filosóficas.

Resumo

Este trabalho (1) apresenta um esboço de uma abordagem funcionalista e comportamental sobre como as predicções psicológicas ordinárias de várias categorias (mas não de todas elas) desempenham suas funções de explicar e prever comportamentos. Também (2) faz uma comparação desta abordagem com a versão de funcionalismo de Armstrong e Lewis e com aquela de Dennett, bem como salienta alguns paralelos novos entre funcionalismo e behaviorismo em sentido mais geral. Além disso, o trabalho (3) procura mostrar que as objeções desses autores a perspectivas comportamentais a respeito não são cogentes relativamente àquela particular que sugerimos, e que as abordagens deles enfrentam algumas dificuldades. Segundo a perspectiva aqui delineada, parcialmente com base no behaviorismo teleológico de Rachlin, as predicções relativas ao que têm frequentemente sido chamado de atitudes proposicionais, bem como aquelas relativas a afecções e a traços de caráter, têm, tipicamente, como condições de verdade, relações estendidas no tempo (incluindo, em alguns casos, relações presentes) entre comportamentos do organismo ou sistema inteiro e circunstâncias do ambiente maior. Utilizamos as noções de *operante* e de *respondente* como auxílio para caracterizar e elucidar essas relações. Os comportamentos que formam tais relações, sugerimos, não são necessariamente manifestos. A abordagem contrapõe-se ao que é aqui chamado de mentalismo, isto é, à ideia de que as predicções em questão desempenham seus papéis pela designação, em geral, de entidades próprias do interior do corpo (sejam concebidas como entidades físicas ou não), entendidas como causas eficientes dos comportamentos que supõem explicar ou prever. Concordamos com o teleofuncionalismo, tomado de modo neutro e moderado, que as condições de verdade dessas predicções costumam ser entidades que possuem funções como resultado de certos tipos de histórias. É também aqui argumentado que, apesar de a tese da múltipla exemplificabilidade (ou realizabilidade), o holismo e o funcionalismo acerca de predicções em questão serem teses frequentemente formuladas supondo-se o mentalismo, elas são, na verdade, independentes dele, e, mais do que isso, compatíveis com a abordagem delineada.

Palavras-chave: Predicções psicológicas; Funcionalismo; Behaviorismo; Comportamento; Função; Múltipla exemplificabilidade; Holismo; Mentalismo.

Abstract

This work (1) presents a sketch of a functionalist and behavioral account of how ordinary psychological predications of several (but not all) categories perform their functions of explaining and predicting behavior. It also (2) compares this approach with Armstrong and Lewis' version of functionalism, as well as with that of Dennett, besides pointing out some new parallels between functionalism and behaviorism at a general level. Furthermore, the work (3) attempts to show that the objections raised by these authors against behavioral accounts pose no serious threat to the one we propose, and also that their approaches face some difficulties. According to the view here outlined, partially based upon Rachlin's teleological behaviorism, predications associated with the so called propositional attitudes, as well as those associated with affections and character traits, typically have as truth conditions relations extended in time (including, in some cases, current ones) between behaviors of the whole organism or system and circumstances of the larger environment. We take advantage of the notions of *operant* and *respondent* to characterize and elucidate these relations. Behaviors that make up such relations, we suggest, are not necessarily overt. The approach opposes what is here called mentalism, that is, the idea that ordinary psychological predications perform their roles by designating, in general, inner entities (whether conceived of as physical or not), understood as efficient causes of the behavior they are supposed to explain or predict. We agree with teleofunctionalism taken neutrally and moderately that the truth conditions of these predications usually have functions as a result of certain sorts of histories. It is also argued here that although the theses of multiple realizability, holism and functionalism about such predications are often formulated assuming mentalism, they are actually independent of it, and more than that, consistent with the outlined approach.

Keywords: Psychological Predications; Functionalism; Behaviorism; Behavior; Function; Multiple realizability; Holism; Mentalism.

SUMÁRIO

Agradecimentos	iv
Resumo	v
<i>Abstract</i>	vi
INTRODUÇÃO	1
O problema do funcionamento das predicações psicológicas ordinárias	1
Justificativa	5
Objetivos gerais	6
Método	7
Estrutura	7
CAPÍTULO I – ESBOÇO DE UMA ABORDAGEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DE PREDICAÇÕES PSICOLÓGICAS ORDINÁRIAS	11
1.1. O behaviorismo teleológico de Rachlin sobre as predicações psicológicas ordinárias	12
1.2. Mereologia das predicações psicológicas ordinárias	18
1.3. Relações entre comportamentos e contextos como condições de verdade de predicações psicológicas ordinárias	22
1.4. Sobre a ênfase de Rachlin em comportamentos manifestos	33
1.5. O caráter teleológico de predicações psicológicas ordinárias	41
1.6. Considerações finais deste capítulo	52
CAPÍTULO II – MÚLTIPLA EXEMPLIFICABILIDADE, HOLISMO E FUNCIONALISMO SOBRE PREDICAÇÕES PSICOLÓGICAS ORDINÁRIAS: SERÃO ESSAS TESES INCOMPATÍVEIS COM UMA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL?	58
2.1. Formulações mentalistas da múltipla exemplificabilidade, do holismo e do funcionalismo	59
2.2. Neutralidade das três teses em questão relativamente ao mentalismo	64
2.3. Compatibilidade das três teses em questão com um behaviorismo teleofuncional	68
2.4. Considerações finais deste capítulo	71
CAPÍTULO III – UM EXAME DA TEORIA CAUSAL DA MENTE DE ARMSTRONG E LEWIS	73
3.1. A teoria causal da mente de Armstrong e Lewis	73

	viii
3.2. Paralelos	80
3.3. Respostas a objeções de Armstrong e Lewis	86
3.4. Objeções à abordagem de Armstrong e Lewis	94
CAPÍTULO IV – UM EXAME DA ABORDAGEM DE DENNETT	101
4.1. A abordagem de Dennett	101
4.2. Paralelos	109
4.3. Respostas a objeções de Dennett	112
4.4. Objeções à abordagem de Dennett	115
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

INTRODUÇÃO

Começamos este trabalho expondo: (i) a problemática em torno da qual ele gira; (ii) algo da importância desta; (iii) nossos objetivos gerais nele; (iv) o método que adotamos nele; e (v) sua estrutura.

O problema do funcionamento das predicções psicológicas ordinárias

O problema abordado neste trabalho diz respeito às predicções psicológicas ordinárias, ou seja, predicções formadas por conceitos ordinários que, normalmente, são entendidos como sendo psicológicos ou mentais. Seguindo algumas das caracterizações usuais (não todas elas) em filosofia da mente¹, podemos agrupar os predicados psicológicos ordinários em pelo menos quatro categorias (ou subconjuntos), em uma classificação aproximativa: (a) a de predicados psicológicos intencionais; (b) a de predicados relacionados a afecções; (c) a de predicados para os assim chamados processos cognitivos; e (d) a daqueles para traços de personalidade ou caráter. Portanto, interessa-nos, neste ensaio, predicções formadas por tais tipos de conceitos. Com essa classificação², pretendemos indicar, de uma maneira não exaustiva, a gama de conceitos ordinários que podem ser entendidos como sendo psicológicos ou mentais, agrupando-os segundo aspectos que frequentemente se considera – embora sem amplo consenso – compartilharem. Note-se que nem todas as acepções de cada um desses predicados se encaixam em apenas uma dessas categorias. Além disso, sendo apenas aproximativa, tal classificação não é necessariamente uma delimitação de categorias exclusivas ou sem interfaces, ou seja, pode haver características comuns entre elas.

A categoria (a) é formada por predicados tais como ‘...achar que...’, ‘...querer que...’, ‘...tencionar...’, ‘...esperar que...’, entre outros, que possuem relação com fenômenos que exibem intencionalidade (no sentido filosófico do termo), ou seja, com fenômenos que são sobre algo ou dirigidos a algo, e este algo não necessariamente existir ou acontecer. Uma opinião é de que algo é o caso, possivelmente algo que, na verdade, não o é; alguém pode querer algo, mas este algo não acontecer; e assim por diante. Tal propriedade é vista refletir-se na opacidade referencial dos enunciados formados por esses predicados; isto é, estes não obedecem de modo estrito à Lei da Substituição de Idênticos de Leibniz, segundo a qual a

¹ Cf., por exemplo, Leclerc (2010), Maslin (2007, p. 7ss) e Rowlands (2003, p. 123ss).

² Para outras classificações, cf., por exemplo, referências da nota anterior.

substituição de uma expressão, em um enunciado declarativo, por outra e que seja codesignativa, forma um enunciado preservando o valor de verdade do primeiro³. Por exemplo, o enunciado “Édipo quer bater em Laio” pode ser verdadeiro, mas ser falso “Édipo quer bater em seu pai”, ainda que o termo 'Laio' esteja sendo substituído por uma expressão codesignativa. Os predicados desta categoria costumam ser subdivididos em predicados epistêmicos (como o de ‘...ter a opinião de que...’) e conativos ou afetivos (como o de ‘...querer que...’). Julgamos ser pertinente a qualificação de ‘psicológicos’ na denominação desta categoria, ao invés de falarmos, simplesmente, em ‘predicados intencionais’, em razão de, segundo alguns autores, como Armstrong (1984) e Millikan (1993a), a intencionalidade não ser uma propriedade apenas de fenômenos psicológicos, mas, antes, uma propriedade dispersa na natureza – por exemplo, em órgãos corporais, artefatos, etc. – tanto quanto em alguns dos fenômenos psicológicos⁴. Uma terminologia ainda recorrente é a de predicados para “atitudes proposicionais”, mas preferimos evitá-la, porquanto oferece problemas, tais como aqueles relacionados ao fato de não ser consensual que crenças, intenções, etc. sejam atitudes com relação a proposições, e a própria noção de proposição, como é sabido, é objeto de reticências da parte de muitos filósofos; alguns, como Glock (2001) e Rundle (2001), inclusive questionam que os predicados em questão sejam invariavelmente analisáveis sob a forma lógica ‘s *P* que *p*’, em termos da qual a ideia de atitude proposicional geralmente é caracterizada.

A categoria (b) é formada por predicados relacionados a sensações, tais como ‘...sentir dor em...’, ‘...sentir coceira em...’, ‘...sentir latejo em...’, ‘...sentir formigamento em...’, etc.; a apetites, tais como ‘...ter fome’ e ‘...ter sede’; a emoções, tais como ‘...estar com calor’, ‘...estar magoado com...’, ‘...ter raiva de...’ e ‘...ter ciúme de...’; e humores, tais como ‘...estar com o sentimento de tristeza’, ‘...estar com o sentimento de alegria’, ‘...estar melancólico’, etc. Julga-se que esses conceitos costumam estar, de alguma maneira, relacionados a fenômenos com propriedades qualitativas ou fenomênicas ou, ainda (em terminologia também similar), *qualia*. Quando alguém está sentindo calor, frio, dor ou irritação, por exemplo, sente, em alguns momentos, reações que ocorrem involuntariamente, que têm intensidade (sente-se muito ou pouco frio, dor, irritação, etc.) e que são agradáveis ou desagradáveis. Tende-se a

³ Cf., por exemplo, Chisholm (1957, p. 168-172), Dennett (1969, p. 20ss) e Quine (1960, p. 141ss).

⁴ Há autores que discordam disso, dentre os quais Dretske (1988) e Searle (1980). No entanto, como procuramos uma delimitação bastante neutra de (a), a simples possibilidade de que haja intencionalidade em fenômenos não psicológicos justifica a denominação.

considerar que os fenômenos aos quais esse subconjunto de conceitos diz respeito possuem uma dimensão subjetiva por excelência, o que Nagel (1974) expressa em termos de poder-se perguntar como é estar neles⁵. Alguns autores supõem que haja *qualia* específicos de sentir dor, raiva, estar alegre, tenso, etc., o que, no entanto, é objeto de discussão⁶. Discute-se também se tais propriedades são condições necessárias para a aplicação verídica dos predicados em geral desta categoria (ao invés de serem apenas costumeiras, em menor ou maior grau), a começar por não ser claro se fenômenos como os de ter fome, sede, prazer com uma partida de xadrez ou admirar alguém sejam sempre, e não apenas eventualmente, formados por elas⁷.

Os conceitos de tipo (c) são aqueles relacionados (em uma ou mais de suas acepções, mas não em todas), dentre outros fenômenos, aos do pensar, como ‘...raciocinar...’ e ‘...refletir...’; lembrar, como ‘...lembrar...’ e ‘...recordar...’; perceber, como ‘...ver...’ e ‘...ouvir...’; e ter “quase percepções”, como ‘...sonhar...’ e ‘...imaginar...’. Tende-se a julgar que se referem a processos que resultam em produção e mudança de fenômenos relacionados às categorias (a) e (b). Parte desses predicados é, muitas vezes, concebida como estando associada a *qualia*, sobretudo a subcategoria do perceber; no entanto, pelo menos considerando-se *qualia* como reações involuntárias e com graus de intensidade, pode-se contestar que formem o perceber em geral, se o que percebemos (cores, texturas, sons, etc.) for entendido como sendo objetos e propriedades inteiramente fora do corpo⁸. Deixando de lado a questão de se subscrevem ou não a categorias psicológicas ordinárias mais gerais, queremos apenas indicar esse amplo leque de conceitos que, aparentemente, apresentam aspectos peculiares. Por exemplo, raciocinar, ver, ouvir, recordar e alucinar são, tipicamente, acontecimentos ou processos momentâneos, o que não é característico de opiniões, querer, almejos e atributos similares. Falar aqui em processos, no entanto, não significa necessariamente que se trate de processos próprios de alguma parte do corpo (como os processos do fígado), uma vez que isso é objeto de discussão⁹.

A categoria (d) é aquela que engloba predicados que associamos a traços de caráter ou

⁵ Cf. também, por exemplo, Abrantes (2005) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 129-130).

⁶ Cf., por exemplo, Chalmers (1995, p. 201), para o primeiro caso, e Hacker (2002) e Malcolm (1984, p. 56-58), para discussão.

⁷ Cf., por exemplo, Bennett e Hacker (2003, p. 203-205).

⁸ Cf., por exemplo, Armstrong (1984, p. 169ss), Hacker (2002) e Ryle (1951).

⁹ Por exemplo, para os autodenominados neorealistas acerca deles, são fenômenos constituídos, literalmente, por objetos fora do corpo (em alguns casos, objetos de circunstâncias passadas). Cf. Tonneau (2004). O externismo ativo ou de veículo de Rowlands (1999, 2003) e Clark e Chalmers (1998) apoia uma visão similar.

personalidade (sem que, no entanto, se pressuponha que se apliquem apenas a pessoas, no sentido comum do termo), tais como ‘...ser inteligente’, ‘...ser organizado’, ‘...ser agressivo’, ‘...ser modesto’, ‘...ser sagaz’, ‘...ser gentil’, ‘...ser alegre’, ‘...ser raivoso’, ‘...ser pensativo’, etc. Eles não pedem um complemento verbal, sendo, em geral, predicados de um lugar (ou monádicos), e, portanto, não têm a forma daqueles da categoria (a). Além disso, é suficientemente claro que não são relativos a emoções ou outras afecções, mesmo porque inúmeros deles não costumam estar associados a *qualia*, portanto não sendo da categoria (b). Alguns deles, no entanto, envolvem conceitos de (b) em nível de segunda ordem, alguém tendo um caráter raivoso sendo relativo ao estar com raiva seguidamente, um caráter alegre ao estar alegre com frequência, e assim por diante. Alguns outros envolvem predicados de (c) em nível de segunda ordem, alguém sendo pensativo dizendo respeito ao pensar seguidamente, sendo imaginativo ao imaginar determinados tipos de coisas mais frequentemente do que a média, e assim por diante. Isso não significa necessariamente que os predicados de (d) sejam de modo geral de segunda ordem em relação a outras das categorias, havendo alguns que, pode-se argumentar, não possuem tal paralelo, como ‘...ser inteligente’, ‘...ser organizado’ e ‘...ser modesto’. Esta categoria vem sendo (embora com exceções) relativamente obliterada na área (inclusive, não é algo que ocorra muitas vezes se elencá-la entre as modalidades psicológicas); isso talvez em razão de vários de seus conceitos serem de segunda ordem em relação a outros conceitos psicológicos, de não se encaixarem plenamente nas classificações mais usuais (que relacionam os conceitos psicológicos a coisas que tenham ou intencionalidade ou *qualia*), ou de não serem considerados suficientemente psicológicos, apesar de dizerem respeito a traços que, nos contextos ordinários, tomamos como psicológicos e que são de interesse da psicologia.

Algo em comum a esses predicados, de (a) a (d), é constituírem uma ferramenta ordinária para a explicação e a predição dos comportamentos humanos e de outros animais. Alguns autores chegam a considerar (de diferentes maneiras) que essa linguagem é uma teoria de senso comum do comportamento¹⁰. Há bastante consenso de que, compondo ou não aquilo que poderia ser caracterizado como uma teoria¹¹, esses predicados desempenham as funções centrais de prover explicações e predições de comportamentos. Quando dizemos, por exemplo, que um pássaro voará em direção a uma determinada árvore porque ele acha que ali

¹⁰ Cf., por exemplo, Churchland (1988), Fodor (1968), Millikan (1993b) e Sellars (1963).

¹¹ Sobre tal questão, cf., por exemplo, Abrantes (*no prelo*), Dennett (1991b) e Bennett e Hacker (2003, p. 367-372).

há frutas e porque está com fome, está-se inferindo preditivamente um comportamento deste pássaro. Quando dizemos que uma pessoa dedica grande parte do seu tempo a atividades filosóficas porque tem o propósito de escrever uma obra filosófica extensa e é alguém empenhado, está-se oferecendo uma explicação daqueles comportamentos (atividades) da pessoa, proporcionando alguma inteligibilidade a eles, para alguém que não a conheça.

Uma questão filosófica central sobre esses predicados é: em que consiste um comportamento ser explicado ou predito em termos deles? Dito de outro modo, o que quer dizer alguém satisfazer predicções nas quais se atribuem crenças, propósitos, humores, traços de personalidade e atributos similares? Isso pode ser entendido como uma maneira de se formular uma das questões mais gerais da filosofia da mente, sobre o que é mente, ou, ainda, o que são atributos psicológicos (quais são suas características básicas). Esta formulação não é tão diretamente ontológica quanto as formulações mais tradicionais – a fim de buscar-se mais neutralidade (evitar-se pressuposições problemáticas de antemão) –, mas com interesse similar por características básicas associadas àquilo que possamos denominar com tal vocabulário.

Esta questão envolve perguntas tais como: será que as predicções psicológicas ordinárias desempenham suas funções pela designação de entidades próprias do interior do corpo, como, por exemplo, entidades cerebrais? Será que, antes, designam fenômenos de tipo comportamental? Serão essas predicções multiplamente exemplificáveis?

Justificativa

A questão sobre o funcionamento das predicções psicológicas ordinárias consiste em um problema importante, na medida em que não é algo claro como isso se dá, mas elas permeiam desde nossas práticas cotidianas de entendimento uns dos outros, até várias áreas da filosofia e determinadas decisões metodológicas em algumas ciências. É algo vago como elas funcionam, ou, dito de outro modo, o que são fenômenos tais como os de tencionar algo, ter uma emoção, ter um traço de caráter e similares, nesses próprios âmbitos. Nas práticas cotidianas, há apenas um domínio tácito de como esses conceitos operam; em várias áreas da filosofia, há divergências a respeito; nas ciências sociais, na psicologia e em ciências do comportamento em geral (não querendo, contudo, implicar nisso uma distinção entre filosofia e ciência, que estão mutuamente imbricadas), há programas de pesquisa que adotam pressupostos ou chegam a sugestões contrastantes a respeito. A descoberta de algumas das

características dessas categorias pode render-nos frutos como os de aguçarmos a percepção dos fenômenos a elas verdadeiramente relacionados, evitarmos equívocos em seu uso e sermos bem guiados em certas decisões metodológicas que as envolvem em algumas ciências¹².

Objetivos gerais

Os objetivos gerais deste trabalho são: delinear o esboço de uma abordagem sobre o funcionamento das predicções psicológicas ordinárias, como resposta ao problema; traçar paralelos entre ela e algumas outras abordagens; e fazer uma discussão crítica tanto da abordagem delineada como dessas outras. Pelo referido esboço, entendemos um conjunto de teses apoiadas por argumentos, a ser aprimorado e expandido. O traçar paralelos, aqui, é o argumentar que certas similaridades e certos contrastes se dão. A discussão crítica é um diálogo regido por princípios lógicos e de argumentação compartilhados, envolvendo o avanço de argumentos e o exame de objeções¹³.

Mais especificamente, nossos objetivos gerais são: (1) apresentar o esboço de uma abordagem sobre essas predicções, baseada no behaviorismo teleológico de Rachlin (1994, 1995, 2005, 2007) e em algumas contribuições de Ryle (1949) e Skinner (1953, 1969a, 1976), dentre outras; (2) comparar essa abordagem com aquela que encontramos em Lewis (1966, 1972, 1980) e Armstrong (1968, 1984, 1999), também chamada de teoria causal da mente, e com o teleofuncionalismo (ou funcionalismo teleológico), particularmente aquele que encontramos em Dennett (1969, 1978a, 1987a) e que corresponde a uma parte de sua teoria dos sistemas intencionais, além de salientar alguns paralelos entre funcionalismo e behaviorismo em sentido mais geral; e (3) examinar as principais objeções que a teoria causal da mente e a abordagem de Dennett têm ao tipo de perspectiva que pretendemos (de maneira modesta) sustentar, reconstituindo essas objeções e procurando respondê-las, bem como (de nossa parte) apontar algumas objeções a suas abordagens.

O ensaio tem um foco gradual em relação às diferentes categorias psicológicas ordinárias; a saber, um maior na categoria (a), um mais atenuado em (b) e (d), e um menor e pequeno em (c). Há um foco maior na categoria (a) na medida em que examinamos grande parte das principais objeções à perspectiva que sugerimos quanto a essa categoria, além de

¹² Cf., por exemplo, Ryle (1949, p. 7-8) e Strawson (1992, p. 2ss).

¹³ Sobre a noção de discussão crítica, cf. Walton (1989, p. 3ss).

esta ser o âmbito da abordagem de Dennett (porquanto estamos considerando, aqui, apenas sua parte relevante da teoria dos sistemas intencionais, e não sua teoria da consciência). O foco em (b) e (d) é atenuado porquanto, neste trabalho, não é nosso objetivo avaliar todas as principais objeções ao que sugerimos sobre a categoria (b), não tendo ainda uma abordagem relativamente geral dela; por conseguinte, também não de (d). No entanto, julgamos que a tentativa de tratar de uma das categorias necessariamente carrega pressupostos quanto às outras, de modo que é de nosso interesse explicitar pelo menos parte de como as entendemos, procurando elucidar algumas de suas características. Quanto ao fato de a categoria (c) constituir foco pequeno neste ensaio, tal opção dá-se porque as várias subcategorias dela possuem, a nosso ver, particularidades que merecem considerações à parte, e porque ainda não nos posicionamos inteiramente sobre certas feições mais básicas delas, senão apenas sobre algumas mínimas (embora cremos que suficientemente para nossos objetivos).

Método

O método que adotamos para esse empreendimento compreende: (i) estudo dos textos relevantes dos autores mencionados e de alguns textos correlatos, expondo e comparando raciocínios e teses de interesse para o trabalho; (ii) reconstituição de alguns dos principais argumentos, desvendando as conexões entre suas premissas e, de modo mais geral, as estruturas lógicas deles; (iii) análises de alguns aspectos das categorias em questão, a partir de algumas análises desenvolvidas por outros autores, sobretudo (embora não apenas) Ryle (1949) e Bennett e Hacker (2003); e (iv) construção e avaliação de argumentos, com base, parcialmente, em tais análises e na consideração de algumas categorias científicas, como as de *operante*, *respondente*, *seleção pelas consequências* e *exaptação*. Trata-se, assim, de procedimentos mutuamente relacionados.

Estrutura

No Capítulo I, delineamos a referida abordagem. Na seção (1.1), fazemos uma exposição dos aspectos gerais do behaviorismo teleológico de Rachlin. Em (1.2), apoiamos sua visão sobre a mereologia destas predicções. Em (1.3), através, em parte, de uma comparação com algumas análises de Ryle, apoiamos a ênfase de Rachlin em padrões de comportamento como condições de verdade delas. Ponderamos, entretanto, que padrões respondentes de comportamento, e não apenas padrões operantes, costumam formar, também, tais condições

(o que, a nosso ver, não é claro na abordagem de Rachlin), sobretudo em casos (embora não todos) da categoria (b). Sustentamos, além disso, em (1.2) e (1.3), *ipso facto*, a rejeição de Rachlin – a qual já encontramos em Ryle e Skinner – do que, neste trabalho, chamamos de mentalismo, isto é, da ideia de que as predicções em questão desempenham suas funções de explicar e prever comportamentos pela designação, em geral, de entidades próprias do interior do corpo (sejam físicas ou não) e que causam eficientemente esses comportamentos¹⁴. Em (1.4), fazemos uma ponderação à ênfase de Rachlin em comportamentos manifestos, levantando a hipótese de que, na verdade, há fatores não manifestos envolvidos, ainda que apenas em parte e apenas em alguns casos, na veracidade de tais predicções. Ou seja, alentamos a ideia de que alguns fenômenos psicológicos¹⁵ envolvem comportamentos não manifestos, de modo semelhante a Skinner, embora sem a ideia deste autor de que sejam, em tais casos, fenômenos privados. Em (1.5), com base na análise etiológica da noção de função, sugerimos uma interpretação evolucionista da teleologia de Rachlin, assim aproximando-a do teleofuncionalismo (mas sem mentalismo). Dependendo de como entendemos exatamente sua teleologia, nossa proposta é, basicamente, uma tentativa de erguer a veste aristotélica que dá a um fundo evolucionista. A partir das considerações feitas ao longo do capítulo, resulta uma perspectiva alternativa. Por fim, em (1.6), resumimos as considerações precedentes e acrescentamos algumas qualificações sobre o caráter desta.

No Capítulo II, tratamos de três teses, a saber, a da múltipla exemplificabilidade ou realizabilidade (*multiple realizability*), a do holismo e a do funcionalismo acerca de predicções psicológicas ordinárias. Essas teses, conforme procuramos mostrar em (2.1), são frequentemente formuladas pressupondo-se, de antemão, o mentalismo acerca de tais predicções. Exploramos, em (2.2) e (2.3), a possibilidade de que, na verdade, se trata de teses independentes do mentalismo, e, mais do que isso, compatíveis com a perspectiva que

¹⁴ Em outras palavras, para o mentalista, os propósitos, emoções, raciocínios, traços de personalidade, etc. são coisas, em geral, localizadas em alguma parte do corpo (frequentemente considerada o cérebro) e que determinam os comportamentos (ao invés de serem formados por comportamentos). Por exemplo, para o mentalista, quando uma criança corre diante da presença de um cachorro por ter medo de cachorros e querer proteger-se, o medo e o querer são coisas que ocorrem dentro da criança e que determinam aquele comportamento. Mentalismo, nesta acepção, é uma tese que se assemelha àquela que Rowlands (2003) denomina tese da localização, ao caracterizar o internismo sobre esses fenômenos. Em contraste com tal tese, sugerimos que as predicções em questão não se referem a causas eficientes e próprias do interior do corpo, embora possam remeter, às vezes e não exclusivamente, a elas.

¹⁵ Doravante, empregamos as expressões 'fenômenos psicológicos' e 'atributos psicológicos' no sentido de fenômenos aos quais as predicções psicológicas ordinárias se remetem, isto é, que as tornam verdadeiras. Não estamos supondo, no entanto, que apenas estes sejam psicológicos, de modo que, naquelas expressões, 'psicológicos' é apenas uma forma abreviada da expressão 'designados pelas predicções psicológicas ordinárias'.

apoiamos. Em (2.4), fazemos algumas considerações complementares a esse respeito e resumizamos os resultados gerais que se seguem se nossa linha de raciocínio estiver correta.

No Capítulo III, fazemos um exame da abordagem proposta por Armstrong e Lewis, a qual é um funcionalismo com identidades entre tipos psicológicos e tipos neurofisiológicos (e semelhantes) restritas a populações ou a sistemas. Após uma exposição desta abordagem em (3.1), comparamo-la, em (3.2), com aquela que sugerimos, ressaltando contrastes e similaridades de um modo diferente do que seus autores sugerem ao falarem de behaviorismo. Os aspectos quanto aos quais fazemos a comparação são os seguintes: a noção de comportamento; as conexões das predicções psicológicas ordinárias com comportamentos e o caráter disposicional destas; o estatuto causal ou não destas; o materialismo; e a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo. Como um contraste, ressaltamos, por exemplo, que não compartilhamos com a abordagem de Armstrong e Lewis uma visão mecanicista dos comportamentos ditos voluntários, propositados (*purposive*) ou dirigidos a objetivos. Dentre as similaridades entre as abordagens, está a de ambas serem compatíveis com a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo se estivermos corretos no Capítulo II, a diferença fundamental (e ampla) sendo que a abordagem desses autores é mentalista e trabalha com uma noção de função como papel causal. Feita a comparação, passamos a examinar, em (3.3), as principais objeções formuladas por esses autores (as quais, inclusive, motivam sua abordagem) a perspectivas comportamentais: a objeção da negação do mentalismo; a dos “contrafactuais suspensos no ar”; a de predicções psicológicas ordinárias aplicando-se sem exemplificação de relações comportamentais; e a do “ator perfeito”. Por fim, em (3.4), levantamos várias objeções à abordagem. Por exemplo, argumentamos que comete um equívoco mereológico com relação às categorias psicológicas ordinárias e problematizamos a redução ou teoria da identidade tipos (*types*) que propõe e, também, sua capacidade de distinguir entre funções e meros acidentes.

No Capítulo IV, fazemos um exame da abordagem de Dennett (isto é, da parte relevante, para este trabalho, da teoria dos sistemas intencionais). Primeiramente, fazemos uma exposição dela, em (4.1), interpretando-a como um teleofuncionalismo de exemplares (*tokens*) sobre (a). Sugerimos, em (4.2), haver vários paralelos entre ela e aquela que esboçamos, tais como serem perspectivas não reducionistas sem caírem em dualismo e serem compatíveis – novamente, se a linha de pensamento do Capítulo II estiver correta – com a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo, este último aspecto, de modo

especial, ainda mais semelhantemente do que com a abordagem estudada no Capítulo III. A diferença básica, sugerimos, reside em a de Dennett ter subjacente um olhar mentalista, que avaliamos como sendo problemático. Em (4.3), reconstituímos e respondemos a objeção holista e a objeção das novidades comportamentais. Por fim, na seção (4.4), levantamos duas objeções a ela, a saber: de que é incoerente sobre a mereologia das predicções relativas à categoria (a), o que a leva ao dilema de ferir regras de funcionamento dessas predicções, ou de ser incoerente com o elemento mentalista que mantém; e a objeção de que sua conjunção da tese de que comportamentos prevalecem como condições de verdade dessas predicções com o mentalismo é redundante.

CAPÍTULO I

ESBOÇO DE UMA ABORDAGEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DE PREDICAÇÕES PSICOLÓGICAS ORDINÁRIAS

A perspectiva que delineamos toma como ponto de partida o behaviorismo teleológico de Rachlin, que, como desejamos, retém várias contribuições de Ryle e Skinner. Conforme mostramos neste capítulo, o behaviorismo teleológico sustenta a tese de que as predicações psicológicas ordinárias desempenham suas funções pela remissão a padrões molares de comportamentos manifestos. Segundo Rachlin, tais predicações não dizem respeito a entidades estruturais (por exemplo, neurofisiológicas) do organismo ou (para utilizarmos uma expressão neutra quanto à constituição física envolvida) sistema, que correspondem a *como* os atos ou atividades se dão¹⁶; mas, antes, aos padrões de comportamento mesmos exibidos pelo sistema inteiro, que são (na terminologia aristotélica da qual Rachlin se vale) as causas finais dos atos ou atividades e correspondem a seu *porquê*.

Neste capítulo, estudamos o behaviorismo teleológico de Rachlin¹⁷ e propomos uma versão modificada dele. Primeiramente, fazemos uma exposição de suas principais teses. Em seguida, passamos a avaliá-las e a examinar alguns de seus argumentos para elas, apontando aquilo com que concordamos e discordamos. Apresentamos alguns argumentos complementares em favor de sua tese sobre a mereologia (a lógica das partes e todo) e de sua tese sobre as condições de verdade das categorias psicológicas ordinárias, embora com qualificações neste último caso, uma das quais alentando a hipótese de que sua tese que restringe essas categorias a fenômenos comportamentais manifestos é problemática. Além disso, procuramos fazer uma interpretação evolucionista de sua teleologia.

Sugerimos uma abordagem segundo a qual, dito sinteticamente, as predicações psicológicas comuns, pelo menos de determinadas categorias (que especificamos abaixo), funcionam pela remissão a padrões operantes e, por vezes, respondentes, de comportamentos emitidos pelo sistema inteiro e que não são necessariamente apenas manifestos. Tais padrões

¹⁶ Falamos em atos ou atividades em sentido similar, diferindo apenas em que a conotação dos primeiros é de algo singular relativamente mais discreto no tempo que o organismo ou sistema faz (por exemplo, dar um passo), enquanto que as atividades demandam mais tempo (por exemplo, caminhar até um local distanciado). Utilizamos os termos 'comportamento' e 'resposta' como expressões significando, indiferentemente, tanto atos como atividades, exceto feito ressalva. No entanto, deve-se considerar tais noções dentro das caracterizações de padrões operantes e respondentes de comportamentos, feitas mais adiante.

¹⁷ A abordagem de Rachlin diz respeito também a outras questões filosóficas, mas, naturalmente, nos detemos, aqui, apenas a seus elementos relevantes para nosso tema.

costumam possuir funções biológicas, as quais correspondem a *por que* os comportamentos ocorrem. As predicções em questão, segundo esta perspectiva, não funcionam pela remissão a entidades estruturais do sistema, que correspondem apenas a *como* os comportamentos se dão. No final do capítulo, resumizamos os principais resultados que nele procuramos obter, além de fazermos algumas qualificações.

1.1. O behaviorismo teleológico de Rachlin sobre as predicções psicológicas ordinárias

Segundo o behaviorismo teleológico de Rachlin¹⁸:

[E]ventos manifestos e o comportamento a eles relacionados [são] constituintes do significado dos termos mentais. [...]

[O]s termos mentais referem-se ao comportamento manifesto de animais intactos. Eventos mentais não são considerados, de modo algum, ocorrerem dentro do organismo. O comportamento manifesto não apenas *revela* a mente; ele *é* a mente. Cada termo mental significa um padrão de comportamento manifesto. Isso inclui termos mentais tais como ‘sensação’, ‘dor’, ‘amor’, ‘fome’ e ‘medo’ (termos considerados pelos mentalistas como sendo “impressões puras”), e também termos tais como ‘crença’ e ‘inteligência’, ditos algumas vezes referirem-se a “estados mentais complexos”, outras vezes a “atitudes proposicionais” e [ainda] outras vezes a “atos intencionais”. (RACHLIN, 1994, p. 14-15; grifos do autor; trad. nossa)

As categorias psicológicas comuns, de acordo com tal perspectiva, funcionam pela remissão a padrões molares de comportamentos manifestos exibidos pelo organismo como um todo. Elas subsumem atos ou atividades manifestas aos padrões que estes compõem ao longo do tempo, analogamente a encaixar peças de quebra-cabeças ou trechos de músicas àqueles agregados que constituem. Esses padrões são entendidos como interações entre tais comportamentos e contextos e consequências relevantes. Assim, segundo Rachlin, as predicções em questão não se referem, propriamente, a aspectos internos subjacentes ao organismo, para além dessas relações temporais.

A noção de padrão de comportamento utilizada por Rachlin é, basicamente, mas com modificações, a de *operante*, no sentido de Skinner (1953, 1969a). A título de breve caracterização¹⁹, trata-se de uma visão histórico-funcional dos comportamentos ditos voluntários, propositados ou dirigidos a objetivos, segundo a qual eles se definem pelas suas relações com as consequências que produzem no ambiente e com os contextos de sua ocorrência, que se tornam associados a eles ao produzirem essas consequências. Um operante

¹⁸ Sua abordagem é também favorecido por Baum (1997, 2006) e Dutra (2003, 2006).

¹⁹ Para uma mais abrangente, cf., além dos referidos livros de Skinner, também, por exemplo, Mazur (2006) e Rachlin (1976).

é um conjunto de respostas que se circunscreve pela consequência ambiental que elas produzem em comum e pelos contextos em que isso ocorre. Algumas respostas, possuindo propriedades relevantes frente às condições ambientais, são mantidas pelas consequências que produzem, no sentido de passar a haver uma probabilidade maior de emissão de outras, pelo sistema, com semelhantes propriedades. Por outro lado, as respostas destituídas das propriedades relevantes ou que produzem consequências aversivas passam a ter uma menor probabilidade de ocorrência. Por exemplo, podemos gerar, em um macaco, um comportamento de pressionar uma alavanca quando uma luz for acesa, tornando contingente (ou associado) a um determinado número de pressões que ele dê nela, quando a luz acender, uma banana como consequência. As respostas que, relativamente ao contexto do dispositivo, não se ajustam a tal requerimento ambiental, produzindo consequências aversivas ou não produzindo a consequência relevante, ocorrem, paulatinamente, com menor frequência (extinguem-se), enquanto que, aquelas que o satisfazem, têm probabilidade de ocorrência aumentada (sobrevivem). Estas passam a constituir uma unidade, a qual é, nesse sentido, historicamente estabelecida²⁰.

Tais processos, que exemplificam – analogamente aos processos de seleção natural – o modo causal seletivo ou, como os chama Skinner (1988), de seleção pelas consequências, são entendidos como determinantes e mantenedores fundamentais de comportamentos deste tipo, em conjunção com as filogêneses que os predis põem. Quando a produção das consequências relevantes depende de certos contextos, os comportamentos que as produzem tornam-se associados a estes, que, assim, passam a constituir ocasião para a ocorrência de comportamentos e consequências similares. Por exemplo, no caso do operante acima, o contexto formado pelo dispositivo e pela presença da luz acesa, do qual depende a taxa de respostas de pressionar a alavanca e o alimento como consequência, torna-se ocasião para tal interação. Entretanto, o contexto não é entendido como causa eliciadora (ou puramente mecânica) dos referidos comportamentos, no sentido de que estes não são considerados como resultados de estímulos presentes. Se assim fosse, a variação entre os comportamentos não teria um papel central na constituição de um padrão operante. Um comportamento deste tipo é, então, entendido como sendo resultado, fundamentalmente, da história (processos passados) de seleção das variantes que se seguiram das consequências relevantes.

²⁰ À tríplice relação entre respostas, contextos e consequências, Skinner (1969a) denomina *contingências de reforço* ou *de punição*, dependendo de a consequência ser reforçadora – isto é, aumentar a probabilidade de ocorrência das respostas –, ou ser punitiva – isto é, diminuir a probabilidade de ocorrência destas.

Rachlin (1989, p. 134ss, 1994) baseia-se nesta noção, em seu fundamental, mas procurando expandi-la, através de uma interpretação relativamente mais molar; em particular, no sentido de molaridade temporal, o que significa ênfase em variáveis tomadas como entidades estendidas no tempo, e não como sendo discretas e contíguas²¹. A visão de Skinner é mais molar do que, por exemplo, visões do comportamento em que este é individuado em termos anatômicos ou proximais, desconsiderando-se aspectos tais como suas relações históricas; mas, segundo Rachlin, menos molar do que a sua, na medida em que, segundo ele²², Skinner supõe que os comportamentos e consequências são componentes discretos e contíguos. Na visão de Rachlin, os comportamentos de um padrão operante e suas consequências não requerem ser assim. Por exemplo, construir uma casa, em sua abordagem, é um padrão operante com direito próprio (e não apenas uma abstração a partir de vários operantes com consequências contíguas), em que a casa advém como consequência de médio e longo prazo a partir de uma diversidade de atividades, as quais, por sua vez, compõem padrões de comportamentos relativamente menos estendidos no tempo, como os de construir encanamentos, dentre outros. O autor acredita que os comportamentos dos animais são sensíveis não só aos contextos e consequências imediatos, mas também de médio e longo prazo. Alguém que esteja manejando um martelo em um momento, por exemplo, pode estar fazendo isso tanto sob influência – dada uma história interativa apropriada (de reforço e punição) – de fatores relacionados a consequências relativamente mais imediatas, como a junção de duas madeiras e a construção de um piso, mas também de fatores remotos, como a construção de uma casa e o provimento de abrigo.

[Alguém pode estar, ao mesmo tempo:]

- a. balançando um martelo;
- b. martelando um prego;
- c. juntando uma peça de madeira a outra;
- d. construindo um piso;
- e. construindo uma casa;
- f. provendo abrigo à sua família;
- g. dando apoio à sua família;
- h. sendo um bom marido ou pai;
- i. sendo uma boa pessoa.

²¹ Cf. também Baum (1997, 2003). Esta conceptualização tem suporte inclusive empírico, sumariado, por exemplo, em Rachlin (1989).

²² Esta alegação é em parte discutível, se considerarmos alguns textos de Skinner, como, por exemplo, Skinner (1972). No entanto, a discussão dela não é relevante para nossos propósitos aqui. Vamos simplesmente assumir a caracterização molar do operante.

[...]

Os atos particulares, na parte superior da lista, têm como objetos os padrões abstratos de atos, abaixo na lista. Na terminologia de Aristóteles, atos particulares podem ser realizados *para o fim de* [*for the sake of*] padrões mais abstratos de atos (bem como para seu próprio fim). [...] Os padrões mais abstratos da lista não têm qualquer significado ao longo de um breve período de tempo. (RACHLIN, 1995, p. 115; grifo do autor; trad. nossa.)

Cada mordida que damos em uma fatia de bolo pode estar sendo influenciada por relações ambientais de múltiplos níveis (isto é, relações de maior ou menor molaridade, mais perceptíveis ou mais abstratas), desde pela consequência de obtenção do bocado de bolo e, também, de obtenção da fatia inteira, até pelas consequências de punição (eventualmente, inclusive sociais) por saúde instável e sobrepeso e mesmo outras não aversivas, já que o sobrepeso, por exemplo, pode ter uma função em um padrão geral de vida (como a função de evitar certas relações sociais)²³. Um padrão de comportamento como o de dieta, que envolve atos de evitar certos tipos ou quantidades de alimentos, pode estar sob influência parcial de consequências de médio e longo prazo, correspondentes à diminuição na taxa de danos a saúde e aumento do bem-estar – dada uma história interativa apropriada, em que consequências similares se seguiram, depois de um tempo, de comportamentos como aqueles. Tal padrão de comportamento é uma unidade relativamente mais abstrata e menos perceptível do que comportamentos como o de evitar certos tipos ou quantidades de alimentos, e não faz sentido dizer que se dê momentaneamente e sem esses comportamentos.

Rachlin (1994, 1995, 2005) caracteriza (utilizando terminologia aristotélica) os padrões molares de comportamento – relações (também chamadas de contingências de reforço ou de punição), ao longo do tempo, entre atos ou atividades, contextos e consequências – como *causas finais* dos comportamentos que os constituem e, inclusive, dos padrões menos molares que agregam²⁴. Eles são entendidos como causas finais na acepção de serem núcleo para dar respostas acuradas a perguntas sobre *por que* esses comportamentos ocorrem, ou seja, seus determinantes mais fundamentais estão nas relações, estendidas no tempo, com o ambiente maior²⁵. Aos aspectos neurofisiológicos e afins subjacentes à sua realização, o autor chama de suas *causas eficientes*. Estas são concebidas como sendo precondições das interações do organismo e núcleo para respostas a perguntas sobre *como* ou a maneira em que

²³ Cf. Rachlin (1989, p. 134).

²⁴ Cf. também Dutra (2003, p. 101ss, 2006, p. 110ss).

²⁵ Utilizamos a expressão 'ambiente maior' de maneira a evitar uma dicotomia entre, de um lado, organismo e comportamento, e, de outro, ambiente, na medida em que, do ponto de vista aqui apresentado, organismo e comportamento são partes do ambiente.

tais interações se dão.

Um pressionar a alavanca pelo rato é um operante, porque qualquer movimento do rato que resulte em uma pressão na alavanca (ou melhor, em fechamento de um interruptor fixado à alavanca) é um exemplar ['instance'] do mesmo operante, não importando qual seja sua causa eficiente. O rato poderia ter pressionado a alavanca com seu rabo, seu nariz, sua pata; todos seriam repetições do mesmo operante. [...] Esta concepção aristotélica, o *operante*, [...] muda o foco da investigação comportamental [...] em direção a causas finais – as contingências de reforço [e de punição]. (RACHLIN, 1994, p. 84; grifos do autor; trad. nossa)

Atos ou atividades que possuem causas eficientes diversas podem ter uma mesma causa final, isto é, comporem um mesmo padrão de comportamento. Em outros termos, eles podem ser realizados a partir de uma diversidade de entidades e processos estruturais, mas compartilharem uma mesma característica fundamental que as fazem ser de um mesmo padrão de comportamento, nomeadamente, as consequências que produzem. Assim, padrões operantes de comportamento são multiplamente exemplificáveis. Na medida em que, para Rachlin, as predicções psicológicas ordinárias dizem respeito a tais padrões, elas – ou, dito de maneira mais ontológica, atributos psicológicos, isto é, aqueles aos quais elas dizem respeito – são, em princípio, também multiplamente exemplificáveis²⁶.

Para Rachlin, então, predicções psicológicas ordinárias, em geral, funcionam encaixando atos ou atividades em seus padrões estendidos no tempo, constituídos por relações interativas entre atos ou atividades, contextos e consequências similares. Não designam aspectos estruturais subjacentes, embora, certamente, esses aspectos sejam importantes, posto que precondições para as interações do sistema. Antes, dizem respeito às interações manifestas mesmas do sistema como um todo. É nessa medida que Rachlin (1994, 2007) sustenta que tais interações formam o que ele chama de “vida mental”, enquanto que os aspectos estruturais são apenas mecanismos desta.

Segundo esta perspectiva, por exemplo, ao dizermos que alguém foi à biblioteca da universidade porque queria estudar para uma avaliação, estamos (se a predicção for verdadeira) fazendo a subsunção daquele comportamento de ir a tal local a um ou mais padrões de comportamento, um deles provavelmente envolvendo relações entre atividades relacionadas ao estudar (como o ler e fazer anotações), locais similares em serem contextos para tais atividades e relativa eficiência em avaliações dentre os resultados que se costuma

²⁶ Esta ideia é retomada no Capítulo II.

obter a partir de tais atividades nesses contextos. Fornecemos, desta maneira, alguma inteligibilidade ao comportamento da pessoa de ter ido até lá, sem que isso suponha designação de algo mais do que as relações ambientais históricas e presentes nas quais ele se encaixa²⁷.

Assim também, quando dizemos que alguém ama seu marido ou sua esposa, estamos referindo-nos a um padrão de comportamento que inclui uma série de padrões menores bastante conhecidos, tais como os de cordialidade e carinho quando juntos, proteção de um ao outro em circunstâncias adversas, etc. Ao dizermos, em particular, que certo comportamento da pessoa ocorreu porque ama outra (na presente acepção do predicado) – por exemplo, que lhe deu um abraço caloroso quando chegou em casa após o trabalho –, é como se estivéssemos encaixando o trecho de uma peça musical (note-se o caráter molar e temporal desta entidade) àquele agregado maior que ele compõe. Os padrões de comportamento que formam o amar são entendidos como causas finais daquele comportamento particular. A fisiologia e anatomia subjacente a ele não é concebida como o porquê dele, mas como a maneira em que ocorre. Na lógica (disposicional) do conceito de amar, é irrelevante que, em determinados contextos – como, por exemplo, no trabalho –, não ocorram ações deste tipo, conquanto haja uma frequência relativa coerente delas nos contextos que lhes são ocasião. Isso está de acordo com o fato de que dificilmente julgamos que haja amor conjugal dado apenas um curto tempo ou dados poucos comportamentos típicos nos contextos apropriados²⁸.

Mesmo um conceito como o de perceber é analisado por Rachlin como remissão a um padrão de comportamento. No caso do perceber a troca de cor do vermelho para o verde em um sinal de trânsito, um envolvendo o comportar-se de acordo com a mudança do estímulo respectivo, por sua vez parte de um padrão de perceber a diferença entre as cores de objetos (desenvolvido em outras interações que aquela com relação ao sinal de trânsito). Um ato particular de perceber a mudança de cor de um sinal de trânsito, em um momento específico, é concebido, então, como tendo tais padrões como causas finais ou que explicam seu porquê, em conjunção com os fatores do contexto em que ocorre, e tendo o aparato visual bem como certos eventos estruturais subjacentes como suas causas eficientes²⁹.

Em suma, o behaviorismo teleológico de Rachlin sustenta que as predicações em questão explicam e predizem comportamentos pela referência aos padrões estendidos no

²⁷ Cf. Rachlin (2007, p. 133ss). Cf. também Baum (2006, p. 97ss).

²⁸ Cf. Rachlin (1994, p. 16-17, 1995, p. 115-116). Cf. também Baum (2006, p. 60) e Dutra (2003, p. 105-106).

²⁹ Cf. Rachlin (1994, p. 96-98, 2005, p. 48-49).

tempo que eles compõem. Rachlin propõe que os comportamentos são apenas manifestos e exibidos pelo sistema como um todo. Os padrões que eles formam são entendidos como suas causas finais, que explicam seu *porquê*, ao passo que aparatos e processos neurofisiológicos ou afins são entendidos como suas causas eficientes, que explicam *como* se dão. Em seções subsequentes deste capítulo, outros pormenores dessa abordagem são expostos, ao fazermos um exame de suas teses principais.

1.2. Mereologia das predicções psicológicas ordinárias

Uma das teses do behaviorismo teleológico, portanto, é de que as predicções psicológicas comuns recaem sobre o organismo ou sistema como um todo, e não sobre partes (ou reputadas partes) dele (por exemplo, uma mente localizada dentro dele, a cabeça, partes do cérebro, etc.). Em outras palavras, a abordagem sustenta que eles recaem sobre o que Dennett (1969) chama de nível pessoal, ao invés do nível subpessoal (embora isso não signifique o âmbito apenas de pessoas)³⁰. Concordamos plenamente com esta tese, sobretudo pelas razões que expomos a seguir, relacionadas com as regras que governam o uso da linguagem em questão. Rachlin oferece uma razão que não somos capazes de avaliar inteiramente, por basear-se, em parte, em um dado empírico que não sabemos se é verdadeiro.

A razão apontada por Rachlin é que, quando predicamos atributos em termos do vocabulário psicológico comum³¹ a um organismo – por exemplo, dizendo que sente dor ou sente frio se estiver, respectivamente, contorcendo-se ou tremendo de maneira típica, após a apresentação de certos estímulos –, podemos constatar, ao observarmos de modo sistemático o interior do organismo, que há múltiplas regiões ativas em todo ele e que não há correlatos discretos invariáveis em alguma destas.

[N]ão há um evento neural singular ou lugar singular no cérebro invariavelmente ativo sempre que, por exemplo, um estímulo de vermelho afeta o comportamento. Quando o estudo de fisiologia do cérebro se desenvolveu, não encontrou nenhum ponto natural de parada, onde o *input* acaba e o *output* começa, para chamá-lo de uma sensação; não há um ponto final de estimulação correspondente à glândula pineal de Descartes. Se você começa a partir do estímulo e vai adiante pelo sistema nervoso, o estímulo ramifica-se [*branches out*]³² e torna-se mais e mais difuso, cada

³⁰ O próprio Rachlin diz (mencionando Dennett) que “O behaviorismo teleológico é uma 'teoria de nível pessoal'” (RACHLIN, 1995, p. 110; grifo do autor; trad. nossa). Cf. também Rachlin (2007, p. 133).

³¹ Rachlin desenvolve tal raciocínio considerando, em particular, predicados sobre sensações, mas cremos poder ter seu âmbito ampliado para outras das categorias, mesmo porque provavelmente o concebe assim, dado o contexto de sua discussão. Cf. Rachlin (2005).

³² Uma tradução alternativa deste *phrasal verb* pode ser 'diversificar', mas a expressão 'ramifica-se' parece ser

ramo sendo afetado diferentemente por retroalimentação ['feedback'] de estruturas do cérebro mais afastadas ['further down the line']. Se você começa de um dado ato manifesto e faz o caminho inversamente, fontes de influência de diferentes lugares do sistema nervoso imergem como vários córregos pequenos confluindo de diferentes lugares para formar um rio maior com canais atrás afetando o fluir rio acima. Alguém poderia ter a tentação de dizer que o cérebro inteiro tem a sensação. Mas a múltipla influência sobre o comportamento não para na borda do cérebro; ela começa no órgão sensorial e acaba apenas na ação manifesta mesma. Ao invés de dizer-se que o cérebro inteiro tem a sensação, seria mais correto dizer que é a pessoa inteira que tem a sensação. (RACHLIN, 2005, p. 47; grifos nossos; trad. nossa)

Rachlin, então, argumenta a partir da premissa de que, se múltiplas regiões do corpo estão envolvidas quando alguns fatores que consideramos em nossas atribuições psicológicas comuns são o caso e, além disso, não há regiões invariavelmente ativas no cérebro quando disso, então o organismo como um todo é objeto próprio delas. O autor afirma que, de fato, o que se constata é que múltiplas regiões do corpo são ativadas em tais casos e sem haver correlatos invariáveis; e que, assim, se segue a referida mereologia (ou seja, lógica das partes e do todo).

Não descartamos a possibilidade de que tal argumento seja cogente, mas temos uma ponderação a ele. A nosso ver, mesmo que, eventualmente, haja correlações entre, por exemplo, ativação de certas áreas do cérebro com estímulos e comportamentos relevantes na aplicação de predicados em questão, não se segue que o cérebro seja o objeto próprio destes predicados. O máximo que se poderia inferir, a partir apenas disso, é que aquelas regiões do corpo são condições subjacentes àqueles fenômenos, talvez apenas tal como a língua é condição para a comunicação oral humana. Conforme apontamos em seguida, há razões que tendem a diretamente excluir a aplicação desses predicados a algo que não ao organismo vivo ou sistema como um todo que se comporta, mostrando que tal aplicação não faz sentido (ou seja, é um contrassenso), salvo metaforicamente. Entretanto, não é claro se Rachlin assume a premissa condicional, acima representada, como sendo, de fato, de tipo hipotético ('se..., então...'), ou se a assume como um bicondicional ('...se, e só se, ...'). Caso a premissa tenha a forma de um bicondicional (nomeadamente, da forma, de modo aproximado: múltiplas regiões do corpo estão envolvidas quando alguns fatores que consideramos em nossas atribuições psicológicas comuns são o caso etc., se, e só se, elas dizem respeito ao organismo como um todo), então ela é implausível. Pois, se houvesse correlações como aquelas (que o autor, em outra premissa, afirma não haver), o raciocínio teria uma mereologia mentalista

mais adequada em tal contexto.

como resultado, sendo que, na verdade, como dissemos, tais correlações são insuficientes para tanto. Logo, o argumento apresentado por Rachlin para a tese acerca da mereologia só tem eventual peso caso o condicional for um de tipo hipotético (a saber, de modo aproximado: se múltiplas regiões do corpo estão envolvidas quando alguns fatores que consideramos em nossas atribuições psicológicas comuns são o caso etc., então elas dizem respeito ao organismo como um todo). Dizemos 'eventual peso' porque, mesmo assumindo a melhor forma lógica do argumento, ainda resta, para sua plausibilidade, sabermos se a premissa empírica é, de fato, verdadeira.

Embora o fato empírico alegado por Rachlin possa dar algum suporte à tese sobre a mereologia, não é requerido necessariamente para se constatar-la. Basta olharmos para regras que regem o uso desses conceitos. Uma delas, da qual tratamos na seção seguinte (e, por isso, aqui, apenas a mencionamos) e que, provavelmente, é uma razão implícita do autor para a tese, diz respeito aos critérios de aplicação deles. Seus critérios costumam ser relações entre comportamentos e situações do ambiente. Quem se comporta ou faz algo, em tais casos, são sistemas inteiros (coisas como pessoas, macacos, cachorros, etc.), embora haja, certamente, partes do corpo que permitam isso. Nos termos de Ryle:

[Q]uando falamos da mente de alguém, não estamos falando de um segundo teatro de acontecimentos de estatuto especial, mas de certas maneiras em que alguns desses acontecimentos de sua vida estão ordenados. [...]
Segue-se que é um solecismo lógico falar-se [...] da mente de alguém conhecer tal e tal coisa ou escolher aquilo. A pessoa mesma conhece tal e tal coisa e escolhe aquilo, ainda que o fato de que o faça possa, se se desejar, ser classificado como um fato mental da pessoa. Em parte pelo mesmo motivo, é impróprio dizer-se que meus olhos vejam isso ou que meu nariz cheire aquilo; devemos dizer, antes, que eu vejo isso ou cheiro aquilo, e que tais asserções carregam consigo certos fatos sobre meus olhos e nariz. (RYLE, 1949, p. 167-168; trad. nossa)

As predicções psicológicas ordinárias têm como condições de verdade relações que podemos expressar em termos de padrões de comportamento, modos como alguém faz determinadas coisas diante de certas circunstâncias. Não as formulamos levando em conta o que partes do corpo fazem isoladamente, mas aquilo que é feito por alguém inteiro, inclusive, por vezes, quando se trata de uma pessoa, naquilo que ela diz. Por exemplo, quem é sagaz ou pouco esperto não é a cabeça de um animal, mas o animal como um todo; diante de circunstâncias variadas que vivencia em seu nicho, *ele próprio* (embora, certamente, por ter precondições neurofisiológicas apropriadas), e não suas partes, costuma ser ou não ser sucedido na

obtenção de recursos, lida com ameaças e coisas similares. Conforme Bennett e Hacker (2003, p. 70-72), não saberíamos dizer o que é, por exemplo, para o cérebro ou parte dele pensar algo, sentir frio, ser cético ou amar alguém, porque não é nisso que nos fundamentamos quando predicados tais atributos³³.

Bennett e Hacker apresentam um argumento paralelo que mostra simplesmente não fazer sentido aplicar esses conceitos a partes (ou supostas partes) do organismo. Segundo esses autores, a lógica desses conceitos, em seu uso ordinário, exclui tal aplicação.

Não faz qualquer sentido ['it makes no sense'] atribuir-se tais predicados *ou suas negações* ao cérebro. [...] *O cérebro não é um sujeito logicamente apropriado para predicados psicológicos*. Apenas um ser humano e o que *se comporta* como ele pode inteligivelmente e literalmente ser dito ver ou ser cego, ouvir ou ser surdo, fazer perguntas ou refrear-se de perguntar. (BENNETT; HACKER, 2003, p. 72; grifos dos autores; trad. nossa)

Portanto, trata-se de chamar atenção para o fato de que o emprego dos predicados em questão a partes do organismo fere as regras de seu emprego (salvo em casos metafóricos) e que eles se aplicam apenas aos organismos como um todo, ou a sistemas em geral que, eventualmente, satisfaçam os critérios relevantes. Não dizemos, por exemplo, que o cérebro queira beber água, mas, tampouco que ele não esteja com sede; antes, por uma questão de gramática, é *uma pessoa* que quer beber algo e que está ou não com sede. Não faz sentido dizer que o cérebro de um cachorro espera que seu dono lhe lance uma lasca de madeira para buscar, e, tampouco, que não o espera; antes, é *o cachorro mesmo* que espera isso. Igualmente, a predicação de caráter feroz ou raivoso a algo como o cérebro de um leão é, claramente, mal formada, antes aplicando-se ao *leão inteiro*. De modo geral, as categorias psicológicas ordinárias recaem sobre sistemas inteiros, e não a partes internas deles, sob pena de transgredir as regras que regem seu uso comum.

Consideramos essa visão adequada inclusive com relação aos predicados para sensações, tais como '*...sentir coceira em...*', '*...sentir formigamento em...*', '*...sentir latejo em...*' e '*...ter cócega em...*', que estão relacionados a fenômenos que dizemos, normalmente, darem-se em partes do corpo (perna, braço, cabeça, rosto, etc.). Aplicamo-los a alguém como um todo; quem as sente é alguém como um todo, e não pernas, braços, cabeça, etc. Sensações, com efeito, têm alguma forma de localização, mas, como salientam Bennett e Hacker (2003,

³³ Cf. também Wittgenstein (1953, §281ss).

p. 95-96, p. 122-123)³⁴, não se trata de localização no mesmo sentido em que uma moeda esteja no bolso ou um jantar na cozinha. Se uma moeda está no bolso e o bolso está na calça, então a moeda está na calça; se um jantar ocorre na cozinha e a cozinha está no lar de alguém, então o jantar ocorre no lar desta pessoa (há transitividade). Por outro lado, se uma dor, uma coceira ou um formigamento está ocorrendo no pé e o pé está calçado, não se segue que a dor, a coceira ou o formigamento está no calçado (não há transitividade). Além disso, moedas e jantares são coisas que podemos observar ou deixar de observar e, assim, sermos sucedidos em maior ou menor grau em observar. Porém, como aponta Ryle (1949, p. 199ss), não há uma coisa como o ser obstruído ou desobstruído na observação da própria sensação que se tem, ou o aproximar-se ou afastar-se dela. Logo, sensações não são coisas que estejam contidas em determinado lugar do corpo; e, portanto, a mereologia própria de conceitos para sensações é a do sistema inteiro que se comporta. Quem sente sensações, de fato, é o organismo (eventualmente, também um robô) como um todo, apesar de elas, tipicamente, darem-se em regiões do corpo.

Em suma, a nosso ver, as predicções psicológicas ordinárias incidem sobre sistemas inteiros, no que concordamos com Rachlin. Fazemo-lo, porém, não em razão do raciocínio de Rachlin que alega múltiplas partes do corpo como um todo serem ativadas na realização de comportamentos, ainda que não descartemos a possibilidade de se mostrar um raciocínio razoável. Nossas razões para este ponto de vista sobre essas predicções relacionam-se ao modo como elas se dão nas práticas linguísticas cotidianas (as quais constituem seu “nicho” próprio). Uma análise deste uso mostra que elas se aplicam com sentido apenas aos sistemas inteiros. Seus critérios de aplicação não incluem partes do corpo, e, de maneira mais geral, sua lógica exclui partes do corpo como seus sujeitos.

1.3. Relações entre comportamentos e contextos como condições de verdade de predicções psicológicas ordinárias

É interessante notar-se que a abordagem de Rachlin preserva os aspectos fundamentais de algumas das análises de Ryle (1949) acerca das categorias psicológicas comuns. Além daquela visão sobre a mereologia, preserva também a visão de que relações apropriadas entre comportamentos e contextos formam os condições (ou fatores) de verdade para as predicções em questão, em especial, pelo menos, relativas às categorias (a) e parcela de (b) e (d). Um

³⁴ Cf. também Maslin (2007, p. 7-9).

diferencial de Rachlin nisso é, a nosso ver, que retém tais contribuições com auxílio da noção de operante. Nesta seção, procuramos apoiar sua visão, ao mesmo tempo levantando-lhe algumas ponderações.

A associação de predicados psicológicos ordinários a padrões operantes de comportamento captura as analogias que Ryle (1949, p. 11ss) sugere ao ilustrar o que seriam alguns erros de categoria em geral; por exemplo, a analogia entre o emprego de alguns deles e o de conceitos como o de universidade. A universidade não está para alguma coisa paralela ao conjunto de relações existentes entre as ocorrências de certas atividades (de pesquisa, ensino, estudo, etc.) e determinados prédios, salas de aula, laboratórios, etc., que são contextos destas atividades. Alguém que visitasse tais locais e contemplasse algo daquelas atividades, mas, ainda, indagasse “Onde está a universidade? Vi laboratórios e cientistas fazendo experimentos, a reitoria, a biblioteca e estudantes, contudo não vi ainda a universidade”, estaria supondo equivocadamente que 'universidade' se refere a algum prédio ou atividade à parte. Analogamente, as predicções corretas de atributos como os de almejar algo e ser inteligente não estão para algo paralelo aos atos e atividades que alguém exiba nas circunstâncias que lhe são ocasião; por exemplo, no caso do almejo de algo, comportamentos como aqueles que são meios para se chegar ao resultado relevante, nos momentos propícios. Assim, alguém que, tendo observado um organismo satisfazendo tais correlações ao longo tempo, ainda se perguntasse por onde está seu almejar, ou inferisse que é uma ocorrência à parte, estaria cometendo um equívoco com respeito ao emprego ordinário de tal predicado³⁵.

A proposta de Rachlin está em consonância com a sugestão de Ryle (1949, p. 43ss, p. 86ss) de que, quando predicamos atributos relativos a várias das categorias psicológicas comuns, estamos fazendo remissão, de uma maneira indireta e abreviada, a comportamentos que o agente, em certos contextos, exibiu ou está exibindo e provavelmente exibirá. Trata-se de predicções disposicionais, ou seja, alguém pode satisfazê-las sem que haja alguma ocorrência relevante em um dado momento específico, tal como uma pessoa ser fumante não significa que ela esteja fumando agora. Alguém pode ter o propósito de escrever uma obra filosófica mesmo depois que vai dormir, ser um apreciador de certo tipo de alimento sem estar degustando-o em dado momento, amar seu marido ou esposa enquanto está trabalhando, etc.

³⁵ Rachlin (1994, p. 136; trad. nossa) chega a dizer que, em razão de Ryle (1949) argumentar que “[T]ermos mentais intencionais [...] não se referem a eventos discretos, mas [...] estão para classes de ações particulares manifestas [...] Ryle, é, portanto, um behaviorista teleológico”. Cf. também Rachlin (2005, p. 49, nota 2). Baum (2006, p. 56ss) aponta semelhante comparação.

Predicações disposicionais têm a forma de enunciados condicionais hipotéticos, significando que, se dadas condições fossem o caso, então ocorreriam, provavelmente, tais e tais coisas. Por exemplo, dizer que alguém é fumante significa poder-se inferir que, de tempos em tempos, em ocasiões propícias, ele fuma. Segundo Ryle, predicações psicológicas comuns possuem tal feição com a diferença de que, ao invés de significarem condicionais hipotéticos simples (*single-track*) e indicarem condições ambientais e ocorrências relativamente homogêneas, sumarizam, antes, uma série disjuntiva de condicionais hipotéticos (são *multi-track*) e dizem respeito, geralmente, a contextos e ocorrências heterogêneas. Por exemplo, se alguém tem o propósito de escrever uma obra filosófica, não há um comportamento unívoco tal que se pudesse dizer “Seu propósito é apenas a tendência a, nesta circunstância específica, agir deste modo específico”; pois esse propósito pode envolver múltiplas relações, tais como, dentre muitas outras possíveis, relações entre certos lugares da casa e da universidade com atividades de ler livros de filosofia, fazer anotações, refletir e discutir sobre questões e posições filosóficas, etc. O relevante para a veracidade da atribuição deste propósito é que algumas dessas relações se deem ao longo do tempo.

De acordo com Ryle, as predicações em questão não explicam ou predizem pela designação de causas internas, mas pela subsunção de comportamentos a relações estendidas ao longo do tempo, geralmente heterogêneas, entre comportamentos e contextos apropriados, que podemos expressar em termos de condicionais hipotéticos. Tais predicações não possuem a forma de explicação ou predição em que um comportamento é dito ser causado por determinada ocorrência; mas, antes, a forma conforme a qual ele é dito ser o tipo de coisa que se daria em circunstâncias semelhantes. Nos termos de Ryle, possuem um caráter disposicional, e não episódico. Além disso, decidimos sobre sua verdade ou falsidade com base nos comportamentos dos agentes. Podemos testar sua veracidade ou falsidade averiguando se certos comportamentos do agente satisfazem algumas hipóteses correlacionando-os com contextos que lhes estão tipicamente associados.

É preciso, comumente, olhar-se para além do comportamento singular a fim de se explicá-lo em termos dessas atribuições, mas isso não significa que ocorrências internas causais correspondentes sejam apontadas.

[Q]uando caracterizamos as pessoas com predicados mentais [...] estamos descrevendo as maneiras em que aquelas pessoas conduzem partes de seu comportamento predominantemente público. É verdade, vamos além daquilo que

vemo-las fazer e ouvimo-las dizer, mas este ir além não é [...] fazer inferências a causas ocultas. (RYLE, 1949, p. 51; trad. nossa)

Esse ir além de um comportamento particular é ter em conta aquilo que é feito pelo agente ao longo do tempo. O papel dessas atribuições não é reportar eventos singulares (de um momento específico), como fazem os enunciados não disposicionais (por exemplo, relatar que esteja chovendo ou que alguém esteja erguendo o guarda-chuva), mas nos permitir ir de um fato específico a outros fatos. Ou seja, o papel delas é o de colocar um comportamento em seu âmbito maior de relações, assim contextualizando-o³⁶.

Rachlin, como vimos anteriormente, exprime sua visão de maneira aparentada. Segundo sua perspectiva, predicados psicológicos ordinários, em geral, têm significado apenas considerando-se um tempo em algum grau estendido, ou seja, no âmbito das relações interativas nas quais a conduta se encaixa. Se, por exemplo, o dono de uma loja restituiu a um cliente o pagamento que este lhe deu a mais, aquilo que qualifica o ato do dono como sendo devido a querer ganhar apreço do cliente, ou, ao invés, a ser alguém honesto, ou, ainda, a ambas as coisas, não é, conforme Rachlin, alguma ocorrência interna ao ato. É, na verdade, a maneira como tal pessoa se comporta nesses e outros contextos.

[O] ato justo particular é parte de uma série mais geral de atos, o todo do qual constitui um caráter justo. Se ele não é parte de tal série, ele não é um ato justo. [...] [S]e a mesma série de três notas aparece em dois diferentes prelúdios, um de Verdi e outro de Puccini, digamos, uma orquestra tocando aquelas três notas no contexto da execução do prelúdio de Verdi não está *de modo algum* tocando o prelúdio de Puccini. Se você entrasse na sala de concerto durante aquelas três notas e identificasse o prelúdio como sendo de Puccini, [...] seu engano não seria sobre qualquer estado interno oculto, mas sobre eventos externos perfeitamente *manifestos*, eventos que haviam tido lugar previamente a entrar na sala de concerto e que teriam lugar subsequentemente. (RACHLIN, 1994, p. 106-107; grifos do autor; trad. nossa)

Escolher um tempo t para determinar se um sistema satisfaz uma determinada predicação psicológica ordinária, ao invés de uma oposta, é como querer determinar qual prelúdio está sendo tocado a partir apenas de três notas. Tal como as notas podem aparecer no prelúdio de outro músico, uma única relação efetiva comportamento-contexto pode ser um ingrediente de diferentes atributos psicológicos; e, tal como o acerto ou erro da predicação sobre o prelúdio é uma questão de eventos que se passam antes e depois do excerto, também assim com as predicações em questão.

³⁶ Cf. também Ryle (1949, p. 121-124) e Tanney (2009).

Tomando outro exemplo, duas pessoas podem estar dando um beijo em alguém de um modo anatomicamente idêntico, mas o ato de uma ser porque ela gosta deste indivíduo, enquanto o de outra, ser apenas por alguma conveniência, não gostando do indivíduo. Sabemos distinguir entre os dois casos pela conformidade dos respectivos comportamentos com as condutas temporalmente estendidas das duas pessoas, pouco importando coisas que se passam apenas naquele momento.

[A]mar sua mãe ou quem quer que seja não é ter seu coração indo tamborilando à sua vista, mas comportar-se com relação a ela de uma maneira amorosa durante um longo período de tempo. Amor falso é uma discrepância não entre seu comportamento e seu coração ou [digamos] sua representação mental, mas de seu comportamento imediato com seu comportamento ao longo do tempo. Se Jack ama sua mãe, enquanto que Jill a odeia, e ambos estão lhe dando um beijo neste momento, o beijo é análogo a uma nota comum em duas diferentes melodias sendo tocadas por dois diferentes violinistas. O beijo não é senão um ato singular comum a dois diferentes padrões de comportamento. (RACHLIN, 2005, p. 51-52; trad. nossa)

Por conseguinte, o fato de alguém exibir comportamentos que constituem critério para determinadas predicções psicológicas ordinárias sem que verdadeiramente as satisfaçam, como acontece nos filmes, é acomodado por esta visão. Deve-se considerar que a diferença entre um ator e a pessoa que ele interpreta reside no fato de os comportamentos de um comporem os padrões relevantes (ou seja, comporem padrões de interação entre comportamentos e contextos que se lhes tornaram ocasião em processos interativos passados), enquanto que, os do outro (o ator), não. Os comportamentos imitativos do ator não estão em harmonia com os demais que realiza em contextos fora de cena, se ele, efetivamente, não compartilha as opiniões e intenções interpretadas. Sua conduta estendida no tempo, nos termos de Ryle, não satisfaria a um teste de condicionais hipotéticos (que, por outro lado, a pessoa interpretada satisfaria) estabelecendo correlações apropriadas entre comportamentos e contextos³⁷.

As condições de verdade de predicções em questão, de fato, geralmente não estão no cérebro ou em alguma outra parte dos sistemas, mas em padrões de comportamento. Ao vermos alguém emitindo, frente a situações apropriadas, ações ou reações típicas (ao longo de um tempo relativamente longo ou curto, dependendo do caso) de, por exemplo, raiva, fome ou inteligência, podemos dizer que vemos a raiva, a fome ou a inteligência nesses comportamentos. É uma propriedade de categorias em questão aplicarem-se por referência a

³⁷ Este parágrafo é um excerto, com adaptações e acréscimos, de Lazzeri e Oliveira-Castro (2010a, p. 50).

relações mesmas entre certas ações ou reações e circunstâncias, e não como meros sinais de supostos fatores designados de outro nível. Seria um contrassenso dizer, por exemplo, que não vemos a raiva em certos franzimentos do rosto e nos comportamentos agressivos de uma pessoa ou de um cachorro frente a situações como a de alguém que lhes insista em provocar danos³⁸.

Além disso, se precisamos saber se alguém, verdadeiramente, tem ou teve algo como um determinado interesse ou traço de caráter, o tribunal último é o que ele fez ou está fazendo. Por exemplo, quando alguém tem um interesse em ser um profissional na área de medicina, o tribunal último é a adequação de suas condutas relativamente aos meios e às consequências relevantes que constituem o que chamamos de sua meta (isto é, a de realizar tal ofício), tais como realizar um curso de medicina. Se uma pessoa não se empenha nas atividades que tipicamente conduzem a isso, colocamos em dúvida se tem o respectivo propósito, ou, dependendo do caso, negamos que o tenha. Quando alguém é vaidoso, emite comportamentos tais como de demorar-se a se vestir e colocar adereços que lhe fazem parecer mais belo. Julgamos que a pessoa é mais vaidosa do que outrem conforme emita uma taxa comparativamente maior desses comportamentos em ocasiões tais como as de sair de casa e de recepcionar uma visita. Averiguamos isso, conforme enfatiza Ryle, pelo confronto de enunciados hipotéticos que correlacionam comportamentos e circunstâncias relevantes com os fatos disponíveis³⁹.

Entretanto, temos uma ponderação à ênfase praticamente exclusiva de Rachlin em padrões operantes de comportamento e, outra, sobre sua ênfase exclusiva em comportamentos manifestos. A segunda ponderação é desenvolvida na próxima seção. A primeira é de que elementos de padrões respondentes de comportamento⁴⁰, e não apenas operantes, constituem também, por vezes, as condições de verdade em questão, sobretudo em casos de predicções relativas à categoria (b); no entanto, não é inteiramente claro se a abordagem de Rachlin considera esses outros fatores, exceto em sua análise do conceito de dor⁴¹.

³⁸ Cf. também Stout (2010) e Bennett e Hacker (2003, p. 89-90). Evidentemente, alguém pode esconder alguns atributos psicológicos, mas isso não constitui objeção ao argumento, conforme salientamos mais adiante, nesta seção.

³⁹ Cf. também Tanney (2005).

⁴⁰ Caracterizamos esta noção mais adiante, nesta seção.

⁴¹ Cf. Rachlin (1985, p. 46ss, 1994, p. 143ss). Porém, mesmo ao abordar o conceito de dor, tende a amenizar os aspectos respondentes, o que ocorre, por exemplo, quando diz que “a dor mesma é evitação constante [‘consistent avoidance’]” (RACHLIN, 2005, p. 53, nota 3; trad. nossa). A exposição de sua visão por Baum (2006, p. 60-61) acerca do referido conceito também conota isso.

Concordamos que, quando fazemos atribuições de afecções em geral (sensações, emoções, apetites e humores), estamos afirmando algo mais geral do que a existência de uma ocorrência singular momentânea e considerando relações entre comportamentos do sistema com determinados contextos. Quando dizemos, por exemplo, que alguém está com certo aspecto facial porque está irritado, estamos remetendo-nos a relações típicas entre certos comportamentos e contextos, alguns deles efetivos e outros prováveis, tais como os de evitar aquilo que se diz ser objeto da irritação. Se uma criança está irritada com outra em razão de esta ter-lhe pego seu brinquedo sem pedir, provavelmente evita conversar com esta durante o tempo em que continua com o brinquedo ou imediatamente depois de tê-lo recuperado, tem propensão a comportar-se de modo agressivo se esta não lho devolver, não contém, entretentes, franzimentos em seu rosto, etc. Isso fica claro, particularmente, no caso de emoções, apetites e humores, ao levarmos em conta que esses fenômenos podem ter lugar sem que haja eventos singulares ocorrendo permanentemente; por exemplo, alguém pode estar magoado ou ansioso, com orgulho ou raiva, estar triste ou alegre ao longo de um tempo considerável, sem estar fazendo coisas específicas ou sentir reações orgânicas agradáveis ou penosas. Dito em outros termos, os predicados relativos a esses tipos de afecções são disposicionais. Eles são sobre agregados de ocorrências heterogêneas (e não nomeiam ocorrências singulares e homogêneas)⁴². Podemos ver, a partir disso, que padrões operantes compõem emoções, apetites e humores.

Skinner (1953, p. 160ss) salienta isso, em seu tratamento da noção de emoção, na qual inclui humores, ao realçar que, quando predicamos esses atributos, estamos considerando o aumento e a diminuição da probabilidade de certos comportamentos, alguns dos quais claramente em função de suas consequências. Segundo Skinner (1953), no contexto ordinário, ao falarmos que, por exemplo, alguém está com raiva, medo ou apaixonado, estamos “falando sobre predisposições para agir de certas maneiras”.

Aquele 'com raiva' mostra uma probabilidade aumentada de bater, insultar ou de outra maneira infligir injúria, e uma probabilidade diminuída de ajudar, favorecer, confortar, ou fazer amor. Aquele 'apaixonado' mostra uma tendência aumentada de ajudar, favorecer, estar junto e acariciar, e uma tendência diminuída a injuriar seja de que modo for. 'Com medo', tende a reduzir ou evitar contato com estímulos específicos – tal como fugindo, escondendo-se ou cobrindo seus olhos ou ouvidos –; ao mesmo tempo, é menos provável que avance em direção a esses estímulos ou territórios não familiares. (SKINNER, 1953, p. 162; trad. nossa)

⁴² Cf. também Oliveira-Castro (2000, p. 19-21), Ryle (1949, p. 93ss) e Bennett e Hacker (2003, p. 203-205).

Estamos de acordo com Rachlin que a remissão a relações operantes é, inclusive, propriedade dos conceitos relacionados a sensações. Quando dizemos, por exemplo, que alguém está com calor, estamos querendo dizer que, provavelmente, se comportaria de determinadas maneiras, e, menos provavelmente, de algumas outras; a saber, beberia água com mais frequência caso tivesse acesso fácil ao líquido, vestir-se-ia com roupas leves se tivesse a oportunidade para tanto (e se fosse uma pessoa), pegaria ar fresco se fosse possível na prática, evitaria os locais que estão mais quentes se não tivesse obrigação em contrário, etc., e efetivamente demonstra isso no momento. Rundle, a esse respeito, alerta-nos, tomando, em particular, a noção de dor:

[A]s ações pelas quais procuramos nos livrar da causa de uma dor e evitar coisas sabidas infligirem dor, são certamente centrais [...]. Afinal de contas, se uma criatura deixou escapar gritos altos ['loud shrieks'] sempre que um determinado estímulo foi apresentado, contudo sem fazer nada para evitar uma repetição deste tratamento – chegue a tê-lo procurado, vamos supor –, então não deveríamos mais tomar tais gritos como indicativos de dor. Pense nos choros de coagular o sangue ['blood-curdling'] emitidos pelas raposas fêmeas na época de acasalamento. [...] [S]e as reações de uma criatura a estímulos de um tipo que ocasiona dor fossem confinadas a contrações espasmódicas, se ela nunca se engajasse em qualquer comportamento propositivo relacionado à fonte desses estímulos, então, por mais violento o espasmo, não haveria ponto de apoio para se falar de desgosto, e, portanto, nenhuma base para se falar de dor. (RUNDLE, 1997, p. 21; trad. nossa)

Ou seja, nossas predicções de sensações incluem como critérios comportamentos propositivos, ou, mais exatamente, padrões operantes de comportamento. Reações tais como o aumento da respiração, as contrações e as expressões faciais não são condições suficientes para a veracidade delas. Para a veracidade de uma predicção de calor, por exemplo, não basta que o organismo ou sistema apresente aqueles sinais em um ambiente quente, se não age de maneira a amenizar tal circunstância ambiental abanando-se, refrescando-se com vento ou água, não colocando uma veste desproporcional (se for uma pessoa), expressando (no sentido de um *avowal*) desgosto pela circunstância, ou ainda de outro modo. Faz parte da aplicação de predicções de calor, frio, dor, coceira, cócega, etc. que o sistema como um todo exiba taxa relativa maior de certas respostas operantes e menor de outras.

Evidentemente, alguém pode ter sensações e as esconder (como, ademais, outros tipos de atributos psicológicos), mas isso não significa que relações operantes não as constituam. A nosso ver, o que ocorre em tais casos é que os comportamentos relevantes são, em alguma medida, inibidos, estando-se (geralmente, uma pessoa) em contextos nos quais tais

comportamentos não são apropriados. Eles ocorrem, então, de maneira menos perceptível (às vezes, inclusive, encobertamente⁴³). Por exemplo, pode ser conveniente para alguém não exhibir, por algum tempo, um comportamento costumeiramente depreciado (e punido), diante de um grupo de pessoas que lhe são importantes. Um chefe pode falar algo que provoque tensão em seu subordinado, sem que este, ao ouvi-lo, aja em resolução do problema apontado pelo chefe, expresse uma interjeição, etc., mas podemos esperar que comportamentos propositivos como esses ocorram em outros momentos. Assim, aquilo que é escondido quando sensações são escondidas são, em parte, respostas operantes.

Entretanto, em muitos casos de predicções relativas à categoria (b), estamos nos remetendo não só a relações operantes; *mas também* (como já vimos salientando) a relações entre certas condições do ambiente e reações orgânicas que, algumas vezes, sentimos. As afecções – diferentemente de fenômenos relativos à categoria (a) e, pelo menos, grande parcela de (c) e (d) – costumam envolver aquilo que Ryle (1949, p. 93ss) chama de agitações, ou seja, ocorrências involuntárias (ou passivas) e que têm graus de intensidade, podendo ser reações penosas, sufocantes, agudas, brandas e assim por diante. Elas são coisas que transparecem: na fisiologia do organismo, como descargas hormonais e aumento ou diminuição dos batimentos cardíacos, pressão arterial e respiração; na pele, como palidez, rubor e suor; em expressões faciais, como sorrisos e franzimentos de diferentes formas; em tonalidades da voz (pense-se naquelas que adjetivamos de irritadiças, melancólicas e similares); e em tremores do corpo, contorções e gemidos.

Seguindo Skinner (1953, p. 160ss), que chama atenção para isso, tais reações, comumente, são itens de padrões respondentes (ou reflexos) de comportamento. Estes padrões são correlações entre estímulos (ou condições ambientais) presentes e respostas (ou alterações no organismo), tais que os primeiros eliciam (no sentido de causar eficientemente) os segundos. Como os comportamentos operantes, os respondentes não se definem em razão de sua topografia, mas de relações com o ambiente. Diferentemente do comportamento operante, que se dá em razão de suas consequências passadas, o comportamento respondente se dá em razão de estímulos que o antecedem, pelos quais se define. Assim, por exemplo, a correlação entre temperatura relativamente alta e suor é um padrão respondente, em que o evento ambiental elicia a resposta orgânica de suor. A correlação entre apresentação de um alimento e o salivar subsequente de um cachorro também é um padrão respondente, o alimento sendo um

⁴³ Sobre comportamento encoberto, tratamos na seção seguinte.

estímulo antecedente eliciador do salivar. Esses exemplos são, em particular, de respondentes incondicionados, eminentemente inatos; mas eles podem ser condicionados, o que ocorre quando um estímulo inicialmente neutro (ou seja, não eliciador) passa a ser apresentado em conjunção com um estímulo incondicionado (ou seja, um eliciador inato), e, disso, passa a elicitar a resposta associada a este. Por exemplo, a apresentação repetida de um som imediatamente antes da apresentação de um alimento ao cachorro passa a ganhar poder eliciador, isto é, transforma-se em um estímulo condicionado da resposta de salivar. Sabe-se que, em nosso cotidiano, estímulos incondicionados que eliciam respostas de emoções são frequentemente pareados com estímulos inicialmente neutros. Por exemplo, sons estridentes são estímulos incondicionados de respostas como tremores e aumento do batimento cardíaco, e alguém pode ter tais reações diante de um objeto inofensivo simplesmente pelo fato de este ter ocorrido em conjunção com aqueles estímulos incondicionados⁴⁴.

Considerando-se que padrões respondentes, como Rachlin salienta em suas observações sobre o conceito de dor, tornam-se, algumas vezes, operantes, passando a ser controlados pelas consequências que produzem⁴⁵, não estamos dizendo que aquelas reações sejam sempre exemplares de padrões respondentes. Por exemplo, um choro pode ser um comportamento (neste caso, respondente) eliciado por um estímulo particularmente aversivo, como a ponta de um espinho; mas pode ser o comportamento (neste caso, operante) de uma criança com a função de chamar atenção da mãe, em razão de uma história de reforço (seleção pelas consequências) que tenha estabelecido a emissão deste comportamento ao efeito de a mãe dar atenção.

A perspectiva que sugerimos é compatível com fato de haver propriedades fenomenais em afecções. Graças a receptores interoceptivos, proprioceptivos e exteroceptivos, muitas espécies são suscetíveis a sentir reações como aquelas mencionadas e outras coisas, conforme aponta Skinner⁴⁶. Estimulação interoceptiva, em nossa espécie, é gerada nos sistemas digestivo, respiratório e circulatório; por exemplo, aumento do batimento cardíaco e contrações ou relaxamentos em vasos sanguíneos sentidos no enrubescer e no empalidecer. Estimulação proprioceptiva, em nossa espécie, é gerada em músculos, articulações, tendões e órgãos envolvidos na movimentação, etc. Estímulos exteroceptivos são aqueles do ambiente

⁴⁴ Para pormenores sobre os respondentes, cf. por exemplo, Mazur (2006, p. 40-41, p. 60ss), Pavlov (1927), Rachlin (1976, p. 155ss) e Skinner (1953, p. 45ss).

⁴⁵ Cf., em particular, Rachlin (1985, p. 47, p. 75, 1994, p. 147) e as referências teórico-experimentais aí citadas.

⁴⁶ Cf. Skinner (1953, p. 261-262, 1969b, p. 242-243, p. 255-256, 1976, p. 24-25).

em torno do sistema, que incluem, por exemplo, os objetos que tocamos e vemos. Ou seja, o organismo é suscetível a experimentar aquelas reações, que são ocasionadas pela interação no ambiente, mediante receptores apropriados para tanto, o que, presumivelmente, nos propicia as propriedades fenomenais.

Afirmamos que predicções formadas por conceitos da categoria (b) costumam estar conectados, em parte, a relações respondentes, sem generalizar para todos os casos, porquanto vários conceitos desta categoria não requerem tais elementos para sua aplicação, ainda que às vezes os envolvam. Quando dizemos, por exemplo, que alguém tem prazer em jogar uma partida de xadrez ou que admira Darwin, não estamos necessariamente inferindo que sinta reações acompanhando sua conduta em algum momento⁴⁷. Também, se um sistema exhibe os comportamentos de procura por alimento após longo tempo sob privação (como o caçar uma presa, no caso de animais predadores; ir até um restaurante ou preparar algo para comer, no caso de seres humanos em nossa sociedade; etc.), por mais que não tenha reações que acompanham estes comportamentos, não deixamos de dizer que ele tenha fome. Além disso, algumas vezes, ao comermos muito em uma refeição ou ao bebermos muita água, dizemos que não sabíamos que estávamos com tanta fome ou sede, ou seja, a emissão desses comportamentos vem a determinar a veracidade das predicções respectivas.

Nesta perspectiva, em que o uso de predicados notoriamente de (b) tem como condições de verdade relações operantes e, por vezes, respondentes, a lógica das predicções respectivas ainda é disposicional, com uma qualificação apenas para as predicções de sensações, em particular, que possuem uma lógica que Ryle (1949, p. 47-48, p. 140-142) chama de semidisposicional ou semiepisódica⁴⁸; isto é, estas, ao mesmo tempo em que implicam relações entre comportamentos e circunstâncias ao longo do tempo, também implicam relações concretas no momento particular em que se aplicam⁴⁹. Nas sensações, certas reações são, tipicamente, presentes; aquele que está sentindo uma coceira, uma dor ou um formigamento em uma região do corpo, tem alguma reação. Já no caso de apetites, emoções e humores, as reações são apenas ao longo de algum tempo e eventuais, tratando-se

⁴⁷ Cf. também Ryle (1949, p. 107-109) e Bennett e Hacker (2003, p. 203-205).

⁴⁸ Esta é uma característica que acreditamos ser partilhada também por alguns predicados da categoria (c), como aqueles relativos ao pensar e ao perceber (embora não em outras acepções deles; por exemplo, em uma acepção do conceito de pensar que se encaixa na categoria (a), ele possui caráter disposicional).

⁴⁹ Isso não quer dizer, entretanto, que Ryle entenda que os predicados para sensações tenham tal característica. Ryle (1949, p. 83-84, p. 104-107) parece considerar que eles, diferentemente dos demais da categoria (b), são episódicos, e não intrinsecamente conectados com relações ao longo do tempo.

de tendências a experi-las (e outros comportamentos), quando certas circunstâncias se apresentam; pode-se, por exemplo, ter fome, estar com raiva de algo e estar contente ou alegre sem estar tendo uma reação particular durante um momento específico. Assim, as predicções de sensações possuem, normalmente, uma feição peculiar.

Estamos de acordo com Rachlin que, em nenhum dos casos, se trata de explicações ou predições de comportamentos por referências a causas internas eficientes deles, mas, antes, pela sua subsunção a padrões que compõem (tal como vimos acima). Os componentes respondentes desses padrões não alteram, no fundamental, esta lógica, pois eles mesmos são relações comportamentais. Ao dizermos, por exemplo, que alguém suou e tremeu ao ver um bicho morto porque estava com medo, a atribuição de medo não é, propriamente, uma inferência de alguma causa interna subjacente àquelas reações, mas, antes, uma subscrição de tais reações a padrões de comportamento (englobando respondentes e operantes) que as incluem como respostas condicionadas a estímulos como o do bicho morto. Dito de outro modo, estamos, mediante tal predição, contextualizando aquelas reações no âmbito de relações entre certos atos ou atividades e reações e certas circunstâncias ambientais, relações essas que podemos expressar sob a forma de enunciados condicionais hipotéticos. A afecção, assim, está no padrão de comportamento, e não é uma causa eficiente interna.

Em suma, concordamos com a abordagem de Rachlin que as predicções psicológicas comuns, pelo menos aquelas relativas às categorias (a), (b) e (d), dizem respeito a relações estendidas no tempo entre comportamentos e circunstâncias. Nisso, compartilhamos, inclusive, sua reticência ao mentalismo quanto a elas. Há raciocínios articulados por Ryle, Skinner e pelo próprio Rachlin, dentre outros autores, que contribuem para elucidar isso. No entanto, sugerimos que relações respondentes são também parte constitutiva, às vezes, dos fatores de verdade de algumas dessas predicções, em particular, da categoria (b), e, por conseguinte, parte de (d) que a envolve diretamente.

1.4. Sobre a ênfase de Rachlin em comportamentos manifestos

O behaviorismo teleológico, como vimos, sugere que os atos e atividades que formam os padrões relevantes para as predicções psicológicas são manifestos. Ele contrapõe-se, assim, à ideia de Skinner de comportamentos encobertos, e, de modo mais geral, de eventos encobertos como componentes de comportamentos. Ou seja, Rachlin sugere não haver aspectos não manifestos de padrões operantes (incluindo, além dos comportamentos deste

tipo, também contextos e consequências) e de respondentes (isto é, eventos eliciadores e os comportamentos deste respectivo tipo). Quanto a isso, discordamos de Rachlin, na medida em que alentamos a hipótese de ser razoável que haja comportamentos não manifestos como fatores de verdade de alguns casos de predicacões psicológicas ordinárias.

Acreditamos que tal contraposição de Rachlin se deve a pressupor que a visão de Skinner implique em uma mereologia das predicacões psicológicas ordinárias diferente daquela do sistema inteiro; e, também, que implique em elas corresponderem a eventos do nível subpessoal, causas eficientes do comportamento manifesto. As asserções seguintes, por exemplo, conotam isso⁵⁰:

Quando lhes é pedida uma explicação de estados mentais desacompanhados de comportamento manifesto presente, os behavioristas molares apontam um padrão de comportamento manifesto passado [e, possivelmente, futuro]⁵¹ e identificam aquele padrão com o estado mental presente. Mas os behavioristas moleculares não possuem esta opção, porque, para eles, padrões [molares] não são unidades. Isso lhes força (ou pelo menos encoraja) [...] a apontar para o interior do organismo. Então, os mentalistas teriam os behavioristas justamente onde eles querem tê-los. (RACHLIN, 1985, p. 76; trad. nossa)

Ao relacionar conceitos mentais, tais como o de ideia, ao interior do organismo (o mesmo lugar onde a fisiologia do organismo existe), Skinner está em linha com a psicologia cognitiva moderna. Tanto Skinner [...] como muito da psicologia cognitiva moderna colocam eventos mentais e fisiológicos juntos [...] dentro do organismo. (RACHLIN, 1994, p. 28; trad. nossa)

O propósito desta seção é apoiar a ideia de que haja comportamentos não manifestos como fatores de verdade de algumas predicacões psicológicas comuns, em um sentido específico que delimitamos. Nossa delimitação é feita com base em Skinner, mas com qualificações. Então, nossa preocupação, aqui, não é, propriamente, se as referidas alegações de Rachlin são ou não justas em relação à perspectiva de Skinner⁵². Antes, o intuito é de sugerir que há respostas que não são manifestas, mas que são fatores de verdade para alguns casos de

⁵⁰ Cf. também Rachlin (1988).

⁵¹ Espera-se que a justificativa para este colchete esteja clara. Em Rachlin (1994, p. 34, trad. nossa), por exemplo, o autor alerta para o fato de que é um importante aspecto de sua perspectiva que a veracidade ou não de uma predicacão psicológica comum pode depender da “referência tanto a eventos futuros como também passados”.

⁵² Podemos mencionar, no entanto, que, a nosso ver, aquelas alegações de Rachlin contra a perspectiva Skinner perdem de vista muito do que este autor disse acerca dos predicados em questão, e, por isso, provavelmente, cometem a falácia do homem de palha. Elas perdem de vista, por exemplo, considerações de Skinner como aquela que vimos na seção anterior, sobre emoções e humores; também aquela sobre traços de caráter, que encontramos em Skinner (1953, p. 194ss), consideravelmente próxima da visão de Rachlin; e as análises de Skinner sobre o pensar, por exemplo, em Skinner (1953, p. 242ss, 1976, p. 113ss).

predicações em questão, sem que esta proposta implique em uma mereologia equivocada, e, tampouco, que essas predicações se refiram a entidades de base (fisiológicas e similares) e concebidas como causas internas eficientes do comportamento manifesto. Além disso, a proposta pode ser dissociada da ligação que Skinner faz, algumas vezes, desses comportamentos à noção de privacidade.

O que sugerimos é, simplesmente, que não apenas respostas que podemos contemplar pela simples observação do corpo externo e do ambiente maior fazem parte do conjunto de entidades aos quais nos remetemos através de certas predicações psicológicas comuns. Algumas vezes, remetemo-nos também (parcialmente) a respostas como, por exemplo, as de fala subvocal, de caráter operante, e a respostas como a de contração de vasos sanguíneos e outras (frequentemente vistas apenas sob o ângulo neurofisiológico) ocasionadas por estímulos eliciadores, de caráter respondente (ou reflexo). Não apenas o que é externo ao corpo compõe fenômenos psicológicos, o que é compatível com uma perspectiva comportamental.

A distinção entre comportamentos manifestos e não manifestos (ou encobertos), de nosso ponto de vista, é apenas uma determinada distinção epistêmica, e não uma distinção ontológica. Entendemos comportamentos não manifestos como sendo aqueles de observabilidade pública relativamente limitada⁵³. Podemos falar manifestamente, no sentido de ser em voz alta e com a boca, o que é bastante perceptível pela contemplação do que ocorre na parte exterior do corpo, incluindo o ambiente maior; mas podemos falar de maneira não manifesta, no sentido de ser em voz subvocal e, como se diz, em nosso interior, o que, se produz estimulação visual, é uma muito menos perceptível. Podemos ter uma sensação de dor manifesta, quando ela transparece em expressões faciais, contorções e outros comportamentos salientes típicos; mas podemos tê-la (quando mais brandas) sem que sejam relativamente visíveis no que se passa exteriormente, envolvendo respostas intradermes. Não se trata de uma distinção ontológica, pois, deste ponto de vista, comportamentos manifestos e não manifestos possuem a mesma natureza (há uma continuidade ontológica entre eles, sem ruptura): possuem as mesmas características gerais, ou seja, são entidades relacionais, envolvendo relações (históricas) com o contexto e com as consequências que seus “antepassados”

⁵³ Note-se que se trata de *observabilidade*, e não de *observação*. Logo, não é o caso que seja encoberto um comportamento que tenha a característica de poder ser visto pela contemplação do exterior do sistema e do ambiente maior, mas que não é observado por um terceiro; pois a observabilidade do que se passa no exterior do sistema e no ambiente maior é algo objetivo.

produziram, no caso dos comportamentos operantes, e relações com o contexto eliciador, no caso dos comportamentos respondentes; e são regidos pelos mesmos fatores causais – causação seletiva pelas consequências, no caso dos comportamentos operantes, e causação eficiente por estímulos antecedentes, no caso dos comportamentos reflexos⁵⁴. Isso é o que Skinner parece, por vezes, sugerir, quando diz coisas como: “Um evento privado distingue-se pela sua limitada acessibilidade [pública], mas não, até onde saibamos, por qualquer estrutura ou natureza especial”⁵⁵.

Por outro lado, quando associa ao comportamento não manifesto a noção de privacidade, Skinner introduz uma conotação diferente; ou seja, o comportamento não manifesto, acrescido disso, possui outra aceção. Ele seria, segundo tal aceção, aquele ao qual o organismo que o realiza possui um suposto acesso privilegiado e peculiar: “Uma pequena parte do universo está contida sob a pele de cada um de nós. [...] Sentimo-la e, em certo sentido, observamo-la, e pareceria insensato negligenciar tal fonte de informação apenas porque não mais do que uma pessoa pode fazer contato com um mundo interno”⁵⁶. O não manifesto, nesta outra aceção, é aquilo ao que o organismo é o único a poder acessar e observar, apesar de possuir a mesma natureza que o manifesto ou público⁵⁷. Esta distinção ainda é epistêmica, mantendo o princípio de continuidade ontológica entre comportamentos manifestos e não manifestos, mas é feita em termos de inobservabilidade de terceira pessoa e observabilidade de primeira pessoa.

Embora estejamos de acordo com Skinner que comportamentos não manifestos possam ser partes de padrões de comportamento e formar alguns dos fenômenos que descrevemos em termos da linguagem psicológica ordinária, não é preciso que seja nesse último sentido. Ao utilizar a noção de privacidade, Skinner pretende sinalizar para o suposto fato de que coisas como certas sensações seriam acessíveis apenas por aquele que as têm:

A resposta de um indivíduo a um dente inflamado, por exemplo, é diferente da resposta que qualquer outro pode emitir àquele dente particular, já que ninguém mais pode estabelecer o mesmo tipo de contato com ele. Eventos que ocorrem durante excitação emocional ou em estados de privação são, frequentemente, acessíveis de modo único pela mesma razão [...]. Com respeito a cada indivíduo, em

⁵⁴ Sobre esta suposição ontológica, cf. Skinner (1953, p. 257ss, 1969b, 1976, *passim*). Cf. também Moore (2008, p. 213ss), Palmer (2009) e Tourinho (2006).

⁵⁵ Skinner (1953, p. 257-258; trad. nossa). Cf. também Skinner (1969b, p. 242). Uma caracterização semelhante àquela aqui delineada é sugerida por Tourinho (2006, p. 18ss).

⁵⁶ Skinner (1976, p. 24; trad. nossa).

⁵⁷ Cf. também Skinner (1953, p. 257, 1969b, p. 225-226). (Isso é recorrente entre vários skinnerianos.)

outros termos, uma pequena parte do universo é *privada*. (SKINNER, 1953, p. 257; grifo do autor; trad. nossa)

Entretanto, a associação da noção de privacidade a sensações é problemática. Como dissemos em determinado momento na seção (1.2), lembrando Ryle (1949, p. 199ss), a lógica da noção de *ter uma sensação* é diferente daquela de *observar*, e, analogamente, daquela de *acessar*⁵⁸. O observar e o acessar são tarefas, que têm graus de sucesso ou falha; mas não há algo como uma pessoa ver ou deixar de ver sua própria sensação de dor, de cócega ou de frio, nem o ser obstruída ou desobstruída em uma tentativa de observar ou acessar tais sensações (se tenho acesso ou deixo de ter acesso a determinado local, tenho ou não permissão para tanto, mas, com sensações, não há isso). É verdade que alguém a quem ocorra uma sensação é o único a passar por esta (o exemplar), especificamente; mas isso é como o truísmo de que alguém não pode realizar o exemplar específico do ato que outrem realizou de pegar a caneta, realizar o beber água que outrem realizou, ganhar a partida singular de xadrez que outrem ganhou, e assim por diante⁵⁹, de modo que tal característica não é critério de sensações. Além disso, sensações e, como o próprio Skinner sustenta, emoções e outras afecções, agregam elementos operantes e muitas vezes manifestos, portanto não sendo de acesso único. O que há, antes, em tais casos, é uma diferença de graus de *observabilidade pública*. Assim, acrescentar a noção de privacidade oferece problemas desnecessários para a caracterização de comportamentos não manifestos.

A razão que temos para preservar a ideia de comportamento não manifestos, na acepção específica que delimitamos, é bastante simples: faz parte do uso de alguns predicados psicológicos comuns inferências sobre ocorrências com a característica de serem não manifestas – e sem que se cometa necessariamente alguma inconsistência com outras regras que governam o uso geral deles. Um caso típico é de predicados relativos ao pensar ('...refletir...', '...meditar...' e outros), em acepções relativas a processos, que se encaixam na categoria (c). Elas indicam que pode haver o pensar, o refletir, o raciocinar e processos semelhantes sem que haja sempre comportamentos manifestos durante eles, o que é bastante claro quando fazemos, digamos, como *Le Penseur* e nos engajamos em um debate conosco mesmos em fala subvocal. Podemos, por exemplo, fazer perguntas a nós mesmos sem manifestar isso a alguém, o que pode compor um processo de raciocínio e (o que é similar) de

⁵⁸ Cf. também Oliveira-Castro (2000, p. 21-22) e Bennett e Hacker (2003, p. 92-95).

⁵⁹ Cf. Ryle (1949, p. 208-209).

resolução de problemas (como descobrir onde está determinado objeto cotidiano ou o resultado de um cálculo, planejar um rumo de ação, etc.). Além disso, algumas reações orgânicas – frequentemente, comportamentos respondentes –, que, segundo sugerimos na seção anterior, podem constituir fatores para algumas predicções psicológicas comuns, não são manifestas. Contrações em vasos sanguíneos decorrentes de objetos perigosos (as quais podemos sentir, por exemplo, ao ter medo destes objetos), contrações no estômago após muito tempo sob privação de alimento e secreções de saliva provocadas pela apresentação de um alimento (que podem constituir, respectivamente, o ter sensações de “estômago roncando” e de “água na boca”), dentre outras reações, nem sempre são manifestas (embora possam apresentar aspectos manifestos em uma escala reduzida).

Tal visão não implica que fenômenos como os de raciocinar, de refletir e de ter uma emoção, estar em um humor ou outra afecção, sejam não manifestos. Antes, sugerimos que se trata de fenômenos que podem, eventualmente, ser compostos por respostas não manifestas. Atividades como as de debater consigo próprio e de ler podem ocorrer em voz alta; e podemos fazer um cálculo e reconstruir um argumento sem ajuda de instrumentos como o papel e a caneta, mas, por vezes, fazemos isso escrevendo com tais instrumentos e similares. Além disso, essas atividades são de tipo operante, que requerem aprendizagem ou treino; para se chegar a um estágio de capacidade de realização encoberta delas, é preciso aprendê-las no nível manifesto. Considere-se ainda que, em atividades como a de raciocinar e refletir, pode haver o encadeamento de alguns comportamentos não manifestos com outros que são manifestos, a atividade inteira, assim, não sendo apenas um deles. Por sua vez, as afecções (consoante tratamos na seção anterior) são, normalmente (sobretudo no caso dos animais não humanos), compostas, pelo menos em parte, por respostas manifestas, como suor, enrubescimento, palidez, expressões faciais, contorções do corpo, etc. Mais do que isso, as afecções (conforme argumentamos na seção anterior) envolvem comportamentos operantes, frequentemente manifestos. Portanto, é equivocado falar-se de certos atributos psicológicos como se fossem sinônimos de comportamentos não manifestos.

Não é implicada, tampouco, uma infração na mereologia de predicções em questão. Quando o comportamento não manifesto é operante, ele é, em geral, próprio do sistema como um todo. Isso transparece no fato de que um comportamento operante é membro de um agregado, que se define por suas relações histórico-funcionais com o ambiente maior. Inclusive, como salienta Rachlin, há conseqüências de médio e longo prazo envolvidas neles,

de relevância para o sistema inteiro. Além disso, por uma questão de lógica, não faz sentido dizer que quem realiza o comportamento operante de relevância para certas predicções psicológicas seja uma parte do corpo. Quem faz uma pergunta ou responde a uma pergunta, exclama algo, compara possibilidades, etc., é o sistema inteiro, quer seja de modo manifesto ou não. Essas expressões são mal formadas quando aplicadas a partes do sistema. Quando o comportamento não manifesto é respondente (ou reflexo), isso, talvez, seja um pouco diferente algumas vezes, porquanto se pode entender que haja alguns comportamentos respondentes que são emitidos por partes do sistema; por exemplo, uma secreção emitida por um órgão do corpo (eliciada por um estímulo incondicionado ou condicionado). No entanto, tais comportamentos são, usualmente, relevantes para predicções de sensações quando são sentidos pelo sistema – e é o sistema (inteiro) quem sente. Coceiras, formigamentos, calor, etc. são coisas que dizemos sentir – não faz sentido se falar em uma sensação não sentida –; e podem ser sentidas em uma região do corpo (como o pé, por exemplo), mas quem as sente não é tal região, mas o sistema inteiro. Os respondentes que costumam estar envolvidos nesses casos incluem o sentir. Por outro lado, quando falamos de outros tipos de afecções, o sentir, por vezes, é irrelevante; não faz muita diferença, por exemplo, se um animal sente estar ofegante, sente seu rosto franzir ou enrubescer, em uma mágoa, um temor ou um contentamento com algo. Então, eventuais comportamentos respondentes não manifestos, nesses casos de afecções, talvez sejam exibidos por partes do sistema. Porém, de qualquer forma, é preciso levar-se em conta que os fenômenos relevantes para as atribuições dessas afecções não se reduzem a tais comportamentos – eles envolvem, de maneira, fundamental, comportamentos operantes. Isso está de acordo com o fato de que é o sistema inteiro quem está com sede, magoado, comovido, melancólico, com orgulho e assim por diante. Portanto, a mereologia apropriada das predicções psicológicas comuns não é ferida pela consideração de comportamentos não manifestos.

Por fim, deve estar claro, a partir das considerações precedentes, que nossa perspectiva não incorre na visão mentalista. A natureza das respostas não manifestas é a mesma das manifestas, o que exclui essa possibilidade, como insiste Skinner⁶⁰. Os comportamentos não manifestos são comportamentos, tanto quanto os manifestos. Assim, não se trata da visão de que essas predicções se refiram, propriamente, a aspectos neurofisiológicos ou similares que causam eficientemente o comportamento. Além disso, como tratamos na seção anterior, a

⁶⁰ Cf., por exemplo, Skinner (1969b, p. 158, 1976, *passim*). Cf. ainda Tourinho (2006).

lógica de várias das categorias psicológicas é disposicional. Ou seja, elas explicam e predizem de uma maneira diferente que por referência a ocorrências específicas. Novamente, tem-se uma rejeição do mentalismo.

Não estamos dizendo, entretanto, que comportamentos não manifestos não tenham influência alguma sobre outros comportamentos e o ambiente maior. Tanto os comportamentos não manifestos como os manifestos podem ter tal influência. Nessa medida, podemos dizer que atributos psicológicos o tenham. Porém, não se trata de uma causalidade mentalista, mas, antes, de um fluxo de influências no nível comportamental, ou seja, de relações comportamento-ambiente para outras relações comportamento-ambiente, sob a égide de processos causais seletivos e de mecanismos respondentes. Se, por exemplo, uma pessoa reflete sobre uma situação pela qual passa, representando-a como um trilema em um papel ou tela de computador, isso pode lhe ajudar na tomada de um rumo de ação; o que influencia, neste caso, é aquilo que ela própria faz, isto é, seus atos e atividades de refletir (alguns eventualmente não manifestos) e as mudanças provocadas no ambiente (no papel ou na tela, neste caso), sob a base de uma história interativa. Isso acomoda intuições comuns que temos a respeito, sem ferir a lógica do funcionamento das predicções psicológicas ordinárias.

Em suma, consideramos razoável que haja comportamentos não manifestos ou encobertos como condições de verdade de alguns casos particulares dessas predicções, ou dito de outro modo, que eles componham, por vezes, os fenômenos aos quais estas remetem⁶¹; comportamentos não manifestos, em particular, entendidos como aqueles de observabilidade relativamente limitada no que se passe exteriormente ao sistema, mas que estão em inteira continuidade ontológica com os comportamentos manifestos. Esta proposta está de acordo com algumas intuições comuns a respeito das categorias psicológicas e não fere, por si só, suas regras – não incorre em erro de categoria, no sentido de Ryle (1949). Rachlin, cremos, rejeita este tipo de proposta, mas é provável que o faça por pressupor que implique em mentalismo, quando, na verdade, conforme argumentamos, esse não é necessariamente o caso. Fenômenos tais como o ter emoções, as atividades de pensar, dentre outros, nos casos em que englobam respostas não manifestas, ainda assim são fenômenos do sistema como um todo; e, ao invés de serem causas eficientes internas de comportamentos, trata-se de fenômenos comportamentais (do âmbito das relações entre ambiente e comportamento). A

⁶¹ Cremos que esta visão está em consonância, inclusive, com análises desenvolvidas por Ryle. Cf., por exemplo, Ryle (1949, p. 27, p. 46-47, p. 51).

abordagem de Rachlin evita o possível problema conceitual de Skinner de associar a noção de privacidade a alguns casos de atributos psicológicos; mas, se estivermos corretos, evita o problema não tão bem quanto poderia, uma vez que não o faz pelas melhores razões.

1.5. O caráter teleológico de predicacões psicológicas ordinárias

Pelo menos boa parte de casos das categorias psicológicas ordinárias possui uma característica teleológica, no sentido de eles sinalizarem eventos que, aparentemente, são dirigidos para fins. Por exemplo, ao falarmos de almejos, querer e expectativas, sentimentos de fome e de sede, processos de raciocínio e reflexão, ser inteligente, organizado e sagaz, tendemos a pressupor finalidades correlatas: o almejo, o querer e a expectativa são, comumente, de obtenção ou realização de algo; o ter fome e o ter sede estão relacionados à obtenção de recursos alimentícios e líquidos saciadores; o pensar e o refletir servem para várias coisas, relacionadas à solução de problemas e, de modo geral, à lida com o ambiente; inteligência, organização e sagacidade são atributos muitas vezes desejados pelos benefícios que propiciam; e assim por diante. Caso tais fenômenos, aos quais nos remetemos através do vocabulário psicológico ordinário, exibam alguma contrapartida teleológica, qual seria esta contrapartida? Se não há alguma, há, presumivelmente, pelo menos algo que aparente ser uma. A abordagem de Rachlin, como vimos, aponta para padrões operantes de comportamento como contrapartida, qualificando-os como causas finais.

Nesta seção, procuramos sugerir, a partir da abordagem de Rachlin, uma visão evolucionista sobre a característica teleológica de predicacões psicológicas ordinárias – assim propondo, de modo mais geral, uma visão evolucionista de atributos aos quais remetem. Acreditamos que, com tais predicacões, estamos remetendo-nos a entidades que possuem funções (tal como propõe o funcionalismo, como tratamos no Capítulo II), em especial, funções conforme caracterizadas pela análise etiológica, que são consideradas sinônimas de funções biológicas (tal como propõe o funcionalismo teleológico ou teleofuncionalismo⁶²). Ou seja, acreditamos que a contrapartida daquela característica teleológica reside, aproximadamente, em funções deste tipo, possuídas por padrões de comportamento. Na medida em que vimos limitando nossa tese sobre as condições de verdade, em geral, às categorias (a), (b) e (d), fazemos o mesmo com relação à presente tese.

⁶² Cf. Dennett (1987a), Lycan (1981), Millikan (1984) e Sober (1985). Há uma versão rudimentar já em Dennett (1969, p. 43ss).

Porém, deixamos, parcialmente, em aberto o grau de generalidade desta ideia. Uma qualificação que fazemos acerca disso é que nem sempre padrões operantes de comportamento são selecionados diretamente, sendo, às vezes, cooptações de outros (isto é, há casos análogos a exaptações da evolução em nível filogenético), e possivelmente em tais casos não possuam funções; mas há predicções psicológicas ordinárias que talvez sejam satisfeitas por eles.

O que fazemos, aqui, então, é alimentar a hipótese de um teleofuncionalismo nos moldes da abordagem de Rachlin e de nossos delineamentos acima. Dado que deixamos em aberto, parcialmente, o grau de generalidade da ideia teleofuncionalista, podemos considerar que se trata apenas de uma versão branda dela, em termos de a veracidade de predicções psicológicas ordinárias estar, comumente (e não necessariamente sempre), ancorada em funções como aqui entendidas. Oferecemos algumas razões para a hipótese de que padrões de comportamento, tanto operantes como respondentes, são entidades que costumam ter funções deste tipo. Dependendo de como a teleologia da abordagem de Rachlin for entendida, parte do que fazemos é desvendar um fundo evolucionista que esse autor apresenta em termos aristotélicos; ou seja, explicitar a visão do caráter teleológico de predicções psicológicas ordinárias como sendo razão de aspectos evolutivos de padrões de comportamento (mas inclusive respondentes). Talvez Rachlin não aceite tal visão, mas, de qualquer forma, consideramos a intuição geral teleofuncionalista (e sem mentalismo) um desiderato.

A teleologia, na abordagem de Rachlin, dá-se chamando atenção para causas finais, contrastando-as com as causas eficientes ou mecânicas⁶³. As causas finais de atos e atividades são, segundo a abordagem, os padrões molares nos quais se encaixam, ou seja, as contingências molares de reforço e de punição; e suas causas eficientes são as entidades estruturais (neurofisiológicas ou similares) subjacentes. A distinção reflete-se em dois tipos de perguntas que podemos fazer sobre a ocorrência de atos e atividades, a saber, perguntas sobre *por que* se dão e perguntas sobre *como* se dão. Nessa medida, Rachlin parece considerar sua perspectiva sobre conceitos psicológicos ordinários como sendo teleológica por relacionar esses conceitos àquilo que entende como causas finais, em contraste com causas eficientes.

A conceptualização dos padrões molares como causas finais de atos e atividades é, provavelmente, pelo menos em parte, uma maneira de contrastar o modo causal envolvido

⁶³ Cf. Rachlin (1994, p. 20-22, 2007, p. 137).

neles com a causação puramente mecanicista⁶⁴. Sob este ângulo, a teleologia sugerida por Rachlin pode ser entendida em termos de um contraste similar àquele feito (dentre outros autores) por Mayr (1961), entre *causas últimas* e *causas próximas* de traços biológicos, e, correspondentemente, entre o *porquê* e o *como* deles; no âmbito, em especial, da evolução do comportamento, o contraste é salientado por Skinner⁶⁵. Segundo Mayr (1961, p. 1502-1503), ao considerarmos um traço biológico, podemos perguntar pelos processos evolutivos dos quais ele resulta, destacando-se os processos de seleção natural, que são processos históricos, descontínuos no tempo e no espaço – as causas últimas ou remotas do traço –; e, por outro lado, podemos estar interessados pelos processos estruturais envolvidos, ou seja, condições físico-químicas subjacentes ao traço – suas causas próximas ou imediatas. No primeiro caso, as perguntas são sobre por que razão ele existe, no sentido específico de perguntas sobre os processos fundamentais dos quais advém. No segundo caso, as perguntas são sobre a maneira como o traço funciona. Por exemplo, podemos estar interessados pela razão de haver corações ou de haver fotossíntese, e, então, devemos considerar a história evolutiva que explica por que tais traços existem em certas espécies; ou podemos estar curiosos pelos mecanismos e aspectos anatômicos que fazem os corações bombearem sangue ou as plantas executarem a fotossíntese diante de determinadas condições presentes do ambiente. De modo análogo, os comportamentos operantes possuem causas evolutivas, que correspondem a por que eles ocorrem, nomeadamente, as contingências de reforço e de punição; e têm condições físicas de base (neurofisiológicas ou similares) como causas próximas, que correspondem a como se dão. Nos termos de Skinner,

A fisiologia estuda o produto do qual as ciências [comportamentais] da variação e da seleção estudam a produção. O corpo funciona *como* funciona por causa das leis da física e da química; ele faz *aquilo* que ele faz por causa de sua exposição a contingências de variação e seleção. A fisiologia diz-nos *como* o corpo funciona; as ciências da variação e da seleção dizem-nos *por que* é um corpo que funciona dessa maneira. (SKINNER, 1990, p. 1208; grifos do autor; trad. nossa)

Tanto Mayr (1961, p. 1503-1504) como Skinner⁶⁶, entretanto, rejeitam que as causas últimas sejam teleológicas. O *teleológico* estaria relacionado a fins preestabelecidos, mas as seleções natural e operante não visam a fins preestabelecidos. O que exhibe algo semelhante a uma

⁶⁴ Isso é sugerido por Baum (1997).

⁶⁵ Cf., por exemplo, Skinner (1976, p. 12-14, 1988, 1990). Cf. também Alessi (1992).

⁶⁶ Cf., por exemplo, Skinner (1969c, p. 193-194, p. 203, 1976, p. 61-63).

finalidade, segundo esses autores, são os resultados dessas causas, a saber, as adaptações (no sentido estrito do termo, no caso da seleção natural, e em um sentido lato, no caso da seleção operante⁶⁷) ao ambiente. Já que Rachlin entende as contingências de reforço como causas finais, é provável que as qualifique desse modo como, pelo menos em parte, uma forma de contrastá-las com causas eficientes.

O aspecto teleológico da perspectiva de Rachlin pode ser interpretado também, sob um ângulo correlato, como ênfase no caráter funcional dos comportamentos; não só no sentido (como por vezes se entende seu caráter funcional) de que se definem pelas suas relações com aspectos do ambiente maior (ao invés de por entidades estruturais), mas também de que possuem funções. O autor diz que o behaviorismo teleológico “foca sua atenção sobre a *função* dos atos, incluindo atos linguísticos”⁶⁸, ou seja, naquilo para o que eles servem. Essa consideração, aliada à sua tese de que as predicções psicológicas ordinárias remetem ao *porquê* dos comportamentos, é compatível com a ideia de que o *teleológico*, em sua abordagem, assemelha-se àquele do teleofuncionalismo. Independentemente, porém, de se esta interpretação é plausível, o que propomos é que as predicções psicológicas ordinárias costumam remeter a funções.

O sentido geral da noção de função conforme a análise etiológica é o de tarefas que um traço desempenha para o que foi selecionado, em um processo de seleção pelas consequências⁶⁹. Não se trata de algo qualquer que um traço faça, posto que aquilo que ele faz pode ser algo puramente acidental; antes, trata-se de algo para o qual o traço serve por sua própria natureza, tendo sido selecionado para realizá-lo. Além disso, o traço, por alguma razão, pode não desempenhar, ou pode deixar de desempenhar, sua função, mas continuar a possuí-la. A noção é expressa (em uma caracterização geralmente tomada como referência principal) por Wright (1973), sinteticamente, da seguinte maneira:

A função de [um traço] *X* é *Z* significa que:

[...] (a) *X* está lá [isto é, está onde se encontra, ou existe (é algo), dependendo

⁶⁷ A noção de adaptação é retomada adiante, ainda nesta seção.

⁶⁸ Rachlin (1995, p. 148; grifo do autor; trad. nossa). Cf. também Logue (1995) e Rachlin (2007, p. 136).

⁶⁹ Cf., por exemplo, Chediak (2011, p. 89), Godfrey-Smith (1994, *passim*), Millikan (1993d, p. 35-36) e Neander (1991, p. 173-174). Esses autores, entretanto, detêm-se, frequentemente, apenas à seleção natural. Baseamo-nos na análise etiológica porque ela é a principal opção evolucionista de que dispomos, além de ser adequada, conforme sugerimos, para nossa proposta, e, também, é a mais razoável, posto que captura as nuances em seguida expostas. Sobre esse último ponto, cf., por exemplo, Millikan (1993c, 1993d) e Wright (1973).

do caso⁷⁰] porque faz Z, [e]

(b) Z é uma consequência (ou resultado) de X estar lá. (WRIGHT, 1973, p. 161)

A condição (a) estabelece que um exemplar (*token*) *x* de um traço *X* ter a função *Z* é o porquê de *x* estar ali, em um sentido etiológico (ou causal). Ela estabelece, assim, uma equivalência entre perguntar-se o porquê ou razão do traço e perguntar-se pela sua função. Por exemplo, a clorofila tem a função de executar a fotossíntese no sentido de que o sistema ter clorofila o permite fazer fotossíntese; corações terem a função de bombear sangue quer dizer que existem porque bombeiam sangue; certos animais e vegetais possuem espinhos, capacidades de mudar de pigmentação, ou peçonhas, porque tais traços os protegem contra seus predadores; uma larga variedade de comportamentos respondentes incondicionados existe porque, similarmemente, são traços que os protegem contra predadores e outras condições aversivas; etc. Tal condição procura excluir meros acidentes: ela é uma forma de “colocar em termos precisos a moral do nosso exame da distinção entre função e acidente”⁷¹. De fato, quando dizemos que algo tem uma função, estamos distinguindo entre aquilo para o que ele serve e aquilo que ele faz simplesmente por acidente. Por exemplo, não dizemos que os corações existam para fazer ruídos, ainda que ruídos ocorram quando funcionam; e a peçonha de alguns animais pode ser boa para fabricar alguns remédios, mas isso não significa que ela se encontre nesses animais porque tenham essa utilidade (que é meramente acidental em relação a “estarem lá” neles).

A condição (b) especifica o tipo de etiologia (ou causação) envolvida, a saber, que ela é de tipo seletivo: “Quando dizemos que a função de *X* é *Z* (ou fazer *Z*), estamos dizendo que *X* está lá porque faz *Z*, mas com uma qualificação a mais. Estamos explicando como *X* veio a estar lá, mas apenas certos tipos de explicação [...] darão conta disso”⁷². Ou seja, quando dizemos que *X* tem a função de fazer *Z*, estamos dizendo que *Z* ocorre como resultado ou consequência de *X* existir e, nisso, remetendo-nos à maneira como *X* veio a existir: aqueles itens de tipo *X* que, no passado, tiveram como resultado *Z*, passaram a ocorrer com maior frequência. Por exemplo, vegetais que, no passado, a partir de clorofila, tiveram como resultado fotossíntese, passaram a replicar-se com frequência maior; certas aranhas, que, no

⁷⁰ Cf. Wright (1973, p. 158).

⁷¹ Wright (1973, p. 158; trad. nossa).

⁷² Wright (1973, p. 160; trad. nossa).

passado, desenvolveram a capacidade de produzir e injetar peçonha em predadores, vieram, similarmemente, a ter um maior sucesso reprodutivo (isto é, um aumento de sua aptidão – *fitness enhancement*); etc. Ao levarmos em conta este vínculo das funções com histórias de seleção, vemos preservada a intuição de que o exemplar de um traço pode, eventualmente, não desempenhar (ou deixar de desempenhar) sua função. Possuir uma função, assim entendida, é uma questão de ter uma história de seleção apropriada, a qual não garante, por si só, que um exemplar a realizará. Em resumo, a função biológica de um traço e seu porquê são intercambiáveis: ambos referem-se às suas causas seletivas⁷³.

Padrões operantes de comportamento satisfazem tal caracterização⁷⁴. Retomando, aqui, o exemplo do macaco dado na seção (1.1), a emissão da taxa apropriada do pressionar a alavanca ocorre, no contexto do dispositivo, para a obtenção do alimento, e não para produzir o ruído da alavanca, mover uma quantidade de ar no ambiente ou outros resultados meramente acidentais. Além disso, o padrão de pressionar a alavanca deve sua existência aos processos passados de obtenção do alimento a partir de respostas de pressão à alavanca, isto é, fazem parte do repertório comportamental do organismo em razão de uma história de reforço. Eventualmente, o macaco pode realizar os atos relevantes sem que resultem na banana como consequência, porque, digamos, o dispositivo é desligado por um tempo, ou é preciso fazer uma reposição de bananas; mas isso não quer dizer que estes atos, em tal contexto, tenham deixado de possuir a função de obter o alimento⁷⁵.

O caráter funcional dos operantes, na acepção biológica da noção de função, reside em eles serem traços que resultam de seleção pelas consequências. Artiga (2010), por exemplo, mostra que eles possuem esse caráter esquematizando o conceito de função biológica ou etiológica com uma explicitação da estrutura do referido modo causal, tal como delineada por Hull *et al.* (2001):

Mesmo se os pormenores [sobre o conceito de função etiológica] variem entre diferentes filósofos, permitam-me tentar pôr em evidência uma definição que, penso, muitos deles aceitam:

[...] Um membro *d* de um tipo *D* tem uma função etiológica *F* se, e só se:

⁷³ Sobre a análise de Wright (1973), cf. também Chediak (2011, p. 87-89), Godfrey-Smith (1994, p. 345-347) e Nunes-Neto e El-Hani (2009, p. 360ss).

⁷⁴ Cf., por exemplo, Ringen (1976, p. 234ss). Ringen, contudo, deixa de perceber a generalidade da noção, ao considerar que apenas os operantes a satisfazem, e não os respondentes (sequer os incondicionados).

⁷⁵ Seguindo, aproximadamente, Millikan (1984, 1993a), isso pode ser entendido como intencionalidade sem correspondência.

- (1) Membros passados de *D* realizaram *F*;
- (2) *Ds* que realizaram *F* foram selecionados sobre outros competidores (digamos, *Ds* que realizaram *G*). O processo de seleção teve as seguintes características (Hull *et al.*, 2001):
 - (a) *Replicação*: Membros de *D* são, em grande medida, cópias uns dos outros.
 - (b) *Variação*: A replicação incluiu algumas mudanças que originaram *F* e os competidores de *F*.
 - (c) *Interação ambiental*: A interação de *Ds* com circunstâncias externas causaram replicação diferencial.
- (3) 1 e 2 explicam (parcialmente) porque *d* existe. (ARTIGA, 2010, p. 198; grifos do autor, exceto nos predicados e variáveis de objeto; trad. nossa)

Os comportamentos operantes são itens que satisfazem essas condições, conforme aponta o próprio Artiga (2010)⁷⁶. Vimos, na seção (1.1), que os padrões que eles compõem (os tipos *Ds*, no caso da esquematização de Artiga) exemplificam causação seletiva, e, além disso, trata-se de algo ressaltado por vários autores, inclusive por Rachlin (1976, p. 227ss) e Hull *et al.* (2001); assim, podemos considerar a condição (2) como sendo satisfeita⁷⁷. Comportamentos operantes são emitidos em um ambiente, variando quanto a suas propriedades, alguns com uma determinada propriedade (*F*) relevante nele; no exemplo do macaco, seus atos, naquele contexto, variam, inicialmente, desde em possuírem ou não uma força suficiente para pressionar a alavanca, até quanto a emitirem ou não a taxa suficiente dos atos e, assim, quanto à propriedade relevante (*F*) de obtenção do alimento como consequência. A posse desta propriedade por determinados atos proporciona-lhes um sucesso diferencial, em comparação com aqueles que não a possuem, recorrendo com maior frequência, em circunstâncias semelhantes⁷⁸. Assim, alguns membros passados de um padrão operante exibem uma propriedade relevante *F*, o que satisfaz a condição (1); e, passando a ter um sucesso diferencial, devem sua existência à história interativa de atos similares que produziram as consequências relevantes, o que satisfaz a condição (3). Portanto, as condições da caracterização são satisfeitas.

⁷⁶ A definição de Artiga é bastante próxima daquela de Millikan (1984, p. 17ss, 1993d, p. 31-33), que chama as funções em questão de funções próprias (para contrastar com coisas que um traço faz apenas por acidente) e que, igualmente, reconhece os operantes como sendo entidades que as possuem.

⁷⁷ Isso com a qualificação apenas de que, conforme vários autores que comentam Hull *et al.* (2001), incluindo, dentre outros, Baum (2001) e Godfrey-Smith (2001), o elemento da seleção que Hull *et al.* (2001) caracterizam como *replicação* é desnecessariamente restritivo. O elemento pode ser expresso, segundo Baum (2001), em termos de recorrência (ou repetição) de membros de um agregado (isto é, de membros de *D*). Assim, tal como inclusive faz Artiga (2010), não precisamos pressupor, aqui, a caracterização específica de Hull *et al.* (2001) do referido elemento. De qualquer forma, Hull *et al.* (2001) acreditam que ele está presente na seleção operante, na forma de entidades neurofisiológicas. Note-se que não se trata de analogia com a seleção natural, mas de compartilhamento de características gerais.

⁷⁸ Cf. também Artiga (2010, p. 201) e Hull *et al.* (2001, p. 322-326).

Podemos considerar, então, conforme vimos, que comportamentos operantes e comportamentos respondentes incondicionados exibem funções; e quanto aos respondentes condicionados, será que as possuem? É muito provável que sim, posto que são comportamentos aprendidos ontogeneticamente (embora sob bases filogenéticas), como os operantes o são, e que têm, igualmente, uma tendência a contribuir, de maneira biologicamente relevante, para o organismo, em relação ao ambiente em que eles se desenvolvem (ainda que não necessariamente em relação a outros ambientes nos quais o organismo venha a interagir). Por exemplo, um comportamento condicionado de salivar, de um cão, eliciado por um som que costuma ser acompanhado por comida, pode, nessa mesma medida, contribuir a coisas como uma preparação prévia para o comportamento alimentar; alguém pode ter certas respostas condicionadas relacionadas a tensões e nervosismos, diante de certos objetos perigosos como pontas de facas afiadas, espinhos ou lanças, por ter-se machucado com objetos semelhantes, o que pode contribuir para proteger-se de novos problemas com eles. Raciocinando por analogia, essa similaridade dos respondentes condicionados com as demais formas de comportamento é um bom indício de que eles também exibem funções (inclusive de feição biológica).

Podemos, ainda, mencionar, em apoio desta linha de raciocínio, a parte correlata da caracterização de Millikan dessas funções. Segundo Millikan (1984, p. 39ss, 1993c, p. 13-14), há traços que exibem funções derivadas dos dispositivos que os produzem⁷⁹, funções essas para além da função de produção desses traços (exibida pelos dispositivos). Exemplo destes são as diferentes pigmentações exibidas pelo camaleão, em conformidade com os pigmentos das superfícies nas quais ele anda; esses traços, podemos supor, possuem funções relacionadas à proteção e à alimentação do animal, derivadas do dispositivo de rearranjo de pigmentação (o qual, por sua vez, possui a função de alterar a pigmentação). Segundo a própria Millikan, os comportamentos respondentes condicionados também são casos de traços com funções derivadas. Embora, como vimos em (1.3), comportamentos respondentes condicionados (diferentemente dos operantes) sejam causados por estímulos antecedentes eliciadores, e não por seleção pelas consequências, eles possuem funções deste tipo na medida em que se dão a partir de dispositivos filogenéticos herdados que possuem funções de produzi-los diante de estímulos condicionados, tendo esses dispositivos advindos de processos

⁷⁹ Na terminologia de Millikan, são as funções próprias derivadas.

seletivos por haverem desempenhado essas funções⁸⁰. Logo, caso Millikan estiver correta, temos, seguindo seu raciocínio, uma segunda justificativa para a suposição de que também os respondentes condicionados exibem funções⁸¹.

Por fim, temos, no entanto, algumas qualificações, a partir da consideração de outros aspectos dos comportamentos operantes. Eles são análogos às adaptações produzidas pela seleção filogenética, quando advindos, efetivamente, de seleção direta para eles⁸², mas, algumas vezes, eles não advêm dessa maneira; nomeadamente, quando são análogos ao que Gould e Vrba (1982) chamam de exaptações. As adaptações, segundo a caracterização de Gould e Vrba (1982, p. 5-6), são traços moldados pela seleção natural para a produção de seus efeitos, os quais são, neste caso, funções. Por exemplo, atribui-se às penas uma origem seletiva, em certa espécie de dinossauro, para o funcionamento como isolantes térmicos, e, assim sendo, são adaptações primárias para termorregulação (ou seja, possuem isso como função). No caso das adaptações produzidas pela seleção operante, trata-se de adaptações em um sentido lato, e não exatamente no mesmo sentido, pelo próprio fato de que a seleção envolvida não é, estritamente, a seleção natural. O comportamento operante de pressionar a alavanca, pelo macaco, no caso do exemplo anterior, é uma adaptação – em acepção lata – para a obtenção de banana, no sentido de que foi selecionado em razão do desempenho desta função⁸³.

Gould e Vrba (1982, p. 5-6) chamam de exaptações os traços que são cooptações; isto é, aqueles que não são moldados por seleção direta para uma função, antes originando-se de adaptações prévias (ou seja, a partir de traços prévios que foram moldados pela seleção natural para outra função), ou mesmo a partir de traços que não são adaptações. Segundo Gould e Verba, a realização das exaptações resulta em efeitos sem chegarem estes a ser funções. Por exemplo, as penas das aves, como mencionamos, não são (conforme as hipóteses

⁸⁰ A perspectiva de Millikan sobre os respondentes incondicionados (“instintivos”) é análoga.

⁸¹ Ressaltamos que nosso intuito, aqui, é oferecer indícios disso, e não discutir o mérito da análise etiológica, a qual estamos apenas assumindo como razoável.

⁸² Cf. Skinner (1969c, p. 194).

⁸³ Tal como no caso das adaptações da filogênese, as adaptações da ontogênese, embora tendam a ser traços otimizados para a realização eficiente de tarefas no ambiente em que são selecionadas e, assim, a contribuir para a aptidão do organismo, nem sempre o fazem. No caso das primeiras, pode ocorrer, por exemplo, de o ambiente presente ter sofrido modificações que tornam as funções delas potencialmente danosas para a aptidão, como ocorre com nosso paladar; ele favorece a ingestão de alimentos doces, tendo alimentos ricos em glicose tido um valor significativo para nossos ancestrais, mas, atualmente, dada a facilidade de acesso a esses alimentos, isso está relacionado a problemas de saúde. Cf., por exemplo, Sepúlveda *et al.* (2011, p. 172-173). No caso das segundas, tem-se algo análogo; por exemplo, uma pessoa pode desenvolver um comportamento de taxa muito elevada de consumo de alimentos doces ou de uma bebida alcoólica. Cf., por exemplo, Hull *et al.* (2002, p. 522).

mais aceitas atualmente) uma adaptação primária para o voo, mas elas vieram, mais tarde, a cooptarem para ele, assim sem terem (no referido estágio evolutivo) função relacionada a tal tarefa; mais tarde ainda (em um estágio evolutivo mais recente), tornaram-se adaptações secundárias para o voo, tendo certas modificações em seus formatos e modificações anatômicas nas aves recebido seleção otimizadora dessa tarefa (de modo que passaram a ter esta como uma função)⁸⁴. O queixo dos seres humanos é, provavelmente, outro exemplo de exaptação, supondo-se que tal traço não seja oriundo de seleção para ele realizar alguma tarefa, mas, antes, um desenvolvimento estrutural acidental, a partir da modelagem seletiva da mandíbula e estruturas similares⁸⁵. Alguns traços podem fixar-se ou desaparecer em razão do que é conhecido como deriva genética, ou seja, em razão de mutações genéticas aleatórias, ao invés de por produzirem ou por deixarem de produzir os efeitos ambientais relevantes⁸⁶.

Como realça, de modo especial, Cleaveland (2002), sabe-se que há padrões operantes análogos às exaptações filogenéticas, pelo menos daquelas correspondentes a cooptações de adaptações prévias. Há estudos que sugerem que alguns operantes surgem a partir de seleção para outros, ao invés de seleção direta para eles mesmos (embora recebam, posteriormente, seleção direta que os mantém). Por exemplo, Epstein (1987) demonstra que um pombo, havendo adquirido (por seleção pelas consequências, experimentalmente) uma série de novos padrões operantes, tem uma probabilidade de modo considerável aumentada de emitir, sob estímulos ambientais apropriados, um comportamento novo, não adquirido anteriormente por seleção direta. Em particular, Epstein ensinou um pombo os (quatro) seguintes padrões operantes: bicar uma banana fac-similar, colocada próxima a ele; subir em uma caixa (de oito centímetros de altura); abrir a porta de um compartimento; e empurrar uma caixa em direção a alvos. A consequência relevante (contingente aos comportamentos respectivos) era a obtenção de grão, em um alimentador. Além disso, colocou em extinção comportamentos de voo e de pulo em direção à banana fac-similar (não lhes tornando contingente a consequência relevante). Em seguida, Epstein apresentou ao pombo uma situação diferente, colocando a banana fac-similar fora de seu alcance, mas tornando a obtenção do grão (reforçador) contingente apenas ao comportamento de bicá-la. A banana fac-similar foi pendurada a uma distância que só poderia (no caso) ser alcançada pelo pombo mediante a caixa, a qual foi colocada dentro do compartimento (que poderia ser aberto), por sua vez colocado do lado

⁸⁴ Cf. Gould e Vrba (1982, p. 7-8, p. 11) e Sepúlveda *et al.* (2011, p. 177-178).

⁸⁵ Na terminologia de Gould e Lewontin (1979), este é um caso de mero “*spandrel*”.

⁸⁶ Cf. Gould e Lewontin (1979, p. 590-591) e Sepúlveda *et al.* (2011, p. 181-182).

oposto à banana fac-similar. O resultado obtido foi que o pombo, não alcançando este alvo, andou até o compartimento e abriu a porta, depois empurrou a caixa em direção ao alvo; até que, quando a caixa ficou debaixo do alvo, subiu na caixa e, finalmente, conseguiu bicá-lo⁸⁷. Esse caso pode ser entendido como uma cooptação a partir daqueles padrões previamente aprendidos, favorecida por ocasiões (estímulos discriminativos, em terminologia técnica) apropriadas. Após o comportamento cooptado produzir a consequência relevante, um novo padrão se fixa e recebe seleção direta, tornando-se uma adaptação com relação à diferente situação; mas ele advém, inicialmente, como uma exaptação⁸⁸.

A partir disso, fazemos duas qualificações à linha de raciocínio que vimos explorando. A primeira qualificação é de que, na medida em que os traços comportamentais, tal como traços biológicos funcionais em geral, por vezes não evoluem apenas por seleção direta, mas, antes, incluem sequências de adaptações, exaptações e adaptações secundárias, a pergunta pelas funções deles nem sempre equivale, simplesmente sem mais, à pergunta pelas suas causas seletivas originadoras. Em alguns casos, as causas seletivas relevantes são apenas mantenedoras, e não aquelas das quais os padrões operantes advém⁸⁹.

A segunda qualificação é, especificamente, quanto à hipótese geral de que os padrões de comportamento ancoram a teleologia das predicções psicológicas ordinárias: há casos delas que, cremos, remetem a exaptações operantes, assim não sendo o caso que tais predicções sempre digam respeito a aspectos funcionais, caso Gould e Verba (1982) estiverem corretos em que exaptações resultam apenas em efeitos acidentais, e não em funções. Exemplos claros de predicções que costumam incluir como possíveis critérios de verdade exaptações comportamentais são aquelas formadas por predicados como '...ser inteligente' e '...ser criativo'; empregamos esses predicados, algumas vezes, com base em comportamentos como, dentre outros, aqueles emitidos pelo pombo de Epstein (1987) pela primeira vez. Deixamos em aberto se exaptações operantes não possuem funções, e, também, em que medida há comportamentos com tal característica que satisfazem as predicções em questão.

⁸⁷ Para outros estudos experimentais, cf., por exemplo, Nakajima e Sato (1993) e Epstein *et al.* (1984).

⁸⁸ Exemplos similares de exaptações operantes são, frequentemente, aqueles de comportamentos governados por regras, como aponta Cleaveland (2002, p. 77). É possível que haja exaptações operantes análogas também àquelas de “*spandrels*” e deriva genética; por exemplo, operantes surgidos a partir de modificações neurofisiológicas aleatórias, como aquelas provocadas por doenças degenerativas, conforme salienta Cleaveland (2002, p. 81).

⁸⁹ Observação similar é feita por Godfrey-Smith (1994) e Millikan (1993c, p. 41ss).

Em suma, procuramos, acima, formular e apoiar a hipótese de que formas operantes e respondentes de comportamento tendem a exibir funções, assim apoiando, em coadunação com seções precedentes, a tese de que predicacões psicológicas ordinárias costumam dizer respeito a entidades funcionais. Há indícios de que essas formas de comportamento, de fato, possuem funções, em determinadas acepções deste conceito, ainda que possa haver casos deles análogos a exaptações filogenéticas. Mostramos como o behaviorismo teleológico é, provavelmente, compatível com a referida hipótese, no que tange aos operantes, em linhas gerais (inclusive desconsiderando que nossa hipótese não se limita a comportamentos operantes manifestos). O aspecto teleológico da abordagem de Rachlin, se este, de fato, for o caso, é similar ao do funcionalismo teleológico (mas sem mentalismo). O que propomos, de qualquer forma, é uma hipótese construtiva, e não interpretativa.

1.6. Considerações finais deste capítulo

Tecemos, aqui, algumas considerações finais a este capítulo. Primeiramente, levantamos uma ponderação a um aspecto da perspectiva de Skinner sobre as predicacões psicológicas ordinárias. Embora retenhamos algumas de suas contribuições sobre elas, argumentamos que, diferentemente do que Skinner julga, essas predicacões não são inerentemente mentalistas. Em seguida, resumizamos a perspectiva que esboçamos e acrescentamos uma qualificação acerca do âmbito dela e, outra, acerca de seu caráter aproximativo e maleável.

Várias contribuições de Skinner sobre as predicacões em questão (tanto seus diagnósticos ao mentalismo, alguns dos quais apontamos a seguir, como também contribuições sobre o real funcionamento delas) ressaltam problemas com o mentalismo; mas Skinner acredita que os conceitos psicológicos comuns são empregados pressupondo-se que funcionam consoante tal tese. As causas fundamentais dos comportamentos, na perspectiva de Skinner, residem, basicamente, em três formas de seleção, a saber, as seleções natural, operante e cultural⁹⁰; ou seja, aquilo que, em geral, segundo o autor, origina e mantém os comportamentos, são seus processos históricos de variação e seleção (e processos correlatos), nesses três âmbitos evolutivos, em conjunção com fatores do ambiente presente. Skinner acredita que conceitos psicológicos comuns são assumidos corresponderem a atributos internos não comportamentais determinantes dos comportamentos, atributos que, na verdade, simplesmente não existem ou não possuem esse estatuto. Por exemplo, ao falar dos

⁹⁰ Cf., por exemplo, Skinner (1988, 1990).

predicados para emoções, Skinner diz: “As 'emoções' são excelentes exemplos das causas fictícias às quais comumente atribuímos o comportamento”⁹¹. No início de *About Behaviorism*, livro que, em parte, constitui uma abordagem de vários desses conceitos, o autor alerta para o fato de que não pretende promover traduções completas deles, porque “[N]ão há, talvez, equivalentes comportamentais exatos, certamente nenhum com as nuances e os contextos dos originais. Gastar muito tempo em redefinições exatas [deles] [...] seria tão insensato quanto os físicos fazerem o mesmo para éter, flogisto ou *vis viva*”⁹². Os conceitos psicológicos comuns são por ele entendidos, então, como sendo similares aos termos teóricos ultrapassados da história das ciências, tais como ‘éter’, ‘flogisto’ e ‘calórico’, e a certos termos ultrapassados do senso comum, tais como ‘nascer do sol’; eles suporiam referir-se a algo no mundo, para o fim da explicação e predição de certos fenômenos, consoante uma visão compartilhada, quando, na verdade, a visão – no caso, sobre os fenômenos psicológicos – está, fundamentalmente, equivocada⁹³. Assim, Skinner sugere, ao mesmo tempo, que os conceitos psicológicos comuns são inerentemente mentalistas e que o mentalismo é falso.

Skinner oferece uma série de diagnósticos ao mentalismo, que julgamos corretos. Dentre os quais, aponta que esses predicados funcionam, originalmente, como adjetivos ou verbos, mas tendem, quando substantivados, a ser tomados como nomes de objetos – pelo fato de os substantivos funcionarem, frequentemente, como nomes de objetos – e, disso, como nomes de entidades internas iniciadoras dos comportamentos. Por exemplo, de “um comportamento ser inteligente” e “uma pessoa querer obter determinada coisa”, podemos inferir que o comportamento “exibe inteligência” e que a pessoa “tem uma vontade”, mas, a partir disso, sermos influenciados a inferir, também, que o comportamento “é o efeito da inteligência” e “resultado da vontade”⁹⁴. Outro diagnóstico é de que o papel do ambiente, no caso dos comportamentos operantes, não é evidente. Eles dirigem-se para consequências (futuras) e são emitidos com certa espontaneidade (isto é, não são eliciados pelo ambiente). Seus determinantes (seletivos, descontínuos espacial e temporalmente) estão no passado e não se mostram de modo evidente. Há a aparência, então, de que não é o ambiente que os causa,

⁹¹ Skinner (1953, p. 160; grifo do autor; trad. nossa).

⁹² Skinner (1976, p. 21; grifo do autor; trad. nossa).

⁹³ Nessa medida, a perspectiva de Skinner é similar à de Churchland (1988) a respeito, diferindo principalmente, no entanto, em que Churchland conecta o real funcionamento desses predicados a entidades neurais, enquanto que Skinner, pelo menos boa parte deles, a aspectos referentes às relações entre fatores ambientais e comportamentos. Cf. também Lazzeri e Oliveira-Castro (2010b).

⁹⁴ Cf. Skinner (1953, p. 202, 1976, p. 177-178).

mas algo misterioso dentro do corpo. Ou seja, o comportamento operante, por sua própria natureza histórica, induz a invenção de determinantes internos⁹⁵. Diagnósticos como esses, servindo para distinguir entre o real funcionamento desses predicados e as aplicações equivocadas deles, são contribuições que retemos em nossa abordagem⁹⁶.

Apesar de concordarmos com Skinner que haja problemas com a visão mentalista, não concordamos que as predicções psicológicas ordinárias possuam uma lógica consoante a ela. Não as vemos como sendo governadas por regras que legitimem inferências a entidades internas e determinantes causais eficientes dos comportamentos. As regras que governam seu emprego, na verdade, conforme procuramos sugerir, não estão de acordo com a tese mentalista. Uma análise delas revela, antes, por exemplo, que essas predicções se aplicam com sentido apenas ao sistema como um todo, e não a suas partes, e, além disso, que elas, normalmente, têm como condições de verdade comportamentos (entendidos de modo apropriado, como entidades funcionais, e não como meros movimentos) em conjunção com seus contextos ou circunstâncias. Várias análises do próprio Skinner acerca dessas predicções, incluindo tentativas de elucidação de formas de comportamento a elas comumente associadas, bem como seus diagnósticos ao mentalismo, contribuem para atentarmos aos fenômenos verdadeiramente associados a tais predicções e evitarmos incorrer em usos problemáticos delas.

Sumarizando o percurso feito até aqui, a perspectiva que estamos sugerindo toma como um ponto de partida o behaviorismo teleológico de Rachlin. Como vimos, na seção (1.1), Rachlin sustenta que as predicções em questão explicam e predizem comportamentos pela subsunção destes a suas causas finais, entendidas como sendo os padrões molares que eles formam, junto com outros comportamentos, considerados serem estritamente manifestos e exibidos pelo sistema inteiro. Em seções seguintes, as principais teses da abordagem de Rachlin – sobre a mereologia e as condições de verdade das predicções psicológicas ordinárias, a ênfase em comportamentos manifestos e a teleologia delas – foram examinadas, visando, a partir de apoio argumentativo a algumas das teses e de proposta de algumas modificações, delimitar uma abordagem alternativa.

Na seção (1.2), apoiamos a tese de Rachlin sobre a mereologia das categorias

⁹⁵ Cf. Skinner (1976, p. 57-59, p. 142).

⁹⁶ Algumas partes dos dois últimos parágrafos são excertos, com adaptações, de Lazzeri e Oliveira-Castro (2010b, p. 165-166). Nesse artigo, apontamos também (*inter alia*) outros diagnósticos de Skinner; cf. Lazzeri e Oliveira-Castro (2010b, p. 163-166).

psicológicas comuns em geral e examinamos um argumento que o autor formula para essa tese. Ponderamos que, se o condicional que o constitui for de tipo bicondicional, não é um argumento cogente. Pois, se for desse tipo, então, se houvesse correlações regulares entre a aplicação de algumas dessas predicções e a ativação de certas regiões internas (o que não descartamos, embora julgamos ser muito improvável, dado que, como sustentamos em (1.3), elas costumam ser abertas, havendo múltiplos critérios que as satisfazem), seguir-se-ia, pelo raciocínio, uma mereologia mentalista; porém, tais correlações são insuficientes para tanto, na medida em que poderia ocorrer de serem (como, de fato, sustentamos que as causas eficientes de nível subpessoal são) apenas precondições para a ocorrência dos critérios das atribuições, e não constitutivas dos critérios mesmos. Se, por outro lado, Rachlin pressupõe apenas um condicional de tipo hipotético, o argumento pode ser cogente, mas deixamos isso em aberto, já que resta ainda ser verdadeira a premissa que afirma não haver aquelas correlações. Sugerimos que a mereologia apropriada é clara tendo em conta que, quando usamos as predicções em questão, baseamo-nos naquilo que o sistema faz, em determinadas circunstâncias, e quem se comporta, em tais casos, é o sistema como um todo. Não saberíamos fazer uma predicção psicológica ordinária com base apenas no que se passa no cérebro ou outras partes do corpo. Além disso, a lógica dessas predicções exclui que elas se apliquem com sentido a partes do corpo.

Em (1.3), apoiamos a tese de que as categorias (a), (b) e grande parte de (d) têm como condições de verdade relações entre comportamentos e contextos. Julgamos que alguns raciocínios que a sugerem, formulados por Rachlin, Ryle e Skinner, dentre outros autores, são plausíveis. O behaviorismo teleológico captura algumas análises de Ryle que apontam para o caráter disposicional de predicções relativas àquelas categorias, ou seja, para o fato de que sumarizam uma série disjuntiva de condicionais hipotéticos, correlacionado comportamentos e contextos, geralmente heterogêneos. Elas explicam e predizem pela subsunção de comportamentos aos seus padrões, que podemos expressar em termos de condicionais hipotéticos. Geralmente, é preciso olhar-se para além de um comportamento singular para se determinar qual predicção é adequada; e a análise dessa característica, como desenvolvida por Ryle e Rachlin, sugere que o que fazemos é considerar aquilo que é feito pelo agente ao longo do tempo.

Entretanto, levantamos duas ponderações à tese de Rachlin sobre as condições de verdade dessas predicções. A primeira é de que padrões respondentes constituem também,

algumas vezes, critérios relevantes, sobretudo em casos de predicções relativas à categoria (b), embora não se trate, frequentemente, de condições necessárias e suficientes. Com base em uma análise dessas predicções, procuramos sugerir ser correta a ideia de Rachlin de que, nas atribuições inclusive de afecções, estamos considerando relações operantes entre comportamentos do sistema inteiro com determinados aspectos do ambiente maior; mas a análise sugere, igualmente, que não só levamos em conta tais tipos de relações, mas também relações entre estímulos ambientais e respostas que formam padrões respondentes. Englobar esses outros aspectos significa, em parte, acomodar os *qualia* que associamos a certos casos de afecções.

A outra ponderação é feita em (1.4), quanto à ênfase de Rachlin em comportamentos manifestos, alentando a tese de que, na verdade, há comportamentos não manifestos que constituem fatores na satisfação de predicções psicológicas ordinárias. De nosso ponto de vista, comportamentos encobertos possuem a mesma natureza dos manifestos, diferindo destes apenas em serem de observabilidade pública relativamente limitada. Argumentamos que a perspectiva que propomos não tem como implicação problemas que Rachlin procura evitar. A saber, não implica: em uma associação, que é feita algumas vezes por Skinner, de comportamentos encobertos à noção de privacidade; em haver atributos psicológicos inerentemente não manifestos; em uma mereologia equivocada; e, tampouco, que as predicções em questão se refiram a entidades estruturais, causas internas eficientes do comportamento manifesto.

Ainda em (1.4), argumentamos que nossa perspectiva acomoda – e sem ferir a lógica das categorias psicológicas ordinárias – a intuição sobre nossos fenômenos psicológicos de que eles têm algum poder (apesar de limitado) de influência sobre as coisas. Segundo nossa perspectiva, isso se dá na mesma medida em que os comportamentos, sejam manifestos ou encobertos, podem ter influência sobre o ambiente, incluindo outros comportamentos. Concebemo-la, portanto, como sendo parte do próprio fluxo de relações comportamento-ambiente.

Em (1.5), alentamos a hipótese correspondente à tese que podemos denominar *behaviorismo teleofuncional*; ou seja, a hipótese de que, pelo menos frequentemente, predicções psicológicas ordinárias remetem a funções possuídas por padrões de comportamento, tanto operantes como respondentes, em razão de histórias interativas que envolvem seleção. A proposta é de que o caráter teleológico de tais predicções costuma estar

ancorado em uma aproximada contrapartida teleológica, que são tais entidades, em razão de suas feições evolutivas. Procuramos sugerir haver bons indícios de que, pelo menos em certas acepções da noção de função, em particular como articuladas por autores como Wright e Millikan, os referidos padrões são entidades que possuem, usualmente, este tipo de função. Deixamos em aberto, parcialmente, em qual medida há casos de comportamentos com a última característica de serem análogos a exaptações filogenéticas (as quais, segundo Gould e Vrba, não realizam funções, exceto ao se tornarem adaptações secundárias) e que satisfaçam as predicções em questão.

Por fim, realçamos, aqui, que a abordagem esboçada, diferentemente daquela de Rachlin, não configura uma teoria, no sentido usual da expressão. Ela não é tão geral como a de Rachlin e, além disso, é um conjunto de teses e argumentos em construção. Apesar de termos, a respeito da categoria (a) e de uma parcela de (d), proposto uma caracterização relativamente ampla, próxima do nível de generalidade da abordagem de Rachlin, não o fizemos com relação à categoria (b); e, com relação a (c), optamos por, praticamente, apontar apenas sua mereologia, detendo-nos um pouco mais apenas com relação à subcategoria do pensar. Temos de ter em conta, no entanto, que, em parte, isso se deve às particularidades delas; talvez algo mais geral, como o que Rachlin propõe, seja desproporcional ao que a linguagem psicológica ordinária se deixa arregimentar. Os resultados que obtivemos, nesta tentativa de apontar algumas características de diferentes categorias de tal linguagem (e, sob um ângulo mais ontológico, características de fenômenos correspondentes), constituem um empreendimento em construção.

CAPÍTULO II

MÚLTIPLA EXEMPLIFICABILIDADE, HOLISMO E FUNCIONALISMO SOBRE PREDICAÇÕES PSICOLÓGICAS ORDINÁRIAS: SERÃO ESSAS TESES INCOMPATÍVEIS COM UMA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL?⁹⁷

A tese da múltipla exemplificabilidade (ou realizabilidade), o holismo e o funcionalismo acerca de predicções psicológicas ordinárias são teses frequentemente formuladas pressupondo-se, de antemão, que essas predicções designam, em geral, fenômenos localizados no interior do corpo, considerados como causas eficientes dos comportamentos que supõem explicar ou predizer. Essa visão, que chamamos de mentalismo sobre essas predicções, vem sendo, com efeito, dominante na filosofia da mente contemporânea. Em uma formulação de caráter mais ontológico, trata-se da visão segundo a qual os fenômenos que designamos através do vocabulário psicológico comum, tais como, por exemplo, opiniões, intenções, raciocínios, temores, dentre outros, são fenômenos intradérmicos e causas eficientes dos comportamentos. Se essas teses dependerem do mentalismo, então qualquer abordagem comportamental a respeito das predicções psicológicas ordinárias (ou, em um enfoque mais ontológico, dos fenômenos que invocamos através desse esquema conceitual) é incompatível com elas. Isso pelo menos se entendermos as abordagens comportamentais a esse respeito como abordagens que concebem as explicações e predições em termos desse vocabulário como referências, de alguma forma, a comportamentos e a aspectos do ambiente. Uma incompatibilidade entre as três teses e o behaviorismo, de fato, é muitas vezes alegada.

O presente capítulo explora a possibilidade de que, na verdade, o behaviorismo não é necessariamente incompatível com a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo. Em particular, sugerimos que há compatibilidade entre a abordagem delineada no Capítulo I e essas teses. Primeiramente, revisamos as formulações usuais delas, salientando que tais formulações pressupõem, de antemão, o mentalismo. Em seguida, procuramos abstrair essas formulações desse elemento, apontando que as intuições mais gerais subjacentes a elas são logicamente independentes deste, ou seja, que suas respectivas estruturas lógicas não o pressupõem. Por fim, averiguamos como a abordagem que esboçamos satisfaz essas

⁹⁷ Versões iniciais deste capítulo foram apresentadas na 1ª Jornada de Filosofia da Mente da UnB (2010) e no VI Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar (2010). Alguns excertos de Lazzeri (*no prelo 1*) são aproveitados com várias adaptações.

formulações mais neutras.

As referidas teses, como é sabido, têm formulações também em outras áreas da filosofia e mesmo em outras áreas acadêmicas. Por exemplo, discute-se uma forma da tese da múltipla exemplificabilidade em filosofia da biologia, acerca de predicados das ciências biológicas; fala-se, em filosofia geral da ciência, de holismo acerca da confirmação de enunciados científicos; e o funcionalismo é a denominação de uma escola ou tradição em psicologia do final do século XIX e começo do século XX. O presente texto trata apenas daquelas formulações que têm pertinência para a filosofia da mente, ainda que estas (e os resultados aos quais chegemos) tenham relações com pelo menos algumas daquelas outras⁹⁸.

2.1. Formulações mentalistas da múltipla exemplificabilidade, do holismo e do funcionalismo

As três teses em questão são familiares, principalmente em suas formulações mais ontológicas, embora muitas de suas formulações pioneiras sejam de cunho conceitual (sem que isso signifique que não tenham preocupações ontológicas). Damos, aqui, um realce maior a essas últimas, ainda que não exclusivo; nossas preocupações, tais como as dos autores dessas últimas, são, ao mesmo tempo, ontológicas. Esse realce é, basicamente, uma estratégia que adotamos acreditando facilitar o alcance da neutralidade aqui buscada.

A tese da múltipla exemplificabilidade é, frequentemente, caracterizada em termos de as predicções psicológicas poderem ser verdadeiras a respeito de organismos ou sistemas de diferentes constituições físicas, designando causas eficientes que podem ser realizadas, em princípio (embora isso possa ser inviabilizado na prática), por entidades internas de diversos tipos (*types*) físicos. Assim, por exemplo, a atribuição do desejar ir ao próprio lar ou abrigo poderia ser verdadeira, a princípio, a respeito de sistemas de diferentes constituições físicas, isto é, ser satisfeita por uma estrutura neural de tipo S^1 em um ser humano, uma estrutura neural S^2 em um sapo, eventualmente uma estrutura de silício S^3 em um robô, etc.⁹⁹

No contexto das discussões contemporâneas, esta ideia surge tendo como motivação

⁹⁸ Observamos, ainda, que estão em foco principal, neste trabalho, os conceitos psicológicos comuns em seu emprego predicativo, embora concordemos que eles nem sempre tenham um emprego predicativo; notoriamente, casos de enunciados psicológicos (como se diz) de “primeira pessoa” que Ryle (1949, p. 101-103, p. 183-184) chama de manifestações (*avowals*) e que podem ser entendidos como formas de proferimentos performativos, na terminologia de Austin (1975). Apenas aqueles usos em que se predicam atributos em termos do vocabulário psicológico comum, tentando-se explicar ou predizer comportamentos, estão diretamente em questão.

⁹⁹ Cf. Fodor (1975, p. 9ss) e Putnam (1975a, 1975b). Cf. também, por exemplo, Maslin (2007, p. 71-73) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 49-52).

problematizar a teoria da identidade de certos tipos psicológicos a tipos neurofisiológicos, formulada por autores tais como Place (1956) e Smart (1959).

É plausível que organismos de diferentes espécies possam compartilhar alguns tipos de estado mental [...] mesmo se suas diferenças anatômicas e fisiológicas sejam tão grandes que eles não possam compartilhar os [na teoria da identidade de tipos] relevantes tipos de estado corporal. Nenhum tipo de estado corporal corresponderia, então, a esses tipos de estados mentais. Esta possibilidade é chamada de múltipla exemplificabilidade [‘realizability’] dos estados mentais. (ROSENTHAL, 1994, p. 350-351; trad. nossa)

Aquela teoria propõe uma redução de pelo menos certos tipos psicológicos a tipos neurofisiológicos, o que conflitaria com o fato de que, muitas vezes, predicamos atributos psicológicos dos mesmos tipos a sistemas de estruturas neurofisiológicas diversas e, inclusive, talvez a sistemas de até mesmo formas não neurofisiológicas de estruturas internas. Os tipos psicológicos não seriam univocamente idênticos a um tipo específico de entidade interna determinante do comportamento.

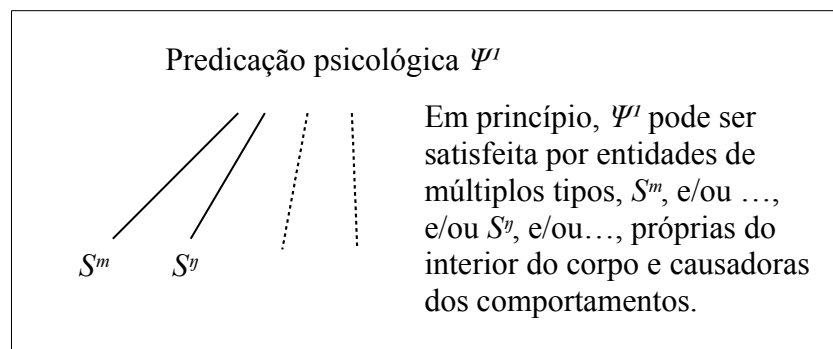


Figura 1: Formulação mentalista da múltipla exemplificabilidade

Caracteriza-se o traço holista dessas predicções em termos de a aplicação de uma implicar uma cadeia de outras, sobre uma massa de entidades próprias do interior do corpo e causadoras dos comportamentos. A veracidade de uma predicação psicológica ordinária implica uma cadeia de outras sobre o mesmo sistema, de tal modo que uma não se deixa reduzir a caracterizações que não incluam outras, em menção a outras entidades assim tomadas. Nos termos de Davidson, que chama isso de “holismo do reino mental”, “Crenças e desejos resultam em comportamento apenas sendo modificados e mediados por mais crenças

e desejos [...], sem limite”¹⁰⁰. Por exemplo, ao dizermos que uma pessoa quer utilizar um guarda-chuva, podemos inferir, geralmente, que ela supõe estar chovendo ou que vai chover, acredita que o guarda-chuva a protege, não deseja se molhar, e assim por diante. Apenas havendo entidades internas correspondentes atuando no controle do comportamento a pessoa teria aquele primeiro desejo¹⁰¹.

Essa tese é, muitas vezes, utilizada como premissa em objeção a abordagens de autores como Hempel (1980) e Ryle (1949), tomadas como abordagens comportamentais, as quais, supostamente, estariam propondo uma redução de predicções psicológicas a não psicológicas, estas sobre fenômenos de algum modo comportamentais. Putnam, por exemplo, objeta Ryle dizendo: “Estados psicológicos são caracterizáveis apenas em termos de suas relações uns com os outros [...], e não como disposições que possam ser ‘desempacotadas’ [“unpacked”] sem se retornar aos mesmos predicados psicológicos que estão em questão”¹⁰². A ideia é tipicamente apresentada em termos como os de Heil na seguinte passagem:

[A]quilo que você faz e que está disposto a fazer, evidentemente, depende de seu estado da mente *total*. [...] Qualquer tentativa de dizer qual comportamento segue-se de um dado estado da mente pode ser mostrada como falsa pela invenção de um exemplo no qual o estado da mente está presente, mas, devido à adição de novas crenças ou desejos, o comportamento não se segue. Não adiantará tentar impedir tais casos através de uma cláusula geral: [fixar que] se você acha que há um urso no caminho, acha que ursos são perigosos e deseja evitar animais perigosos, estará disposto a fugir. O problema aqui é que se reintroduz menção a estados da mente na cláusula. (HEIL, 2004, p. 61-62; grifo do autor; trad. nossa)

O behaviorismo tentaria reduzir predicções psicológicas ordinárias individuais a predicções de outros tipos, particularmente comportamentais, sem introduzir menção às primeiras, o que é incompatível com o fato de que elas não se deixam reduzir – uma implicando um conjunto ilimitado de outras. Não adiantaria fixar um conjunto de atribuições psicológicas que se aplicasse em determinado momento, porque, de qualquer forma, estar-se-ia fixando a menção a entidades internas responsáveis pelo comportamento, as quais, supostamente, se pretendia não mencionar.

¹⁰⁰ Davidson (1980, p. 217; trad. nossa).

¹⁰¹ Cf. também, por exemplo, Chisholm (1957, p. 168ss), Dennett (1969, p. 31-32), Fodor (1968, p. 69-71) e Geach (1957, p. 8-9).

¹⁰² Putnam (1975b, p. 391; grifo do autor; trad. nossa).

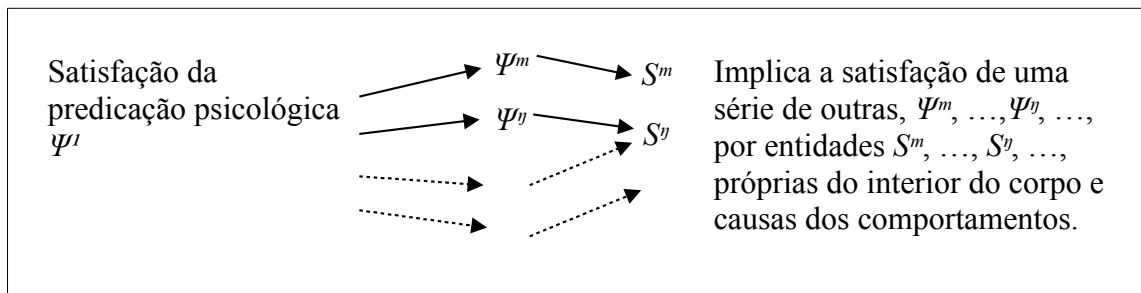


Figura 2: Formulação mentalista do holismo

A tese do funcionalismo, por sua vez, é colocada, usualmente, significando que as predicções psicológicas comuns designam estados e processos internos que realizam funções de causar comportamentos e produzir outros estados e processos internos similares, dadas certas causas externas¹⁰³. Tipicamente, o funcionalismo é caracterizado em termos como os seguintes:

[U]ma teoria funcionalista da mente especifica estados mentais em termos de três tipos de cláusulas: cláusulas de entrada [‘input’] que dizem quais condições tipicamente originam [‘give rise to’] quais estados mentais; cláusulas de saída [‘output’] que dizem quais estados mentais tipicamente originam quais respostas comportamentais; e cláusulas de interação que dizem como os estados mentais tipicamente interagem entre si. (BRADDON-MITCHELL; JACKSON, 2007, p. 47; trad. nossa)

Diferentes versões do funcionalismo difeririam em pormenores quanto à natureza destas entidades envolvidas (por exemplo, se são entidades disposicionais, e, caso sim, se com um estatuto categorial ou não) e à maneira de especificar, apropriadamente, as cláusulas referidas (por exemplo, se as entradas e saídas são mais bem entendidas em termos proximais ou distais).

Tal ideia surge, no contexto contemporâneo, como uma maneira de dar conteúdo à tese da múltipla exemplificabilidade e, ao mesmo tempo, de superar os supostos obstáculos intransponíveis colocados ao behaviorismo. A múltipla exemplificabilidade requer que as predicções psicológicas ordinárias sejam caracterizadas em uma linguagem fisicamente neutra, na medida em que o suporte físico envolvido em um sistema que os satisfaça revela-se contingente; e, então, é natural associar ao desempenho de tais predicados a ideia de que se

¹⁰³ Cf. Fodor (1968, p. 107ss), Lewis (1972), Putnam (1975c), Shoemaker (1975) e Jackson *et al* (1982). Cf. também, por exemplo, Churchland (1988, p. 36), Lycan (1994, p. 317), Maslin (2007, p. 121ss) e Teixeira (2003, p. 124-126).

reportam a funções realizadas pelo sistema. As funções relevantes, por sua vez, são concebidas como aquelas de causar comportamentos e outros estados funcionais similares, a partir de estímulos do ambiente externo no qual o sistema se insere. Isso permite levar em conta o suposto caráter causal dos ‘porquês’ que precedem essas predicções (em explicações e predições na forma de silogismos práticos e raciocínios similares), que as abordagens comportamentais estariam deixando de lado; e, inclusive, abrigar o traço holista dessas predicções.

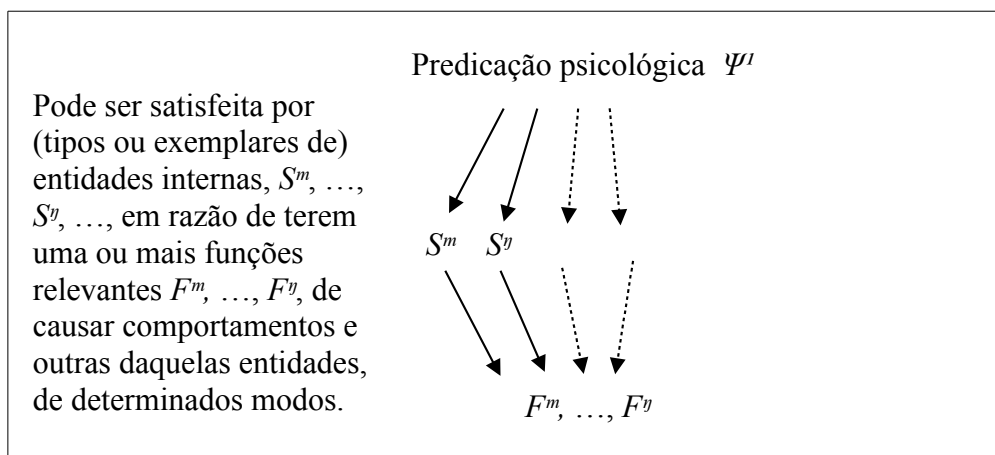


Figura 3: *Formulação mentalista da tese do funcionalismo*¹⁰⁴

Em suma, a múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo costumam receber formulações que podem ser expressas, de uma maneira aproximada, respectivamente, como se segue:

(MEX MENT) Uma predicação psicológica comum Ψ' pode, em princípio, ser verdadeira a respeito de entidades internas S^m , e/ou..., e/ou S^n , e/ou..., causas (eficientes) dos comportamentos que ela supõe explicar ou predizer.

(HOL MENT) Uma predicação psicológica comum Ψ' verdadeira implica a veracidade de uma cadeia de outras predicções psicológicas comuns, $\Psi^m, \dots, \Psi^n, \dots$, sobre o mesmo sistema em que incide, como referências a entidades internas S^m, \dots, S^n, \dots , causas dos

¹⁰⁴ Essa formulação procura deixar em aberto se o que é designado são ou não funções entendidas como o que alguns autores chamam de propriedades de segunda ordem, na medida em que mesmo funções assim concebidas são de alguma entidade de base (veja-se parte final da seção (3.1)).

comportamentos que a primeira supõe explicar ou predizer.

(FUNC MENT) Uma predicação psicológica comum Ψ' explica e prediz comportamentos pela referência a (tipos ou exemplares de) entidades internas S^m, \dots, S^n, \dots , em razão de terem uma função ou mais funções, F^m, \dots, F^n , de causar esses comportamentos e outras entidades internas similares, de determinadas maneiras.

Portanto, as teses em questão, em suas formulações usuais, estão em dependência do mentalismo, ou seja, (MEX MENT), (HOL MENT) e (FUNC MENT) têm a pressuposição de que:

(MENT) Uma predicação psicológica comum Ψ' explica e prediz comportamentos na medida em que designa entidades relevantes S^m, \dots, S^n, \dots , próprias do interior do corpo e causas dos comportamentos que supõe explicar ou predizer.

2.2. Neutralidade das três teses em questão relativamente ao mentalismo

O mentalismo é uma pressuposição tão frequente em filosofia na mente contemporânea que nela se tenta, por vezes, fazer *reductio ad absurdum* das abordagens que impliquem a negação dele, como (de diferentes modos) as abordagens epifenomenalistas e as comportamentais¹⁰⁵. Elas estariam negando uma intuição que se autossustenta (algo como um fundamento que, supostamente, não requereria defesa). Então, esta pressuposição, como vimos, acaba, muitas vezes, transparecendo inclusive nas formulações das três teses em questão – doravante, respectivamente, (MEX), (HOL) e (FUNC).

Entretanto, não serão essas teses, na verdade, neutras relativamente ao mentalismo? Nesta seção, procuramos sugerir que as intuições básicas subjacentes a elas independem desta visão, apontando formulações alternativas que não a pressupõem, mas que preservam as estruturas respectivas daquelas que vimos na seção anterior. O objetivo não é defender que nossas formulações alternativas sejam a melhor maneira de representar as referidas teses – ainda que, *ipso facto*, sustentemos que elas são mais adequadas, em certos aspectos, do que as formulações mentalistas –, antes se tratando apenas de aproximações com vistas a tornar

¹⁰⁵ Cf., por exemplo, Armstrong (1968, p. 56), Maslin (2007, p. 114-115) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 12, p. 42).

transparente a neutralidade delas.

Não vemos razão por que (MEX) não permaneceria, enquanto tese geral, sem (MENT). A intuição subjacente a (MEX) parece ser de que essas predicções podem, em princípio, ser verdadeiras a respeito de diversos tipos de entidades de algum nível (ontológico), como se diz, inferior (*lower-level*); ou seja, podem ser satisfeitas por um tipo L^1 , e/ou um tipo L^2 , e/ou..., não designando, univocamente, apenas um específico. Isso, por si só, não dita se esses tipos são, necessariamente, neurofisiológicos ou outras entidades próprias do interior do corpo que causam eficientemente o comportamento. O que é central, simplesmente, é que os fatores relevantes para a veracidade de tais predicções sejam realizáveis por entidades particulares de diversos tipos¹⁰⁶. Por exemplo, é comum fazermos predicções que possuem formas tais como “...quer retornar ao lar”, “...tem interesse em alimentar-se”, “...está irritado” e “...é sagaz” tanto a pessoas como também a animais não humanos, sejam domésticos ou não, e é possível que a verdade delas seja em razão de fatores de tipos diversos. Determinar quais são estes é uma questão à parte.

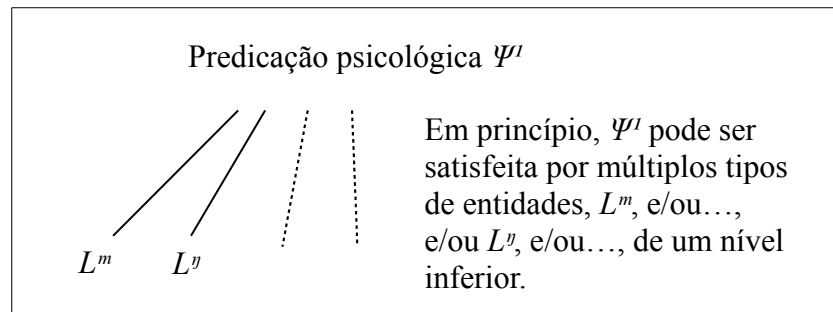


Figura 4: Múltipla exemplificabilidade neutra

A lógica de (HOL), sugerimos, é, igualmente, neutra com relação a (MENT). A nosso entender, ela é de que a veracidade de uma determinada predicação psicológica ordinária implica a veracidade de uma cadeia de outras, de tal modo que aquela não se deixa caracterizar sem que outras sejam introduzidas. Ao dizermos que alguém satisfaz a predicação, assumimos, implicitamente, que satisfaz também uma massa de outras, mais ou menos coerente com aquela. Neste caso, entender as cadeias holistas em termos da visão

¹⁰⁶ Ou ainda, como diz Funkhouser (2006, p. 469), que haja “um mesmo tipo [‘sameness of type’] através de *quaisquer* diferenças nas condições (de nível inferior) que deem origem a exemplares [‘instances’] deste tipo”. Shapiro (2000, p. 643ss) sugere uma caracterização um pouco menos geral, em que a múltipla exemplificabilidade envolve *diferentes maneiras* de se realizar uma mesma *função*. De qualquer forma, a perspectiva que delineamos abaixo (na seção seguinte) é-lhe também compatível, como se poderá ver.

mentalista já é uma maneira de dar conteúdo à sua lógica, não algo inerente a esta. Efetivamente, se, por exemplo, algum animal ama seus filhotes, ele preza por eles, quer seu bem, e, então, provavelmente, gosta de alimentá-los, não tem o interesse de que sejam alvos de predadores, etc. O mentalista presume que, ao assumirmos esses outros atributos quando inferimos o primeiro, estamos assumindo outros “estados e processos mentais” entendidos como coisas que se passam no interior do animal, mas está longe de ser claro que isso seja realmente o caso.

A perspectiva do próprio Dennett (1987c, 1991a), que objeta Ryle em termos do holismo, contribui para mostrar isso. Segundo ela, essas predicções, em particular da categoria (a), recaem, implicitamente, em massa sobre o sistema, capturando regularidades comportamentais, sem que suponham discriminar entidades discretas internas *vis-à-vis*. Tais predicções funcionariam de modo análogo a conceitos como os de *centros de gravidade* e de *temperatura*, ou seja, como instrumentos para efeitos de cálculo, capturando algumas regularidades efetivas. Se faz parte do funcionamento delas capturar, também, propriamente, para além das regularidades comportamentais, estados e processos estruturais subjacentes, como Dennett sugere, é um problema à parte.

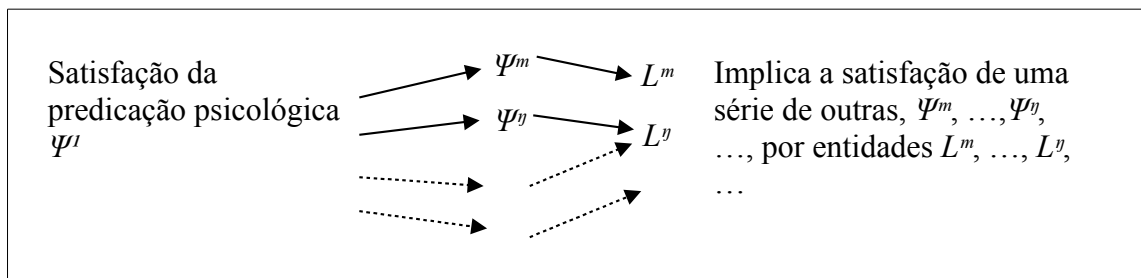


Figura 5: *Holismo neutro*

A tese (FUNC) também tem um sentido geral que independe de (MENT). A intuição básica subjacente a ela é de que as predicções em questão designam entidades que exibem funções. Ou seja, segundo (FUNC), os fatores relevantes para a veracidade dessas predicções são a posse de funções por certas entidades. Por exemplo, querer ir até o próprio lar, sentir prazer ou ficar apreensivo diante de determinada forma de estímulo ambiental, ser alguém organizado e assim por diante, podem ser entendidos como atributos cuja natureza seja possuir certas funções. A determinação de que tipos de funções e por quais tipos de entidades

é uma questão à parte. As abordagens funcionalistas tradicionais e mais divulgadas (nomeadamente, o funcionalismo de máquina de Turing de Putnam, o funcionalismo reduutivo de Lewis e Armstrong e ligeiras variantes) assumem que essas funções são sinônimas de *papéis causais*, realizados por estruturas internas. No entanto, a ideia independe desta interpretação das funções, como aponta o telefuncionalismo – chamando atenção para funções em sentido biológico (ainda que, ao final, tente conciliar isso com o mentalismo) –, bem como de se elas são de causar comportamentos e próprias de neurônios ou entidades similares. Pode-se pensar que outros tipos de entidades que têm funções não são de pertinência para o âmbito das categorias psicológicas ordinárias, mas pelos menos os *comportamentos dos organismos como um todo* (que são entidades que podem ser entendidas como tendo uma natureza funcional) são, em alguma medida, relevantes em qualquer exame de tais categorias.

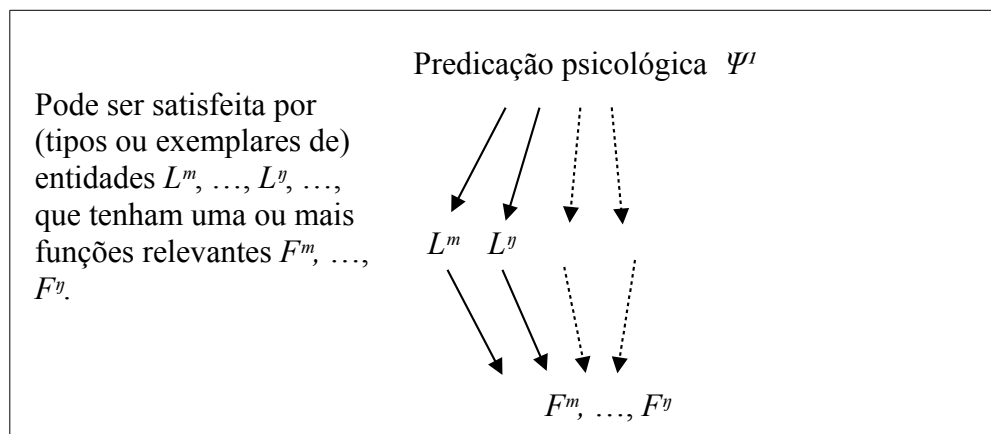


Figura 6: Tese funcionalista neutra

Em suma, há indícios de que as três teses em questão têm suas respectivas lógicas independentes de (MENT), ainda que possam, eventualmente, revelar-se mais plausíveis quando entendidas em termos de (MENT). Formulações como as seguintes parecem capturar, de modo aproximado, as intuições mais básicas subjacentes a essas teses:

(MEX) Uma predicação psicológica comum Ψ' pode, em princípio, ser satisfeita pelos tipos L^m , e/ou..., e/ou L^n , e/ou..., de entidades de determinado nível inferior.

(HOL) Uma predicação psicológica comum Ψ' verdadeira implica a veracidade de uma massa

de outras predicções psicológicas comuns, $\Psi^m, \dots, \Psi^n, \dots$, sobre o mesmo sistema em que incide.

(FUNC) Uma predicção psicológica comum Ψ^i explica e prediz comportamentos remetendo a (tipos ou exemplares de) entidades L^m, \dots, L^n, \dots , em razão de desempenharem uma ou mais funções F^m, \dots, F^n .¹⁰⁷

2.3. Compatibilidade das três teses em questão com um behaviorismo teleofuncional

Serão (MEX), (HOL) e (FUNC), mais do que independentes de (MENT), compatíveis com alguma forma de behaviorismo? O objetivo desta seção é dar suporte a uma resposta afirmativa a tal pergunta, ainda que de modo simplificado. Tomamos como um caso deste tipo de perspectiva, em especial, a tese que sugerimos na seção (1.5), que chamamos de behaviorismo teleofuncional (a qual, entretanto, como apontamos em (1.6), não deve ser confundida com a abordagem inteira esboçada). Nosso intuito não é apenas indicar um possível contraexemplo às pressuposições frequentes que correspondem a uma resposta negativa a essa pergunta, mas também um contraexemplo que consideramos ser uma perspectiva plausível acerca das predicções em questão (e, a partir disso, derivar alguns paralelos com abordagens que examinamos nos capítulos III e IV). Segundo o behaviorismo teleofuncional brando que delimitamos:

(BEH TF) As predicções psicológicas ordinárias, pelo menos das categorias (a), (b) e (d), costumam explicar e predizer comportamentos pela remissão a padrões operantes e respondentes que eles formam, em razão de funções que estes possuam.

A compatibilidade de (BEH TF) com (MEX) pode ser entendida em termos de as relações operantes e respondentes poderem ser formados por comportamentos de, em princípio, diversas características físicas, isto é, de diversos aspectos motores e causas eficientes estruturais de modo mais geral. Como Rachlin menciona, em um exemplo que vimos em (1.1), um rato pode pressionar uma alavanca com sua pata direita, ou com a esquerda, ou com as duas patas, ou com a calda, etc., mas todos esses comportamentos, ainda assim, produzindo

¹⁰⁷ Essas formulações, bem como aquelas que vimos na seção (2.1), entretanto, admitem, naturalmente, versões abrandadas, ou seja, restritas a algumas categorias ou a alguns casos de predicções psicológicas ordinárias. Apresentamo-las em suas versões irrestritas apenas por uma questão de brevidade.

uma consequência comum (como, por exemplo, a obtenção de água) no contexto apropriado, serem de um mesmo tipo. Tampouco é relevante, para a natureza desses comportamentos (enquanto tais), sua constituição física e do rato (embora sejam relevantes como precondições dos comportamentos). Eles podem, em princípio, ser realizados por sistemas de constituições físicas díspares (como, por exemplo, um ser humano, um réptil ou um peixe) e formarem um mesmo operante. Este, por sua vez, pode formar atributos psicológicos.

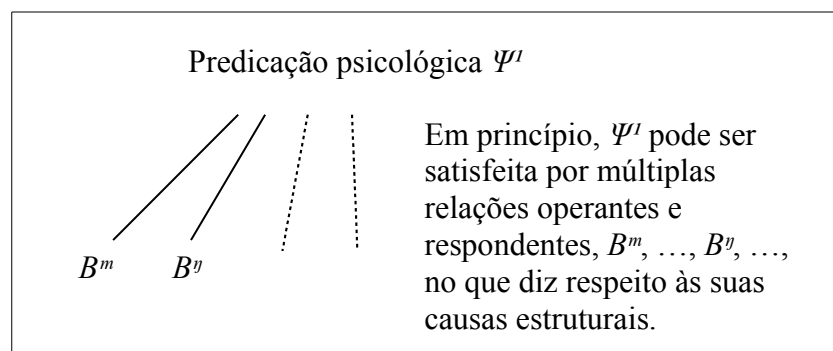


Figura 7: Compatibilidade entre behaviorismo teleofuncional e múltipla exemplificabilidade

A compatibilidade de (BEH TF) com (HOL) é algo geralmente insuspeitado em razão de vários fatores, dentre os quais o fato de os autores que constatarem a característica holista assumirem, de antemão, uma visão mentalista sobre essas predicações; e assumirem que o behaviorismo seria, em geral, uma tentativa de reduzi-las a predicações não psicológicas. Isso, como vimos anteriormente, leva à objeção de incompatibilidade. Entretanto, a primeira pressuposição, da qual depende tal objeção, torna esta uma petição de princípio, na medida em que o behaviorismo, em particular (BEH TF), questiona (MENT)¹⁰⁸. A segunda pressuposição é equivocada, posto que há abordagens comportamentais, como, por exemplo, a de Ryle (1949) e, similarmente, a que esboçamos, que não se propõem a reduções. Nosso intuito não é fazer reduções, ainda que sustentemos que os critérios relevantes para a verdade das predicações em questão sejam relações operantes e respondentes. Não há problema em, ao caracterizarmos uma predicação psicológica ordinária, introduzirmos outras. A característica holista é um fato que reconhecemos, a questão básica sendo, antes, qual é a maneira mais adequada de representá-la¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Isso com exceção de abordagens que são behavioristas mais no nome, como cremos que é, por exemplo, a de Hempel (1980), que parece propor uma redução da linguagem em questão a uma parcialmente comportamental apenas para algum fim científico, assumindo, contudo, uma forma de mentalismo.

¹⁰⁹ Uma observação semelhante acerca da segunda mencionada pressuposição é feita por Rowlands (1999, p. 48-

Um terceiro fator que leva à acusação de incompatibilidade é, provavelmente, relativo à interpretação da noção de comportamento. A nosso ver, algo que leva à acusação é associar tal noção com a de meros movimentos motores, sem considerar suas feições relacionais, funcionais e molares. No momento em que atenta para os comportamentos entendidos adequadamente, a compatibilidade com o holismo deixa de ser ininteligível. Tomemos, por exemplo, o caso da pessoa cujo comportamento de pegar seu guarda-chuva é explicado dizendo-se que ela acha que vai chover. Evidentemente, há uma inferência subjacente, ao mesmo tempo, de que ela não quer se molhar, bem como de que ela pretende passar por algum lugar a céu aberto, etc. Não vemos por que isso não signifique padrões de comportamento da pessoa. A utilização do guarda-chuva diante de situações de chuva, no passado, é algo que deve ter modelado esse comportamento, o contexto presente, de tempo nublado, tendo-se tornado ocasião para o comportamento de prevenir-se com um guarda-chuva. A pessoa não quer se molhar, o que é algo que, igualmente, podemos saber pela consideração de relações entre seus comportamentos e certos contextos; por exemplo, a pessoa tem de trabalhar, mas estar com roupas molhadas, em contextos como o do trabalho, foi algo punido no passado com gripe e reprimendas. Podemos ir adiante em cadeias de predicções psicológicas comuns, na explicação daquela conduta, e isso, a nosso ver, é ir adiante na remissão à história interativa da pessoa e de fatores do ambiente presente, subscrevendo seus comportamentos aos padrões nos quais se eles se encaixam. Por isso, acreditamos que, em parte, a alegação de incompatibilidade resulta de não se ter em conta uma caracterização apropriada dos comportamentos.

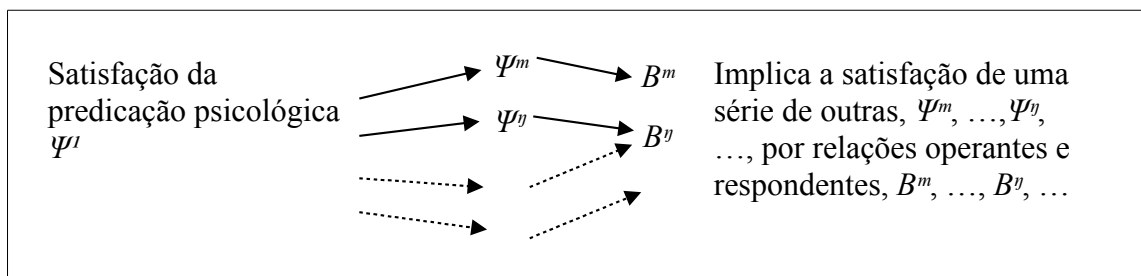


Figura 8: Compatibilidade entre behaviorismo teleofuncional e holismo

Por fim, a compatibilidade com (FUNC) é manifesta na própria denominação que damos à perspectiva. O behaviorismo teleofuncional expressa que as entidades que constituem

52).

condições de verdade das predicções em questão são entidades que tendem a possuir funções, em particular, como resultado de histórias interativas que envolvem seleção pelas conseqüências; daí ser uma versão do telefuncionalismo. Assim, (BEH TF) é tão compatível com (FUNC) quanto as abordagens telefuncionalistas conhecidas, ou seja, aquelas que se comprometem com (MENT). A ideia, em outras palavras, é de que nossas atribuições de desejos, opiniões, fome, sede, calor, frio, irritação, medo, contentamento, sagacidade, etc. dizem respeito a várias funções que diferentes comportamentos tendem a desempenhar, relacionadas à lida efetiva com o ambiente no qual o sistema se insere; em um nível geral, funções como as de evitar certas coisas e favorecer outras, em razão de processos históricos de seleção pelas conseqüências.

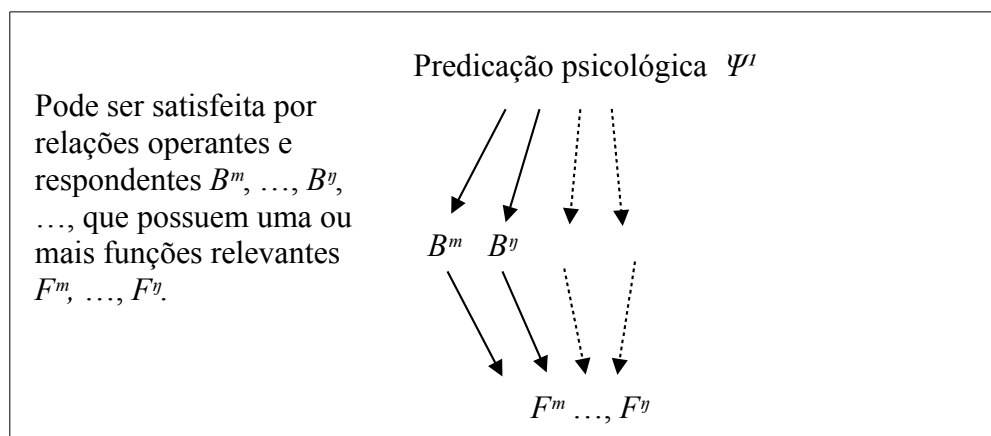


Figura 9: Compatibilidade entre behaviorismo telefuncional e funcionalismo

2.4. Considerações finais deste capítulo

Como vimos, são muito frequentes as suposições de incompatibilidade de (MEX), (HOL) e (FUNC), sobretudo destas duas últimas teses, com o behaviorismo. Neste capítulo, procuramos problematizar essas suposições, procurando, primeiro, mostrar que as referidas teses, na verdade, são neutras com relação a (MENT), e, segundo, apontar um provável contraexemplo, que resumizamos em termos de (BEH TF). Não chegamos a afirmar, categoricamente, que haja compatibilidade delas com (BEH TF), antes apenas fornecendo alguns indícios em favor disso. Se os raciocínios que articulamos para tanto estiverem corretos, seguem-se alguns resultados que abaixo destacamos.

O distanciamento que se faz entre o behaviorismo e a tese da múltipla exemplificabilidade é algo que, no caso, merece ponderação. Fala-se, por vezes, da múltipla

exemplificabilidade como algo distintivo de abordagens funcionalistas, estas, por sua vez, caracterizadas em dependência do mentalismo¹¹⁰; isso não se mostra inteiramente certo. Além disso, a tese é frequentemente considerada como um argumento de Putnam contra a teoria da identidade entre tipos psicológicos e tipos neurofisiológicos de Place e Smart, como se fosse uma total novidade; na verdade, muito da ideia de relativa independência entre a aplicação de predicções psicológicas comuns e tipos de estruturas físicas é iminente em análises comportamentais precedentes, que encontramos, por exemplo, em Ryle (1949) e Skinner (1953). Segue-se também, no caso, que, se a múltipla exemplificabilidade for uma tese verdadeira – como, de fato, o cremos –, (BEH TF) constitui uma alternativa possível à teoria da identidade entre tipos mentais e tipos neurofisiológicos de Place e Smart, e não apenas os funcionalismos mentalistas.

A objeção que se faz contra o behaviorismo a partir da constatação da característica holista das predicções em questão é falha. Trata-se de uma objeção que comete petição de princípio, e, além disso, pressupõe que essa perspectiva busque certas reduções extensionalistas, o que não necessariamente ocorre. Acreditamos que ela põe dificuldades apenas a abordagens ditas behavioristas que, diferentemente do que fazemos, buscam tais reduções, como a de Hempel (1980).

Por fim, o contraste que é muitas vezes feito entre funcionalismo e behaviorismo é algo que, no caso, também merece ponderação. Por exemplo, Block diz que “O funcionalismo em todas as suas formas difere do behaviorismo em dois aspectos maiores”, o primeiro dos quais que “[E]nquanto os behavioristas definiram os estados mentais em termos de estímulos e respostas, não pensaram os estados mentais mesmos como causas das respostas e como efeitos dos estímulos”¹¹¹. O segundo aspecto apontado por Block é de que o funcionalismo incluiria, além disso, causalção entre os ditos estados mentais¹¹². O contraste, então, é feito baseando-se no pressuposto de que o funcionalismo é mentalista. Se estivermos corretos, trata-se de perspectivas, na verdade, não necessariamente opostas, antes podendo ser complementares.

¹¹⁰ Cf., por exemplo, Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 49-50).

¹¹¹ Block (1980, p. 175; grifo do autor; trad. nossa). Cf. também, por exemplo, Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 46-48).

¹¹² Cf. Block (1980, p. 175-176).

CAPÍTULO III

UM EXAME DA TEORIA CAUSAL DA MENTE DE ARMSTRONG E LEWIS

Neste capítulo, fazemos um estudo da assim chamada teoria causal da mente de Armstrong e Lewis¹¹³. O núcleo dela consiste em duas teses, a saber: a tese de que as predicções psicológicas ordinárias explicam e predizem comportamentos pela referência a ocupantes internos de funções ou papéis de causar, de determinadas maneiras, os respectivos comportamentos; e a tese de que os ocupantes desses papéis causais são entidades cerebrais, e, eventualmente, entidades físicas semelhantes.

Nossa escolha por examinar, neste trabalho, tal abordagem, deve-se a pelo menos três razões, correspondentes a objetivos deste capítulo. Um dos objetivos é fazer uma avaliação dos paralelos que essa abordagem propõe com relação ao que entendem por behaviorismo, posto que julgamos serem paralelos que merecem ponderações; bem como propor novos, em particular considerando o behaviorismo que esboçamos. Interessa-nos, também, reconstituir as objeções de Armstrong e Lewis ao que entendem por behaviorismo e mostrar que estas, embora possam ser cogentes com relação a certas perspectivas deste tipo, não o são com relação à perspectiva que sugerimos. Por fim, há algumas objeções que, de nossa parte, queremos levantar à teoria causal da mente. Se estas estiverem corretas, então questionam um ponto de vista influente, sendo sustentado, recentemente, também por outros autores, como, por exemplo, Braddon-Mitchell e Jackson (2007)¹¹⁴, além de muitas vezes assumido (embora não necessariamente com base na argumentação filosófica desses autores) na neurociência contemporânea¹¹⁵. Procedemos, aqui, nessa ordem de objetivos, após expormos os aspectos principais da abordagem e mais relevantes para tais objetivos.

3.1. A teoria causal da mente de Armstrong e Lewis

A abordagem de Armstrong e Lewis tem como motivações básicas alguns acordos e desacordos com o cartesianismo e com o que entendem por behaviorismo. Segundo o próprio Armstrong (1980, p. 196), ela pode ser entendida como uma síntese dialética entre essas duas perspectivas contrastantes. Tal síntese, conforme veremos abaixo, dá-se mediante a teoria da

¹¹³ A confluência entre análises desses autores é reconhecida, por exemplo, em Armstrong (1999, p. 81ss) e Lewis (1972, p. 250, n. 3, 1980, p. 217-218, 1994, p. 412).

¹¹⁴ Cf. também Jackson *et al.* (1982).

¹¹⁵ Cf., por exemplo, Bennett e Hacker (2003).

identidade de tipos de Place (1956) e Smart (1959).

Uma das motivações, enfatizada por Armstrong, é a retenção da tese cartesiana de que o conceito de mente é o conceito de uma substância, “arena” ou “reino”. Para Armstrong, “Descartes estava inteiramente correto em manter que a mente é uma substância, uma coisa unitária”¹¹⁶. O autor acredita que as predicções psicológicas comuns designam acontecimentos próprios de uma substância interna ao corpo: “[O] corpo é uma coisa, um objeto material. [...] A mente é também uma coisa, ou pelo menos uma arena de algum tipo. [...] Esta coisa, ou arena, pode estar em uma ou outra larga variedade de estados mentais, e uma larga variedade de eventos e processos mentais acontecem nela”¹¹⁷. Nessa medida, Armstrong discorda, claramente, de Ryle (1949), que critica tal ideia¹¹⁸. Por outro lado, a abordagem não apoia a visão imaterialista de Descartes sobre a constituição da concebida substância, propondo, antes, “a visão de que a mente [pelo menos humana] é o cérebro”¹¹⁹. Em outras palavras, a abordagem procura manter que os fenômenos aos quais nos referimos com o vocabulário psicológico comum são próprios de uma substância interna, mas substituindo a visão imaterialista de Descartes por uma materialista.

A abordagem tem a motivação correlata – correspondente, novamente, a uma tese subjacente ao cartesianismo e contra abordagens como a de Ryle (1949) – a tese de que as predicções em questão dizem respeito, inerentemente, a entidades internas que causam comportamentos. Ou seja, para Armstrong e Lewis, ao dizermos que alguém, por exemplo, tem certos propósitos e expectativas, está zangado e com frio, admira alguém e não gosta de determinada coisa, é inteligente e esperto, estamos designando acontecimentos internos e que causam eficientemente os comportamentos que estamos tentando explicar ou prever. Como diz Armstrong, “[A] imagem é *interacionista*. Ela permite, de fato requer, ação recíproca entre corpo e mente”¹²⁰. Assim, trata-se da motivação de reter uma forma de mentalismo sobre as predicções psicológicas ordinárias. Para esses autores, a visão mentalista é algo intuitivo¹²¹ e revelado por objeções a perspectivas comportamentais, tal como as objeções dos “contrafactuais suspensos no ar”, da parálise e do “ator perfeito”¹²². Entretanto,

¹¹⁶ Armstrong (1999, p. 24; trad. nossa).

¹¹⁷ Armstrong (1984, p. 105; trad. nossa).

¹¹⁸ Cf. também Armstrong (1980, p. 193, 1999, p. 55-57).

¹¹⁹ Armstrong (1968, p. 337; trad. nossa). Cf. também Armstrong (1968, p. 73-75, 1984, p. 105-106, p. 207).

¹²⁰ Armstrong (1984, p. 105; grifo do autor; trad. nossa).

¹²¹ Cf. Armstrong (1968, p. 56, p. 68, 1980, p. 194, 1984, p. 137) e Lewis (1966, p. 20-21, 1994, p. 420).

¹²² Cf. Armstrong (1968, p. 68-72, 1980, p. 195-196, 1999, p. 62-64) e Lewis (1966, p. 22, 1994, p. 417-418). Avaliamos suas objeções na seção (3.3).

diferentemente do cartesianismo tradicional, a abordagem sugere que as entidades internas que desempenhariam papéis de causar comportamentos são materiais, em particular cerebrais e, eventualmente, entidades similares de outras constituições físicas. Assim, podemos dizer que ela sustenta um mentalismo materialista.

Outro interesse dela é conciliar um aspecto da perspectiva de Ryle (1949) com a visão mentalista. Armstrong e Lewis acreditam haver o que chamam de conexões (ou ligações) lógicas (ou analíticas) das predicções psicológicas comuns com “comportamentos físicos manifestos” dos sistemas e estímulos, quanto ao que supõem que estão de acordo com Ryle. No entanto, contrariamente a este autor, a abordagem entende por essas ditas conexões apenas que as relações envolvendo as entidades internas (tomadas como causas eficientes de comportamentos) são identificadas por referência a comportamentos e a estímulos, sendo estes, respectivamente, reputados como efeitos (*outputs*) e causas iniciais (*inputs*) daquelas: “[O] mental tem ligações lógicas com o comportamento. Pois [o mental] é definido em termos de seu papel causal, e tal papel causal é detalhado ['spelt out'] por referência ao comportamento (incluindo relações com estímulos)”¹²³. Há concordância da abordagem com a sugestão de Ryle de que as predicções em questão de várias categorias podem ser analisadas em termos de enunciados condicionais relacionando situações e comportamentos; mas ela procura conciliá-la com o mentalismo, concebendo os fatores de verdade dos condicionais como sendo bases categóricas (isto é, entidades físicas concretas) localizadas dentro dos sistemas¹²⁴.

Uma quarta motivação da abordagem é modificar e expandir a teoria da identidade de tipos de Place (1956) e Smart (1959). Tal teoria, como mencionamos no começo de (2.1), concebe as predicções de um subconjunto das categorias psicológicas ordinárias – nomeadamente, pelo menos daquelas relativas a sensações e a percepções – como estando para tipos (*types*) de fenômenos cerebrais. Ela concebe haver identidades *a posteriori* entre alguns tipos de fenômenos psicológicos e tipos de fenômenos cerebrais – por exemplo, entre (o tipo) ver um leão correndo e certo tipo de entidade neural –, tal como as identidades de raios com descargas elétricas, de água com molécula de dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio, e da estrela da manhã e a estrela da tarde com Vênus. Armstrong e Lewis veem nessa teoria um meio de abrigar suposições como as de que os fenômenos psicológicos são

¹²³ Armstrong (1984, p. 147; trad. nossa). Cf. também Armstrong (1968, p. 68, p. 92, 1980, p. 195, 1999, p. 61-62) e Lewis (1966, p. 20-21, 1972, p. 256-257, 1994, p. 417-418).

¹²⁴ Isso é explorado, de modo especial, por Armstrong (1968, p. 85-86, 1980, p. 195-196, 1999, p. 83).

próprios de uma substância, determinantes internos dos comportamentos e constituídos de modo inteiramente físico. Porém, diferentemente de Place (1956) e Smart (1959), que dão ênfase aos estímulos ambientais que causam os fenômenos cerebrais, a abordagem propõe enfatizar as características causais destes, e, além disso, estende essa ideia a todas as categorias¹²⁵. Resulta disso a combinação de um mentalismo geral com um reducionismo (como indicamos, em seguida, restringido) de tipos psicológicos a tipos neurais ou similares.

A teoria causal da mente tem duas teses principais. A primeira, considerada *a priori*, é sobre o funcionamento mesmo das predicções psicológicas ordinárias – o que Lewis (1972, 1984, 1994) chama de psicologia do povo ou de senso comum (*folk* ou *commonsense psychology*) –, segundo a qual elas se referem a ocupantes de funções ou papéis causais, entendidos como aquilo, seja o que for, que esteja causalmente conectado de maneiras relevantes com (i) certos estímulos, (ii) outros ocupantes similares e (iii) movimentos motores. Nos termos de Lewis¹²⁶:

A psicologia do povo [...] diz como estados mentais, singularmente ou em combinação, são aptos a causar comportamentos; e diz como estados mentais são aptos a mudar sob o impacto de outros estímulos perceptivos e estados mentais. Assim, ela associa a cada estado mental um típico papel causal. [...] Sempre que *M* for um nome da psicologia do povo para um estado mental, a psicologia do povo dirá que *M* tipicamente ocupa um certo papel causal: chame-o de papel-*M*. Então, analisamos *M* como significando 'o estado que tipicamente ocupa o papel-*M*'. (LEWIS, 1994, p. 416; grifo nosso na variável '*M*'; trad. nossa)

Assim, a abordagem sustenta que as predicções em questão designam entidades internas que ocupam papéis causais relevantes. Por exemplo, no caso de uma atribuição de desejo de comer uma refeição em um restaurante, está-se, segundo essa perspectiva, remetendo a algo no sistema que tenha o papel de causar comportamentos tais como o de ir até um restaurante e o de lá comer, sob a atuação de estímulos perceptivos tais como presença de restaurante e, também, a atuação de outros fenômenos mentais assim concebidos, tais como, possivelmente, o supor que o local percebido é uma boa opção e o ter muita fome. Portanto, a abordagem pode ser entendida como uma formulação do mentalismo e do funcionalismo sobre essas predicções. Funções são concebidas como papéis causais, os quais, por sua vez, são entendidos como relações entre estímulos perceptivos, outros “estados mentais” e

¹²⁵ Cf. Armstrong (1968, p. 79-82, 1999, p. 81-82) e Lewis (1980, p. 217-218, 1994, p. 412).

¹²⁶ Cf. também Armstrong (1968, p. 79, p. 82, p. 356, 1980, p. 196, 1984, p. 139-140, 1999, p. 81ss) e Lewis (1966, p. 19-20, 1972, p. 249-250, p. 256, 1980, p. 218).

comportamentos¹²⁷.

Em algumas enunciações de tal tese por Armstrong e Lewis, há determinadas expressões utilizadas em sentidos nem sempre por eles explicitados; em particular, 'causa' ou 'acarretamento' (*'bringing about'*), 'comportamento', 'estado' e 'ser apto'. A noção de causação pressuposta é mecanicista, isto é, causação eficiente (elos contínuos no espaço e no tempo entre causas e efeitos)¹²⁸. A noção de comportamento utilizada é de movimentos motores e manifestos do corpo (e regidos por causação eficiente), que podem ser descritos em termos puramente físicos¹²⁹. A expressão 'estado' é empregada em sentido amplo, abrangendo não só estados, mas também processos e outras formas de entidades que possam ocupar os referidos papéis causais¹³⁰. O uso da expressão 'ser apto' visa salientar a possibilidade de a presença de um “estado mental” não necessariamente causar um comportamento que ele tenha a função de causar, sendo aquele caracterizado em dependência de relações causais com outros “estados mentais”; por exemplo, algo como um desejo ou uma sensação desagradável que um organismo tenha pode inibir o comportamento típico de sua esperteza, em uma circunstância¹³¹. Levamos em conta o sentido em que esses termos são utilizados na abordagem permite-nos ter uma ideia precisa de sua formulação.

Quanto à ideia, na referida tese, de relações entre as entidades mentais, trata-se uma representação mentalista do traço holista de predicacões psicológicas comuns. A abordagem salienta que pelo menos muitos dos conceitos psicológicos ordinários são “de acordo global” (*package-deal*), ou seja, a aplicação de um depende da inferência implícita de uma cadeia de outros atributos psicológicos. Esses conceitos são análogos aos relativos a equipes; tal como uma pessoa não é membro de uma tropa isoladamente, mas apenas havendo várias outras pessoas organizadas de determinada forma, assim não há, por exemplo, um propósito e uma crença isolados, antes dependendo de muitos propósitos e crenças. A abordagem supõe que se trata de uma interdeterminação do comportamento por atributos psicológicos entendidos de modo mentalista¹³².

¹²⁷ Cf. também Armstrong (1999, p. 6, p. 81, p. 101) e Lewis (1972).

¹²⁸ Cf. Armstrong (1968, p. 83, 1984, p. 164) e Lewis (1994, p. 412-413).

¹²⁹ Cf., por exemplo, Armstrong (1968, p. 84, 1984, p. 106-107) e Lewis (1994, p. 417). Esse uso transparece, sobretudo, ao compararem sua proposta com abordagens comportamentais (o que, a nosso ver, é problemático). Tratamos a esse respeito em parte da seção (3.2).

¹³⁰ Cf. Armstrong (1968, p. 82). Isso transparece, por exemplo, em Armstrong (1968, p. 129ss, 1980, p. 194-195, 1984, p. 105, 1999, p. 87) e está implícito em enunciações dessa tese por ambos os autores.

¹³¹ Cf. Armstrong (1968, p. 82-83, p. 1984, p. 147).

¹³² Cf. Armstrong (1968, p. 82, 1984, p. 154-156, 1999, p. 83-84) e Lewis (1966, p. 21, 1972, p. 250ss, 1994, p. 416).

Armstrong e Lewis salientam a neutralidade de sua tese básica com respeito ao que realiza os supostos papéis causais. Os ocupantes dos papéis causais, em princípio, poderiam ser desde entidades neurais e correntes eletromagnéticas em placas de silício, até a entidades imateriais: a tese “não diz nada sobre que tipo de estado ocupa o papel causal. Ele pode ser um estado físico ou não físico [...]”¹³³. Conforme Armstrong, “Não há incoerência lógica em combinar a teoria causal da mente com, digamos, o dualismo cartesiano. [...] [É] uma teoria 'tópico-neutra', porque não especifica a natureza daquilo que desempenha o papel causal”¹³⁴. Segundo esses autores, a pergunta pelos ocupantes em geral dos papéis causais requer uma resposta de caráter *a posteriori*, baseada em especulações e evidências empíricas¹³⁵.

A segunda tese principal da abordagem é sobre essa pergunta (sendo, assim, considerada uma tese de caráter *a posteriori*); a tese é de que os ocupantes dos concebidos papéis causais são entidades neurais e, eventualmente, substratos similares de outras constituições físicas. Ela é considerada uma boa aposta, baseada em um olhar materialista mais geral do mundo¹³⁶ e na premissa de que ela corresponde a uma hipótese mais adequada aos dados empíricos, em neurofisiologia recente, do que uma hipótese imaterialista¹³⁷.

Além disso, esta segunda tese possui uma cláusula propondo que as identidades entre os ocupantes dos papéis causais e entidades cerebrais ou análogas são identidades de tipos (ou tipo-tipo) restringidas, e não de exemplares (ou exemplar-exemplar).

[O] materialista pode ser tentado a recuar de uma identificação tipo-tipo para o que tem sido chamado [...] identificação *exemplar-exemplar* ['token-token']. [...] Porém, dizer [*sic.*] isso parece ser recuar muito longe em face da dificuldade. Pode ser admitido [...] que é implausível identificar o tipo *dor* com um certo processo neurofisiológico. Mas que tal o tipo mais estreitamente concebido *dor em seres humanos*? É inteiramente plausível que ele pode ser identificado com uma forma singular de processo neurofisiológico. E mesmo se tal identificação resultar muito otimista, será possível, presumivelmente, encontrar subtipos ainda mais estreitamente concebidos [...]. (ARMSTRONG, 1984, p. 162; grifos do autor; trad. nossa)

Se *M* significa 'o ocupante do papel-*M*' e há variação naquilo que ocupa o papel-*M*, então nossas identidades psicofísicas precisam ser restritas: não simples [identidades] $M = P$, mas $M\text{-em-}K = P$, onde *K* é um grupo ['kind'] dentro do qual *P* ocupa o papel-*M*. [...]

A ameaça de variação levou muitos a recuar da identidade 'tipo-tipo' para a

¹³³ Lewis (1994, p. 418; trad. nossa).

¹³⁴ Armstrong (1984, p. 157-158; grifo do autor; trad. nossa).

¹³⁵ Cf. Armstrong (1968, p. 89, 1984, p. 140-141, 1999, p. 86) e Lewis (1966, p. 20).

¹³⁶ Tratamos da noção de materialismo em parte da seção (3.2).

¹³⁷ Cf. Armstrong (1968, p. 90, 1980, p. 196-197, 1999, p. 87) e Lewis (1966, p. 23-24, 1972, p. 249, 1994, p. 418).

'exemplar-exemplar'. [...] [M]as a fuga a partir das identidades tipo-tipo foi inteiramente desnecessária. Pois nossas identidades restritas, da forma $M\text{-em-}K = P$, são ainda tipo-tipo. (LEWIS, 1994, p. 419-420; grifo nosso em variáveis; trad. nossa)

Reconhecendo ser plausível a tese da múltipla exemplificabilidade, os autores não se comprometem com uma teoria de identidades de tipos psicológicos a tipos estruturais físicos sem restrições. Entretanto, eles apostam em identidades de tipos restritas, no sentido de identidades relativas a um grupo de sistemas, como, por exemplo, uma espécie biológica ou um grupo dentro de uma espécie, ou mesmo relativas de um sistema para outro¹³⁸. Um tipo psicológico P não é visto ser *simpliciter* (isto é, em sentido absoluto) idêntico a um tipo físico interno S ; antes, $P\text{-em-}K$, sendo K um grupo de sistemas (por exemplo, uma espécie de reptéis, ou um subconjunto de seus membros), ou $P\text{-em-}x$, sendo x um sistema particular (por exemplo, uma pessoa individual), é visto ser idêntico a um tipo S . Por isso, Armstrong e Lewis julgam desnecessário o recuo de autores como Putnam (1975a, 1975c) e Fodor (1968, 1975) a identidades apenas de exemplares (isto é, identidades entre um fenômeno psicológico particular e irrepitível m a um ou outro fenômeno físico particular e irrepitível s) face à ideia de múltipla exemplificabilidade de tipos psicológicos. Ou seja, a abordagem é compatível com essa ideia sem precisar rejeitar que os tipos psicológicos se identifiquem com tipos de fenômenos cerebrais e similares. A identidade de exemplares, na abordagem, é aceita somente na medida em que a identidade de tipos a implica, já que os tipos ocupam papéis causais apenas através de seus exemplares¹³⁹.

Em suma, a abordagem em pauta sustenta que uma predicação psicológica ordinária tem como fator de verdade um tipo de estrutura física, usualmente neural, que ocupe os papéis causais relevantes. O que há em comum entre todos os diferentes tipos de ocupantes que

¹³⁸ Essa última possibilidade é apontada por Armstrong (1984, p. 162), Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 103) e – não a descartando, mas sem a encorajar – Lewis (1980, p. 221).

¹³⁹ Cf. também Armstrong (1984, p. 160-163, 1999, p. 103-104), Lewis (1980, 218-221) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 100-103). Mais do que julgarem desnecessário manter apenas identidades de exemplares, Armstrong e Lewis consideram ser inaceitável fazê-lo. Eles tentam reduzir ao absurdo versões do funcionalismo que propõe isso através da ideia de que tipos psicológicos são idênticos a propriedades de ter entidades internas (exemplares) realizando os reputados papéis causais. Os autores alegam que tal proposta implica que os fenômenos psicológicos não são, propriamente, causas efetivas, porque, no caso, são propriedades de ter algo causando, de determinadas maneiras, comportamentos (a partir de relações causais apropriadas), e não aquilo mesmo que os causa. No entanto, assumem Armstrong e Lewis, os fenômenos psicológicos são aquilo mesmo que causa os comportamentos. Portanto, segundo seu raciocínio, chega-se, assumindo-se por hipótese que tais versões do funcionalismo são corretas, a uma contradição, o que implica que a hipótese é, na verdade, falsa. Cf. Armstrong (1984, p. 139-140, p. 162-163), Lewis (1994, p. 420) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 103-104). Cf. também Abrantes e Amaral (2002).

possam ser fatores de verdade de uma determinada predicação psicológica ordinária são, segundo a abordagem, certos papéis causais. Em tal perspectiva, o fator de verdade pode variar de grupo para grupo, ou, mesmo, de sistema para sistema, apenas na medida em que o tipo físico é relativo a grupos ou sistemas; ou seja, há identidades de tipos psicológicos com tipos de substratos físicos assim restringidas. Os papéis causais ocupados por esses tipos são entendidos como sendo os de causar, de determinadas maneiras, comportamentos, a partir de relações com estímulos e do acordo global com outros tipos que forem exemplificados. As motivações básicas para tanto incluem a ideia de Descartes de que tais predicções designam acontecimentos próprios de uma substância por detrás dos comportamentos e determinantes destes, e, também, a teoria da identidade de tipos formulada por Place e Smart.

3.2. Paralelos

Nesta seção, tecemos ponderações aos paralelos feitos por Armstrong e Lewis com relação ao que chamam de behaviorismo e levantamos paralelos entre a teoria causal da mente e a nossa abordagem. Eles são acerca dos pontos de vista assumidos ou sustentados quanto ao seguinte: (i) a noção de comportamento; (ii) as conexões das predicções psicológicas ordinárias com comportamentos e o caráter disposicional destas; (iii) o estatuto causal ou não destas; (iv) o materialismo; e (v) a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo.

(i) *Noção de comportamento.* Armstrong acredita assumir a noção de comportamento de abordagens comportamentais em geral. Por vezes, refere-se, especialmente, a Ryle e a Wittgenstein – ou ao que denomina behaviorismo analítico¹⁴⁰ –, mas, outras vezes, a behaviorismo sem restrições¹⁴¹. Armstrong chega a pressupor que Watson e Ryle tenham uma mesma concepção de comportamento¹⁴², e, além de Watson e Ryle, também Wittgenstein, Malcolm e Skinner¹⁴³. Armstrong associa-lhes a noção de comportamento como a de uma entidade simplesmente física e manifesta, isto é, como movimentos motores e manifestos regidos por causação eficiente. Isso ocorre ao mencionar algum suposto aspecto de abordagens desses autores empregando as expressões “comportamento físico”, “comportamento físico manifesto” ('outward physical behavior') ou “comportamento corporal” ('bodily behavior'); por exemplo, quando diz: “Mesmo se não aceito o

¹⁴⁰ Cf., por exemplo, Armstrong (1968, p. 54-57, 1999, p. 57-58).

¹⁴¹ Cf., por exemplo, Armstrong (1999, p. 62).

¹⁴² Cf. Armstrong (1980, p. 103, 1999, p. 4).

¹⁴³ Cf. Armstrong (1984, p. 106).

behaviorismo, penso que não há dúvida de que devemos aceitar isso: comportamento físico manifesto e tendências a comportar-se de fato entram, de algum modo, em nosso conceito ordinário de mente”¹⁴⁴. Assim, segundo o autor, haveria, entre a teoria causal da mente e “o behaviorismo”, uma noção compartilhada de comportamento.

Consideramos ser equivocado dizer que a tradição comportamental em geral pressuponha a mesma noção de comportamento da teoria causal da mente, bem como dizer que certos autores que Armstrong supõe que pressuponham tal noção o façam. A noção de comportamento assumida pela teoria causal da mente é similar apenas a de algumas perspectivas comportamentais, como as de Watson (1930) e Hempel (1980)¹⁴⁵. Não vem ao caso, aqui, apontarmos por que autores como Ryle (1949) e Wittgenstein (1953) não utilizam a concepção que Armstrong lhes associa, posto que nosso interesse maior, aqui, é comparar a teoria causal da mente com a abordagem que esboçamos. Para vermos o equívoco de suas suposições em questão, basta levarmos em conta que as noções de comportamento (operante e respondente) propostas por Skinner (1953, 1969a) e Rachlin (1976, 1994) – as quais (como tratamos em partes do Capítulo I), em grande medida, assumimos – diferem, consideravelmente, da noção da referida teoria.

São várias as diferenças. Em primeiro lugar, enquanto a teoria causal da mente concebe comportamentos como meros movimentos físicos ou motores, entendemos os comportamentos como entidades relacionais, no sentido de que se definem por suas relações com aspectos do ambiente maior, inclusive englobando, no caso dos operantes, relações com contextos e conseqüências passadas¹⁴⁶. Além disso, entendemo-los como entidades funcionais, no sentido de possuírem funções, em particular, biológicas¹⁴⁷. Utilizando a terminologia de Millikan (1993e), isso equivale ao contraste entre, de um lado, uma concepção *individualista* dos comportamentos (exemplificada pela teoria em pauta), que o caracteriza em termos puramente supervenientes a aspectos do corpo; e, de outro, uma concepção *anti-individualista* ou *externista* (exemplificada pela abordagem que esboçamos), que o caracteriza em termos que envolvem referência ao ambiente maior. Em segundo lugar, não aceitamos a ideia de que todo comportamento envolva movimento motor. Quando falamos de comportamentos ou

¹⁴⁴ Armstrong (1968, p. 68; trad. nossa). Cf. também as referências anteriores deste mesmo parágrafo.

¹⁴⁵ Para um panorama de várias e divergentes caracterizações dessa noção na tradição comportamental até Skinner, cf. Kitchener (1977).

¹⁴⁶ Cf. também, por exemplo, Lee (1983).

¹⁴⁷ Este elemento, porém, não é explícito nas caracterizações de Skinner e de Rachlin, mas um elemento que procuramos incrementar nelas.

respostas, pensamos em mudanças ocorridas em um sistema ou em mudanças operadas por ele. Ora, mudanças (conforme já Aristóteles elucidada) não são necessariamente movimentos, pelo menos no sentido de locomoção ou deslocamento. Elas podem ser, por exemplo, mudanças qualitativas, como o empalidecimento ou o emburrecimento do rosto¹⁴⁸. Em terceiro lugar, ao contrário da teoria causal da mente, trabalhamos com uma caracterização não mecanicista de comportamento (isto é, uma caracterização não apenas em termos de causas eficientes ou mecânicas), pelo menos do comportamento operante. Pois aquela da qual nos valem, em especial a do comportamento operante, enfatiza a causação de tipo seletiva (ou seja, o modo causal da seleção pelas consequências), embora haja também causas eficientes envolvidas nele¹⁴⁹. Por fim, em quarto lugar, não há, em nossa perspectiva, uma cláusula estabelecendo que comportamentos sejam necessariamente manifestos. A nosso ver, como tratamos em (1.4), há comportamentos, sejam operantes ou respondentes, que podem ocorrer sem serem observáveis a partir da simples contemplação do corpo externo.

Por conseguinte, nem toda perspectiva comportamental requer uma concepção dos comportamentos como aquela de Armstrong e Lewis. Além disso, mesmo alguns autores específicos que Armstrong assume que a adotem, como, dentre outros, Skinner, não o fazem. Comparativamente à perspectiva que delineamos sobre as predicções psicológicas comuns, a de Armstrong e Lewis é contrastante com ela no que tange a essa noção.

(ii) *Conexões lógicas e caráter disposicional*. Armstrong e Lewis, como vimos acima, creem reter de abordagens comportamentais a ideia de que predicções psicológicas ordinárias possuem conexões lógicas com comportamentos e com estímulos. Inclusive, Armstrong, particularmente, reconhece ser apropriada uma análise de tais predicções em termos dos condicionais hipotéticos (ou contrafactuais)¹⁵⁰. No entanto, para a teoria causal da mente, as ditas conexões lógicas são conexões entre a especificação de papéis causais, entendidos de modo mentalista, e determinados comportamentos e estímulos. Os condicionais hipotéticos relacionando contextos e comportamentos, em termos dos quais predicções psicológicas ordinárias podem ser analisadas, referem-se, segundo Armstrong, a disposições entendidas como bases categóricas e como causas dos comportamentos. Um contraste com a perspectiva de Ryle, de fato, ocorre; pois, como vimos em (1.3), a visão que propõe

¹⁴⁸ Esta contribuição é, em especial, sugerida por Rachlin (1994). Cogitamos que certos fenômenos relativos à categoria (c), como os de perceber e de imaginar, sejam comportamentais em um sentido de mudança que não sempre o de locomoção. Porém, não temos ainda um *account* abrangente a oferecer sobre eles.

¹⁴⁹ Cf. também, por exemplo, Alessi (1992), Chiesa (1994) e Skinner (1976, p. 40-41, 1988).

¹⁵⁰ Cf., por exemplo, Armstrong (1999, p. 64).

contrapõe-se ao mentalismo. Por conseguinte, como estamos de acordo com Ryle a esse respeito, o contraste também ocorre relativamente à perspectiva que esboçamos.

Entretanto, esse contraste é tão grande que a similaridade suposta por Armstrong e Lewis requer qualificação. Em primeiro lugar, as ditas conexões lógicas, para eles, são simplesmente epistemológicas, e não ontológicas. O mental, diz Armstrong “não tem, de forma alguma, qualquer tipo de sobreposição com o comportamento. O mental está todo dentro [‘is all within’]”¹⁵¹. Ou seja, na teoria causal da mente, os comportamentos e os aspectos do ambiente maior são apenas, respectivamente, produtos dos fenômenos psicológicos e causas iniciais destes – e elementos para a identificação dos supostos papéis causais dos fenômenos psicológicos –, enquanto que, na abordagem que esboçamos, as relações interativas de comportamentos com o ambiente maior são constitutivas deles. Em segundo lugar, na teoria causal da mente, o caráter disposicional de predicções em questão é reificado. Diferentemente da abordagem que esboçamos (a qual concorda com Ryle a esse respeito), a teoria em pauta acaba não preservando esse caráter, antes tratando as referidas predicções como se tivessem um caráter episódico, na medida em que concebe que elas designam entidades episódicas. Uma base categórica neural ou similar é algo que alguém pode, em princípio, localizar em um lugar discreto e apontar ostensivamente. Ou seja, na teoria causal da mente, crenças, propósitos, dores, apreços, irritações, etc. são entidades que alguém poderia localizar (no interior do corpo), olhar e apontar, como podemos fazer com uma moeda. Um cirurgião poderia dizer a um paciente algo como “Aqui está sua dor – nesta região do cérebro” (apontando com o dedo)¹⁵². A nosso ver, por razões que tratamos no Capítulo I, isso não faz sentido.

(iii) *Caráter causal versus caráter não causal*. A teoria em pauta acredita, nos termos de Lewis, “melhorar, de vários modos, a original incorporação behaviorista daquela descoberta [das conexões lógicas]”, porque “permite que experiências sejam [...] as causas de suas manifestações”¹⁵³. O mentalismo é uma pressuposição central da abordagem e que lhe permite considerar os fenômenos psicológicos como causas internas dos comportamentos. Portanto, a abordagem realça, como um contraste entre ela e “o behaviorismo”, este não dar, supostamente, margem a poderes causais a fenômenos psicológicos, implicando, então, em

¹⁵¹ Armstrong (1984, p. 147; trad. nossa). Cf. também Armstrong (1999, p. 87-88).

¹⁵² Cf. Armstrong (1968, p. 116).

¹⁵³ Lewis (1966, p. 21; trad. nossa). Posteriormente, como vimos, Lewis expande sua visão a todas as categorias psicológicas ordinárias.

um epifenomenalismo.

Entretanto, conforme apontamos em (1.4), ainda que uma perspectiva comportamental como aquela que, aqui, sugerimos, contraponha-se ao mentalismo, não nega que os referidos fenômenos tenham certos poderes causais. Aquilo que um sistema faz e suas reações, afinal, ocasionam mudanças sobre o ambiente maior, o qual, por sua vez, pode atuar sobre outros comportamentos. Ou seja, há uma relação de retroalimentação entre comportamentos e eventos do ambiente maior. Por exemplo, se uma criança tem medo de cachorros, isso, a nosso ver, significa que ela se comporta de modo a evitar cachorros, e, eventualmente, por haver sido atacada por algum, tenha certas reações respondentes, como aumento do batimento cardíaco diante de latidos, etc. Ora, esses comportamentos afetam o ambiente maior e outros comportamentos, os quais, inclusive, a nosso ver, formam outros fenômenos psicológicos. Logo, uma perspectiva como a que propomos, na verdade, dá lugar a alguns poderes causais a fenômenos psicológicos. Ela não é epifenomenalista, apesar de se contrapor ao mentalismo.

(iv) *Materialismo*. Segundo Armstrong, tanto sua abordagem quanto “o behaviorismo” são compatíveis com o materialismo. O autor afirma:

Está claro que tal visão da mente adequa-se muito bem a uma visão completamente materialista ou fisicalista do homem. Se não há qualquer necessidade de fazer uma distinção entre processos mentais e sua expressão em comportamento físico, [...] então a existência de mente encontra-se sem qualquer conflito com a visão de que o homem não é nada senão um mecanismo físico-químico. (ARMSTRONG, 1980, p. 193; trad. nossa)

Por 'materialismo' ou 'fisicalismo', o autor entende a possibilidade de explicar fenômenos psicológicos “*em termos puramente físico-químicos*”¹⁵⁴. Para ele, uma perspectiva que caracterize esses fenômenos em termos de comportamentos e circunstâncias é compatível com o materialismo, porquanto comportamentos e circunstâncias são entidades físico-químicas e não requerem algo além do físico-químico para os explicar.

A perspectiva comportamental que propomos é materialista, mas não necessariamente na acepção de Armstrong, se esta for tomada estritamente. O paralelo que ele traça é correto com respeito a perspectivas comportamentais que concebam comportamentos em termos puramente físico-químicos e que, ao mesmo tempo, caracterizem predicções psicológicas ordinárias em termos deles, como a perspectiva de Hempel (1980). Caso Armstrong queira

¹⁵⁴ Armstrong (1980, p. 191; grifo do autor; trad. nossa).

equivaler explicações dos fenômenos psicológicos em termos puramente físico-químicos com elas não requererem termos imateriais ou não naturais, então o paralelo é correto mesmo relativamente ao que propomos; pois entendemos esses fenômenos como sendo inteiramente naturais, isto é, estando em plena continuidade de constituição com os demais fenômenos da natureza. Porém, se considerarmos as palavras da definição de materialismo feita por Armstrong em sentido estrito, então, tomando-a por parâmetro, o paralelo, provavelmente, não se dá. Isso porque a caracterização que pressupomos de comportamento operante envolve causação seletiva, que não é a causação mecanicista, típica daquilo que é puramente físico-químico; e, além disso, tanto os comportamentos operantes como os respondentes envolvem funções biológicas, mas propriedades biológicas, no mínimo, embora naturais, não são propriedades da física e da química.

Outra forma de representarmos o traço materialista geral compartilhado pela teoria causal da mente e o que propomos é através de definição feita por Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 19ss) de materialismo (em termos de superveniência e mundos possíveis). De acordo com ela, qualquer mundo que é uma duplicata física, e nada mais, do nosso mundo, é uma duplicata psicológica deste. A expressão 'física' é entendida por tais autores em sentido amplo, englobando entidades naturais em geral. Por uma duplicata física, entenda-se uma réplica de cada uma das entidades naturais, desde entidades concretas até leis e propriedades, inclusive relações. Na medida em que isso dá espaço a entidades biológicas e históricas (estendidas no tempo), e, conforme pressupomos, entidades comportamentais são biológicas e históricas, cremos que nossa proposta é compatível com tal caracterização de materialismo¹⁵⁵.

Por outro lado, há uma ampla diferença entre o materialismo da teoria causal da mente e o materialismo de nossa abordagem. Pois, diferentemente deste, o daquela é, conforme vimos, de viés cartesiano, isto é, baseado na ideia de mente como uma substância ou arena. A teoria causal da mente é uma forma daquilo que Rowlands (2003) e Bennett e Hacker (2003) chamam de cartesianismo materialista.

(v) *Múltipla exemplificabilidade, holismo e funcionalismo.* Assumindo estarmos corretos no Capítulo II quanto às teses da múltipla exemplificabilidade, do holismo e do funcionalismo, tais teses são compatíveis com a abordagem que esboçamos. Assim, as correspondentes compatibilidades constituem outros aspectos similares entre esta e a teoria

¹⁵⁵ Lewis (1994, p. 412-413) define o materialismo de forma semelhante a Braddon-Mitchell e Jackson, mas, restringindo-se a entidades puramente físicas.

causal da mente.

Trata-se, novamente, de similaridades que guardam contrastes fundamentais. Enquanto interpretamos a múltipla exemplificabilidade de predicções psicológicas ordinárias em termos de comportamentos fisicamente diferentes poderem satisfazê-las, a abordagem de Armstrong e Lewis interpreta-a em termos de tipos de entidades físicas internas, ocupantes de papéis de determinar comportamentos, poderem satisfazê-las. Enquanto interpretamos as cadeias holistas de predicções psicológicas comuns em termos de remissão a padrões operantes e respondentes estendidos no tempo (podemos dizer, a um acordo global entre padrões desses tipos), a teoria em pauta interpreta isso como sendo uma inferência de inter-relações entre entidades físicas internas controlando os comportamentos. Por fim, o funcionalismo que propomos é uma forma de teleofuncionalismo (com qualificações), baseado na análise etiológica e evolucionista da noção de função; além disso, sugerimos que os portadores das funções relevantes para as predicções em questão são os padrões de comportamento. O funcionalismo da teoria em pauta, por outro lado, é baseado em uma concepção de função como papel causal, nos termos já ressaltados.

Em resumo, compartilhamos com a abordagem de Armstrong e Lewis, em um nível geral, um não epifenomenalismo, um materialismo, a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo. Porém, fazemo-lo com um olhar diferente sobre a maneira apropriada de interpretar essas teses. Ressalta-se como diferenças entre as duas abordagens, além desses pormenores, também suas interpretações da noção de comportamento e das ditas conexões lógicas das predicções psicológicas ordinárias com comportamentos e circunstâncias do ambiente. Inclusive, contrariamente ao que a abordagem de Armstrong e Lewis supõe, não é o caso que perspectivas comportamentais requeiram e, mesmo, pressuponham em geral, sua noção de comportamento.

3.3. Respostas a objeções de Armstrong e Lewis

Nesta seção, passamos a examinar as objeções principais de Armstrong e Lewis a perspectivas comportamentais, a saber: (i) a objeção da negação do mentalismo; (ii) a dos “contrafactuals suspensos no ar”; (iii) a de predicções psicológicas ordinárias sem exemplificação de relações comportamentais; e (iv) a do “ator perfeito”. Reconstituímos essas objeções e procuramos mostrar que, pelo menos com relação à perspectiva que sugerimos, não são cogentes.

(i) *A objeção da negação do mentalismo*. Armstrong e Lewis, como vimos em (3.1), tomam o mentalismo como algo intuitivo. Uma perspectiva que negue o mentalismo, para eles, reduz-se ao absurdo. Encontramos tal objeção, dirigida ao tipo de perspectiva que sustentamos, no seguinte trecho de Armstrong¹⁵⁶:

O que pode o behaviorismo fazer com relação à *interação* entre mente e corpo? [...] [A] seguinte sequência [por exemplo] parece ser causal: (a) minha mão é atingida; (b) sinto dor; (c) contorço minha mão. [...] Pode o behaviorista dar sentido a tal sequência? [...] [N]ão o pode. Para haver atos internos, devem haver coisas para interagir. O behaviorista nega que a mente seja uma coisa. Assim, ela não pode interagir com o corpo. (ARMSTRONG, 1968, p. 56; grifos do autor; trad. nossa)

Entendemos esse argumento como um questionamento de abordagens comportamentais, apontando que negam que as predicções psicológicas ordinárias se refiram a entidades internas que, a partir de estímulos iniciais do ambiente, causam os comportamentos. Podemos representar tal objeção, aproximadamente, assim:

- (1) Suponha-se que algum behaviorismo sobre predicções psicológicas ordinárias esteja correto. [Hipótese]
- (2) Se algum behaviorismo sobre predicções psicológicas ordinárias estivesse correto, então elas não funcionariam pela designação de entidades próprias do interior do corpo e que causam os comportamentos relevantes. [Premissa]
- (3) Logo, as predicções psicológicas ordinárias não funcionariam pela designação de entidades próprias do interior do corpo e que causam os comportamentos relevantes. [De (1) e (2), *modus ponens*]
- (4) Mas as predicções psicológicas ordinárias funcionam pela designação de entidades próprias do interior do corpo e que causam os comportamentos relevantes. [Premissa]
- (5) Logo, as predicções psicológicas ordinárias não funcionam e funcionam pela designação de entidades próprias do interior do corpo e que causam os comportamentos relevantes. [De (3) e (4), introdução do condicional]
- (6) Logo, perspectivas behavioristas sobre predicções psicológicas ordinárias não são corretas. [De (1) e (5), *reductio ad absurdum*]

¹⁵⁶ Cf. também Braddon-Mitchell e Jackson (2007, p. 42).

Nossa resposta a essa objeção é que ela comete petição de princípio. Pois ela assume, de antemão, o mentalismo, como se figura na premissa (4); e o mentalismo é, justamente, aquilo que perspectivas que são alvo do argumento negam. Quando uma tese é colocada em jogo pelo oponente, não pode ser tomada como premissa pelo proponente sem cair em circularidade. Portanto, trata-se de uma objeção mal colocada.

(ii) “*Contrafactuais suspensos no ar*”. Armstrong considera que Ryle não estabelece os fatores de verdade dos condicionais hipotéticos (ou contrafactuais) que relacionam contextos ou estímulos e comportamentos; e que, por isso, a perspectiva de Ryle é insatisfatória.

Ora, não há dúvida de que enunciados verdadeiros que atribuem disposições a objetos na ausência de uma manifestação [...] envolvem, regularmente, a verdade de contrafactuais adequados. Mas Ryle, por assim dizer, deixa seus contrafactuais soltos no ar [‘hanging in the air’]. Quero dizer com isso que ele parece pensar que não precisa dizer o que há no mundo que faz tais contrafactuais serem verdadeiros. [...]

Qual é o fundamento na realidade [...] para a verdade deles? Pareceria que uma parte essencial do fator de verdade [‘truthmaker’] deve ser um estado interno apropriado da coisa que está na disposição. (ARMSTRONG, 1999, p. 64; grifo do autor; trad. nossa)

Ou seja, segundo esta objeção, Ryle deveria especificar quais são os fatores que tornam verdadeiros os referidos condicionais hipotéticos, para que sua proposta de análise das predicções em questão em termos desses condicionais seja inteligível; pois eles devem possuir fatores de verdade de algum tipo. Armstrong sugere que, por Ryle não estabelecer estados internos como tais fatores, os condicionais acabam ficando “suspensos no ar”. A objeção pode ser reconstituída, de modo aproximado, como se segue:

- (1) Suponha-se que uma abordagem como a de Ryle esteja correta. [Hipótese]
- (2) Se uma abordagem como a de Ryle fosse correta, então os enunciados contrafactuais relacionando contextos ou estímulos e comportamentos não teriam fatores de verdade. [Premissa]
- (3) Logo, os enunciados contrafactuais relacionando contextos ou estímulos e comportamentos não teriam fatores de verdade. [De (1) e (2), *modus ponens*]
- (4) Mas os enunciados contrafactuais relacionando contextos ou estímulos e comportamentos têm fatores de verdade. [Premissa]

- (5) Logo, os enunciados contrafactuais relacionando contextos ou estímulos e comportamentos não têm e têm fatores de verdade. [De (3) e (4), introdução da conjunção]
- (6) Logo, uma abordagem como a de Ryle não está correta. [De (1) e (5), *reductio ad absurdum*]

Nossa resposta a tal objeção é que a premissa de que não estabeleçamos aquilo que faz os referidos condicionais serem verdadeiros é problemática. Ou seja, a nosso ver, a premissa (2) é falsa. Pois propomos que os fatores para sua verdade, no sentido de os aspectos da realidade que os tornam verdadeiros, são comportamentos do sistema em situações que constituem ocasião para eles (no caso dos operante) ou estímulos eliciadores (no caso dos respondentes). Tais são as entidades que, a nosso ver, constituem a realidade à qual, propriamente, nos remetemos através de predicções psicológicas ordinárias, pelo menos das categorias (a), (b) e (d). Utilizando terminologia de Ryle (1949), essas predicções funcionam como bilhetes para inferências de relações típicas entre situações do ambiente maior e comportamentos dos sistemas, relações estas que podem formar padrões que constituam as condições de verdade relevantes. Nessa medida, talvez Armstrong indague uma perspectiva como a de Ryle sobre os fatores das predicções em questão por supor que tenham de ser entidades localizadas em instantes e espaços discretos, obliterando entidades molares como candidatos a esses fatores.

(iii) *A objeção da não exemplificação de relações comportamentais.* Armstrong e Lewis levantam também a objeção de que uma perspectiva como a de Ryle não seria correta por predicções em questão poderem aplicar-se sem haver relações entre circunstâncias e comportamentos sendo exemplificadas ao longo do tempo. A objeção pode ser reconstituída, adaptando-a ao caso de nossa perspectiva, assim:

- (1) Se as predicções psicológicas ordinárias pudessem ser satisfeitas quando não houvesse qualquer comportamento sendo realizado em qualquer contexto que lhe é ocasião ou sob qualquer estímulo que o elicia, então elas não teriam como fatores de verdade relações entre contextos ou estímulos e comportamentos. [Premissa]
- (2) As predicções psicológicas ordinárias podem ser verdadeiras quando não há qualquer comportamento sendo realizado em qualquer contexto que lhe é ocasião ou sob qualquer estímulo que o elicia. [Premissa]

- (3) Portanto, as predicções psicológicas ordinárias não têm como fatores de verdade relações entre contextos ou estímulos e comportamentos. [De (1) e (2), *modus ponens*]

Em resposta a essa objeção, questionamos a premissa (2), ou seja, que haja casos em que uma predição psicológica comum é verdadeira sem que padrões operantes e respondentes de comportamento relevantes sejam exemplificados. Essa premissa é apoiada pelos autores com base em alguns exemplos, os quais avaliamos como sendo implausíveis, tal como se segue.

Um primeiro exemplo, imaginado, em particular, por Armstrong, é o de um suposto cérebro fora do restante do corpo e, de alguma forma, mantido em funcionamento. O autor alega que tal cérebro poderia satisfazer predicções psicológicas comuns (em particular, presumivelmente, da categoria (b), já que fala de fenômenos subjetivos):

Suponha-se que fôssemos capazes de fazer um registro completo dos impulsos do sistema nervoso de alguém durante toda sua vida. Suponha-se que criemos, artificialmente, uma cópia exata desse sistema nervoso, mas o separemos de todo corpo. [...] [E]ntão organizemos o que acontece a esse sistema artificial de modo que seja *exatamente* igual [...] ao que aconteceu ao sistema nervoso da pessoa em vida. Certamente, é provável que este cérebro teria uma mente, e, *subjetivamente*, suas experiências seriam [...] as mesmas que aquelas da pessoa cujo sistema nervoso foi copiado. Contudo, por hipótese, o cérebro seria incapaz de *comportamento* [...].

O que o behaviorista pode dizer sobre esse caso? (ARMSTRONG, 1968, p. 71-72; grifos de autor; trad. nossa)

Tal caso não é razoável, por pelo menos duas razões. A primeira razão é que ele infringe a mereologia das predicções em questão. Como argumentamos em (1.2), elas aplicam-se com sentido apenas ao sistema vivo como um todo. É sem sentido dizer, por exemplo, que o cérebro de um pombo queira pousar em uma árvore, tenha uma sensação de coceira, esteja com raiva de outro pombo, etc. A segunda razão é que um cérebro ou sistema nervoso central não é submetido a todos os mesmos acontecimentos ambientais aos quais alguém pode ser submetido. Por exemplo, um cérebro não tem braços, pernas e outros membros do corpo, os quais estão sujeitos a acontecimentos ambientais diversos, tais como serem molhados, secos ou bronzeados, serem acariciados ou feridos, etc. Ora, esses acontecimentos são relevantes para a aplicação de predicções em questão. É ininteligível que possa haver, por exemplo, o gostar de lavar as mãos antes de fazer certas coisas, mas não ter mãos, o sentir cócega no corpo, mas não ter um corpo, etc. Ou seja, há coisas que, claramente, ocorrem com o corpo de

uma pessoa e que não ocorrem, pelo menos inteiramente, em seu sistema nervoso central, mas que são relevantes para a aplicação de predicacões em questão. Por essas razões, consideramos implausível o caso alegado por Armstrong.

Um segundo exemplo, apontado tanto por Armstrong (1999, p. 62) como por Lewis (1966, p. 22, 1994, p. 418), é o de uma pessoa totalmente parálitica durante muitos anos. Uma perspectiva comportamental, julga Lewis, não teria lugar para um “total e incurável parálitico com uma vida mental rica e sem nenhuma disposicão comportamental”¹⁵⁷.

Julgamos que, ao alegarem isso, Armstrong e Lewis deixam de levar em conta nossas práticas de aplicacão de predicacões psicológicas ordinárias. Por isso, questionamos seu exemplo. Os critérios de pelo menos boa parte dessas predicacões, como argumentamos em (1.3), são relacões entre contextos e comportamentos (operantes) e, por vezes, condiçoes eliciadoras do ambiente e comportamentos (respondentes, incondicionados ou condicionados). Mesmo no caso de um organismo parálitico, dizemos que deseja algo, tenha calor ou fome, esteja irritado ou magoado, contente ou descontente, etc. apenas em razão de como se comporta nas circunstâncias em que se encontre e de sua conduta passada. Na condiçao extrema apontada, em que, supostamente, um organismo estaria totalmente parálitico e sem emitir qualquer comportamento operante ou respondente diante de certos contextos ou estímulos, as predicacões psicológicas ordinárias que ele satisfaria são, provavelmente, apenas aquelas que, eventualmente, admitam como critérios aquilo que o organismo fez antes de ser acometido pela parálise; por exemplo, uma predicacão de que ele tenha determinado traço de personalidade (o qual, no entanto, em tal condiçao extrema, estaria por extinguir-se)¹⁵⁸.

Por fim, Armstrong alega que há sensaçoes e pensamentos sem exemplificacão de relacões entre circunstâncias e comportamentos. Por exemplo, Armstrong diz: “Quando penso, mas meus pensamentos não terminam em qualquer açao, [...] há algo, na verdade, ocorrendo em mim que constitui meu pensamento”¹⁵⁹.

Tal caso não constitui um contraexemplo ao que sugerimos, porque ele tem pelo menos duas pressuposiçoes equivocadas, a saber: a pressuposiçao de que perspectivas comportamentais, em geral, cinjam-se a movimentos motores externos; e a de que elas sustentem que todas as predicacões psicológicas ordinárias tenham um caráter inteiramente

¹⁵⁷ Lewis (1994, p. 418; trad. nossa).

¹⁵⁸ Cf. também Lazzeri e Oliveira-Castro (2010a, p. 55-57).

¹⁵⁹ Armstrong (1980, p. 194; trad. nossa). Cf. também Armstrong (1968, p. 68-70).

disposicional. A primeira pressuposição é equivocada, conforme indicamos em (3.2), porquanto há perspectivas comportamentais, inclusive a que esboçamos, que rejeitam a noção de comportamento como meros movimentos externos do corpo. Conforme sugerimos em (1.4), há comportamentos (tanto respondentes como operantes) que não são manifestos; por exemplo, o aumento do batimento cardíaco, a contração de vasos sanguíneos, falar em voz subvocal, etc. A segunda pressuposição é equivocada porque, na verdade, conforme indicamos em (1.4) e (1.5), consideramos que predicções de sensações e de atividades de raciocínio possuem, normalmente, uma feição semidisposicional (ou semiepisódica). Ou seja, reconhecemos que tais predicções não só implicam certas relações entre circunstâncias e comportamentos ao longo de algum tempo, mas também relações efetivas no momento em que se aplicam. Em outras palavras, a abordagem que esboçamos não rejeita, mas, antes, concorda que predicções de sensações e de atividades como a de raciocínio remetem (ainda que em parte) a ocorrências momentâneas; e, além disso, que essas ocorrências não são necessariamente exibidas em movimentos motores externos¹⁶⁰.

(iv) *A objeção do “ator perfeito”*. Lewis alega não ser possível abranger, em uma visão comportamental, “o caso de um ator perfeito, fingindo ter as experiências que, na verdade, não tem”¹⁶¹, e que a teoria causal da mente, por outro lado, “tem lugar para um enganador resoluto, disposto a, aconteça o que for, comportar-se como se seus estados mentais fossem outros que os que verdadeiramente possui”¹⁶². Podemos, então, representar essa objeção do seguinte modo:

- (1) Suponha-se que alguma perspectiva comportamental sobre as predicções psicológicas ordinárias seja correta. [Hipótese]
- (2) Se uma perspectiva comportamental sobre as predicções psicológicas ordinárias fosse correta, então, necessariamente, se um ator imitasse perfeitamente os comportamentos de alguém, então o ator possuiria os mesmos atributos psicológicos daquele que ele imita. [Premissa]
- (3) Logo, necessariamente, se um ator imitasse perfeitamente os comportamentos de alguém, então o ator possuiria os mesmos atributos psicológicos daquele que ele imita.

¹⁶⁰ Neste trabalho, não estendemos esta resposta a todas as subcategorias de (c), já que, nele, não temos ainda um *account* suficientemente amplo de outras delas.

¹⁶¹ Lewis (1966, p. 22; trad. nossa).

¹⁶² Lewis (1994, p. 417-418; trad. nossa).

[De (1) e (2), *modus ponens*]

- (4) Mas, possivelmente, se um ator imita perfeitamente os comportamentos de alguém, então o ator não possui os mesmos atributos psicológicos daquele que ele imita. [Premissa]
- (5) Logo, é verdadeiro e falso que, necessariamente, se um ator imita perfeitamente os comportamentos de alguém, então o ator possui os mesmos atributos psicológicos daquele que ele imita. [De (4) e (5), introdução do condicional]
- (6) Logo, não é o caso que alguma perspectiva comportamental sobre as predicções psicológicas ordinárias seja correta. [De (1) e (5), *reductio ad absurdum*]

Nossa resposta a esta objeção é que a premissa que representamos como (2) é equivocada, ou seja, a premissa de que perspectivas comportamentais sobre as predicções em questão impliquem que, se um ator imite perfeitamente os comportamentos de alguém, então o autor possui os mesmos atributos psicológicos de quem ele imita. Pois, pelo menos de nossa perspectiva, é falso que os comportamentos relevantes, em geral, sejam exibidos pelo ator nos contextos apropriados. O próprio fato de os comportamentos serem de um ator já indica isso: eles são comportamentos de imitar, e não os comportamentos genuínos. O ator, como a objeção supõe, meramente imita comportamentos de alguém. Ou seja, não se trata de comportamentos que tenham as funções próprias (para utilizarmos a terminologia de Millikan) dos comportamentos que são imitados, pois os comportamentos de imitar possuem a função própria de imitar (e, eventualmente, também uma função própria de obter certas recompensas por isso, como a de ganhar dinheiro). Por exemplo, enquanto a função de uma atividade de ensino é conduzir alunos à aprendizagem de determinadas coisas, uma atividade de ensino sendo imitada não tem a real função de ensinar alunos. Enquanto os comportamentos dos animais em busca de alimento podem significar coisas como o desejar alimentos, o esperar enfrentar bem um período de escassez de recursos, o ser ágil e assim por diante (a depender das características específicas deles e de suas circunstâncias), os movimentos de um ator similares àqueles envolvidos, por vezes, nesses comportamentos, têm outras funções (a saber, as funções, justamente, de imitar e de obter certas recompensas por isso) que as relevantes; pelo menos se, de fato, se supuser que o ator está meramente imitando.

Se se quiser pedir para imaginarmos uma pessoa que realize os comportamentos com

as funções próprias relevantes e isso estiver, inclusive, em um acordo global (isto é, holístico) com outros comportamentos, ao longo de sua vida, que consideramos significarem outros atributos psicológicos, então, sim, mantemos que ambas as pessoas exibem atributos psicológicos pelo menos aproximadamente do mesmo tipo. Ocorre que, em tal caso, a ideia de que uma dessas pessoas meramente imita a outra está excluída. Em outros termos, o caso imaginado por Lewis é incoerente.

Nossa resposta a tal objeção, em resumo, é o seguinte argumento, formado por um dilema. Os movimentos, e, em geral, mudanças produzidas pelo ator não exibiriam funções ou exibiriam funções. Se essas mudanças não exibissem funções, então é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de comportamento relevantes daquele que ele imita. Já se essas mudanças exibissem funções, então é falso que o ator meramente imitaria. Logo, é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de comportamento relevantes de quem ele imita, ou é falso que o ator meramente imitaria. Ora, se é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de comportamento relevantes do imitado, ou que o ator meramente imitaria, então a premissa (2) da objeção do “ator perfeito” é falsa. Logo, a premissa (2) da objeção do ator perfeito é falsa. Logo, a objeção não é cogente.

Em suma, analisamos quatro objeções de Armstrong e Lewis a abordagens comportamentais. A objeção da negação do mentalismo é implausível na medida em que comete petição de princípio. A objeção dos “contrafactuais suspensos no ar” tem como premissa básica a de que não estabelecemos os fatores de verdade dos contrafactuais que predicções em questão abreviam, quando, na verdade, o fazemos. A objeção de que há atributos psicológicos sem contrapartidas em relações comportamentais é baseada em exemplos que, como procuramos mostrar, são implausíveis. Por fim, a objeção do “ator perfeito” baseia-se na premissa de que, se uma perspectiva comportamental fosse correta, então, necessariamente, se um ator imitasse perfeitamente os comportamentos de alguém, então possuiria os mesmos atributos psicológicos do imitado; mas essa premissa é implausível, posto que não é o caso que o ator exibiria os mesmos padrões de comportamento relevantes do imitado, ou não é o caso que o ator meramente imitaria. Assim, julgamos que essas objeções não são cogentes com relação à perspectiva que sugerimos.

3.4. Objeções à abordagem de Armstrong e Lewis

Nesta seção, levantamos algumas objeções à abordagem de Armstrong e Lewis, a saber,

objeções de: (i) equívoco quanto à mereologia das predicções psicológicas comuns; (ii) reificação do caráter disposicional que pelo menos várias delas possuem em episódico; (iii) ser problemática a atribuição do porquê de comportamentos a entidades físicas de base; (iv) ser problemática a vinculação de todos os comportamentos admitidos por contrafactuais sumarizados por uma predicção em questão a uma mesma entidade interna como causa; (v) cometer redundância; e (vi) confundir funções com acidentes.

(i) *Mereologia*. Esta objeção já transparece em uma de nossas respostas da seção (3.3), mas a reiteramos, aqui, por estar subjacente à abordagem de Armstrong e Lewis de modo mais geral. Se essa abordagem estivesse correta, então a mereologia das predicções psicológicas comuns seria tal que elas seriam satisfeitas pelo cérebro ou parte análoga (do nível subpessoal) do sistema. Ora, se a mereologia dessas predicções assim fosse, então a aplicação delas a partes do sistema seria inteligível. Porém, tal aplicação não é inteligível, conforme argumentamos em (1.2). Pois não há algo como o cérebro ou outra parte subpessoal caçar uma presa, preparar um lanche ou guardar um alimento; saudar ou não (calorosamente ou relutantemente) alguém; empalidecer, enrubescer, gritar ou sorrir, etc. Comportamentos como esses, em conjunção com situações ambientais relevantes, formam critérios com base no que dizemos que alguém tenha determinado atributo psicológico, critérios satisfeitos apenas pelo sistema como um todo. Além disso, a aplicação de uma predicção psicológica comum ao cérebro ou parte similar não é inteligível porque dizemos que apenas alguém como um todo – um pombo, um leão, um ser humano, etc. – tenha ou não certos desejos e expectativas, esteja ou não com fome e sede, adore ou deteste certas coisas, seja muito ou pouco sagaz, e assim por diante. Portanto, a teoria causal da mente não está correta.

(ii) *Reificação do caráter disposicional em episódico*. Se a abordagem de Armstrong e Lewis estivesse correta, então as predicções em questão, em geral, teriam um caráter episódico, e não propriamente disposicional (conforme em (3.2) salientamos). No entanto, há indícios de que pelo menos aquelas das categorias (a) e (d), bem como de (b) com exceção da subcategoria relativa a sensações, não possuem, normalmente, um caráter episódico. Predicções episódicas dizem respeito a coisas que, dentre outras características, têm uma duração cujo começo e fim dão-se em momentos relativamente discretos, podem ser interrompidas e, depois, continuadas, e ocorrem em lugares específicos. Esse é o caso de predicções em que afirmamos, por exemplo, que um processo físico-químico percorre certa área do cérebro, que uma pessoa está, no momento, molhando uma planta, ou que uma

alavanca foi pressionada. Querer algo, ter fome, temer algo, estar alegre, ser vaidoso, etc. não são fenômenos que, normalmente, possuam essas características. Ou seja, não são fenômenos dos quais, em geral, possamos dizer, coerentemente (em relação às regras de uso dos predicados respectivos), que tenham um começo e um fim em momentos relativamente discretos (por exemplo, dizer “A expectativa começou às dez horas e terminou às onze horas) – mas apenas uma duração difusa –; que sejam interrompidos e, em seguida, continuados (por exemplo, dizer “Sua intenção foi interrompida às nove horas e ocorreu, novamente, às nove horas e quarenta, depois parou e continuou”); e que ocorram em lugares específicos (por exemplo, dizer “A mágoa ocorreu na cabeça”). Assim, a abordagem em pauta não está correta.

Um corolário dessa objeção é que a abordagem acaba nivelando de modo questionável as categorias psicológicas comuns, ao atribuir a todas elas um caráter episódico, quando, na verdade, apenas algumas delas possuem (a nosso ver, parcialmente) esse caráter. Ou seja, há diferenças que não são preservadas pela abordagem entre, por exemplo, de um lado, alguém estar com uma coceira no pé e ouvir um som (fenômenos análogos ao ato de molhar uma planta e ao ato de enunciar uma tese filosófica); e, de outro, alguém tencionar ser um bom profissional e estar com um humor melancólico (fenômenos análogos ao de ser alguém que molhe plantas e ao de ser um filósofo).

Uma objeção semelhante a esta é levantada por Malcolm (1984, p. 79ss) a Armstrong, o qual, a nosso ver, dá uma resposta implausível. Sua resposta consiste em negar que, enquanto bases categóricas têm um caráter episódico, atributos tais como crenças, propósitos e humores não o têm. Armstrong vincula o caráter disposicional de predicções em questão a bases categóricas (nomeadamente, a entidades cerebrais e similares). A permanência de, por exemplo, um propósito, dar-se-ia em razão de haver uma base categórica permanente como contrapartida. Do contrário, alega o autor, a permanência do propósito seria algo sem explicação¹⁶³. Assim, sua resposta baseia-se em sua objeção dos “contrafactuais suspensos no ar”. Porém, conforme argumentamos em (3.3), a objeção dos “contrafactuais suspensos no ar” é implausível. Em outras palavras, há, na verdade, como se preservar o caráter não episódico de certos atributos psicológicos e, ao mesmo tempo, não deixar os contrafactuais das predicções desses atributos sem um fundamento na realidade. Em todo caso, a redução de predicções psicológicas comuns a predicções sobre entidades cerebrais e similares é

¹⁶³ Cf. Armstrong (1984, p. 159-160, p. 214-215).

ininteligível, pois é uma hipótese incoerente com a lógica daquelas¹⁶⁴.

(iii) *O porquê do comportamento.* Se a abordagem de Armstrong e Lewis fosse correta, então atribuiríamos o porquê de comportamentos que explicamos ou predizemos através de predicções psicológicas ordinárias a entidades cerebrais ou semelhantes, mesmo quando conhecêssemos a história ou os estímulos eliciadores (conforme o caso) desses comportamentos. Porém, quando conhecemos a história ou os estímulos eliciadores deles, não tendemos a atribuir seu porquê a entidades cerebrais ou internas em geral. Dito de outra forma, quando temos conhecimento dos fatores ambientais que exercem controle sobre os comportamentos, normalmente não utilizamos o vocabulário em questão como se funcionasse de modo mentalista. Por exemplo, se temos familiaridade com uma pessoa que responda prontamente e com desenvoltura a questões de determinada disciplina, não tomamos sua inteligência como algo interno que explique por que emite esses comportamentos; antes, tendemos a atribuir seus comportamentos que exibem inteligência a uma história de estudos, eventualmente a certas condições que propiciaram a aquisição de certos repertórios comportamentais envolvidos, etc. Se temos familiaridade com uma criança que diga estar magoada com outra e sabemos que esta pegou o brinquedo daquela sem pedir, não tendemos a dizer que a mágoa seja algo interno causando seus franzimentos no rosto ao ver a outra, sua agressão com relação a ela, seu choro e comportamentos semelhantes; antes, é natural apontarmos o porquê de ocorrerem às relações entre comportamentos semelhantes a esses emitidos, em circunstâncias passadas, pela criança, e conseqüências que produziram. De modo similar, se tivermos o conhecimento relevante, não dizemos que o medo que um suricata sinta ao ver uma águia seja algo na cabeça dele que cause eficientemente seu comportamento de correr para uma toca e que seja o porquê de acontecer; antes, sabendo que águias são predadoras dessa espécie e que tal comportamento teve um valor de sobrevivência, reconhecemos o porquê dele na história ambiental respectiva. Se essa linha de raciocínio estiver correta, segue-se, mais uma vez, que a abordagem de Armstrong e Lewis não é plausível¹⁶⁵.

(iv) *Objecção a partir do caráter heterogêneo.* Pelo menos boa parte de predicções em questão têm um caráter heterogêneo, no sentido de sumarizarem contrafactuais relacionando várias formas de situações e comportamentos, conforme salientamos em (1.3). Ou seja, não

¹⁶⁴ Cf. Malcolm (1984, p. 201-202).

¹⁶⁵ Uma linha de raciocínio aparentada é desenvolvida por Skinner. Cf., por exemplo, Skinner (1976, p. 57-59, 1988, p. 18-19).

são predicções que indiquem ser provável que, em um único tipo de situação, apenas certo comportamento ocorreria. Por exemplo, quando dizemos que uma criança está irritada com outra, estamos afirmando que, em situações como o de esta aproximar-se daquela, de provocar-lhe, de presença da mãe daquela, ou, enfim, em uma série de outras possíveis, certas ações ou reações provavelmente teriam lugar, como agressão, distanciamento, choro, etc. Quanto a isso, conforme vimos, a teoria causal da mente concorda. Porém, ela sugere que, por detrás dessa diversidade de comportamentos que podem estar, de alguma maneira, relacionados ao fenômeno da criança estar magoada, há uma entidade cerebral na criança que é causa eficiente de todos esses comportamentos. Ou seja, a abordagem toma como fator de verdade de uma série heterogênea de contrafactuais uma entidade específica e concreta (ainda que o tipo dela seja relativo a um grupo de sistemas ou a um sistema). É natural, então, levantarmos uma dúvida sobre a razoabilidade da abordagem quanto a isso. O que esta faz é semelhante a dizer que todos os comportamentos de filósofo emitidos por alguém que é filósofo são causados por uma mesma entidade cerebral. Evidentemente, não inferimos, a partir da premissa do aspecto heterogêneo de predicções em questão, que a abordagem não esteja correta, posto que tal aspecto, por si só, não é logicamente incompatível com a tese reducionista (ou seja, de identidade de tipos) sugerida pela abordagem. O que consideramos razoável inferir, a partir da constatação do que afirmamos na referida premissa, é que a tese reducionista é pouco provável.

(v) *Redundância*. Utilizamos predicções psicológicas ordinárias, pelo menos das categorias (a), (b) e (d), com base nas ações e reações dos sistemas e em suas circunstâncias ao longo do tempo, conforme argumentamos na seção (1.3). Para Armstrong e Lewis (e, comumente, para outros autores mentalistas), essas relações são apenas sinais a partir dos quais inferimos supostas contrapartidas ocultas subjacentes ao nível subpessoal dos sistemas, e não elementos que formem os atributos psicológicos. Porém, não será tal suposição redundante ou supérflua? Alguém, ao tentar fazer um vínculo redutivo entre a aplicação de uma predição psicológica ordinária e uma entidade do cérebro ou similar, basear-se-ia, inevitavelmente, naquilo que o sistema como um todo faz ou em suas reações, diante de certas situações. Por exemplo, ao tentar fazer um vínculo redutivo entre uma predição atribuindo o querer fechar a janela (por estar com frio) e determinada entidade do cérebro, teria de fazer, de alguma maneira, remissão a certos contextos, como o de janela aberta, de temperatura relativamente baixa, ou afins; a comportamentos como o de tremor, pedido para que a janela

seja fechada, ou afins; bem como a comportamentos emitidos pela pessoa em outras circunstâncias, como aqueles de prevenir-se contra resfriados quando está frio e, de modo mais geral, de evitar o frio. Como essas relações molares são o que decide sobre o que a pessoa quer, sendo aspectos prevaletentes na tentativa de redução, esta revela-se supérflua (além de cometer erros de categoria, acima apontados). A abordagem é formulada pressupondo que tal tentativa não seja supérflua, tendo por motivações, conforme indicamos em (3.1), objeções como as da parálise e do “autor perfeito” – que, supostamente, mostrariam que as referidas relações não são fatores suficientes –; mas, em (3.3), respondemos a elas.

(vi) *Funções e acidentes*. É questionável que a abordagem de Armstrong e Lewis seja capaz de distinguir entre funções de um atributo psicológico e meros acidentes. Como vimos em (3.1), a abordagem sustenta uma identidade de tipos restrita entre atributos psicológicos e entidades cerebrais ou semelhantes que desempenhem determinados papéis causais. Esses papéis causais são entendidos na abordagem como papéis de causar certos comportamentos, a partir de certos estímulos perceptivos e de certas relações com outros “estados mentais”. Os comportamentos, por sua vez, são entendidos nela em termos apenas de propriedades físicas e externas do corpo. Julgamos que a conjunção da referida perspectiva sobre atributos psicológicos com essa pressuposição sobre os comportamentos dá margem à inclusão de meros acidentes como sendo funções dos atributos psicológicos concebidos dessa maneira. Dito em outros termos, por mais que a abordagem pretenda, com a ideia de conexões lógicas, que os comportamentos relevantes sejam especificados pelo senso comum, ela não é capaz de fazê-lo (ou seja, não abrange a exclusão que este faz de meros acidentes dos comportamentos), o que implica em não distinguir, suficientemente, entre funções e acidentes de atributos psicológicos como concebidos nela. Assim sendo, a abordagem é implausível.

Considere-se, por exemplo, uma propriedade como a de esmagar a grama, que um movimento motor pode ter. A corrida de um animal em forrageamento (bem como a caminhada de uma pessoa, dentre outros comportamentos) pode ser constituída por movimentos motores que exemplifiquem tal propriedade; e pode ser assim constituída de maneira meramente accidental (tal como a emissão de um ruído pelo coração e a fabricação de remédio através de uma peçonha são meros acidentes, e não funções do coração e de uma peçonha, respectivamente). Segundo a abordagem de Armstrong e Lewis, o animal em forrageamento quer obter alimento e tal querer é uma entidade interna que causa eficientemente os movimentos de seu correr, incluindo seu esmagar a grama pela qual passa.

Ocorre que, neste caso, o esmagar a grama é meramente acidental, e não uma função do querer obter alimento. Porém, dado que essa é uma propriedade física daqueles movimentos, a teoria implica que se trata de uma função desse atributo. O problema generaliza-se para outros casos de comportamentos formados por movimentos externos, na medida em que suas propriedades físicas (ou topografias) não são condições suficientes de sua individuação¹⁶⁶.

Em suma, consideramos que a abordagem em pauta está sujeita a várias objeções gerais. Nesta seção, apontamos seis objeções a ela: a de que infringe a mereologia das predicções psicológicas comuns; reifica, em um caráter inteiramente episódico, o caráter disposicional que pelo menos boa parte delas possui; é problemática a atribuição que ela faz do porquê dos comportamentos que explicamos ou predizemos através das predicções em questão a entidades cerebrais e similares; é pouco provável que todos os comportamentos admitidos por contrafactuais sumarizados por uma predicção em questão tenham uma causa interna compartilhada; a abordagem revela-se redundante; e não distingue suficientemente entre funções de atributos psicológicos e meros acidentes.

¹⁶⁶ Este argumento é baseado, em parte, em linha de raciocínio de Millikan (1993c) e Wright (1973).

CAPÍTULO IV

UM EXAME DA ABORDAGEM DE DENNETT

Neste capítulo, fazemos um exame de alguns aspectos da abordagem de Dennett sobre as predicções relativas à categoria (a)¹⁶⁷. Os objetivos deste capítulo são traçar alguns paralelos entre a abordagem de Dennett e aquela que esboçamos, responder a objeções principais de Dennett a perspectivas comportamentais sobre o funcionamento dessas predicções e levantar-lhe algumas objeções.

Por conseguinte, nosso empreendimento, aqui, é análogo ao do Capítulo III; porém, fazemos isso com uma qualificação. Os resultados do presente capítulo dependem, naturalmente, de a interpretação que fazemos da abordagem de Dennett estar suficientemente correta, mas sua abordagem está longe de ser tão clara quanto a de Armstrong e Lewis, a ponto de não podermos assegurar que a interpretação esteja correta.

Segundo a abordagem de Dennett, como a interpretamos, as predicções relativas à categoria (a) – as quais podemos chamar de predicções psicológicas intencionais –, em seu uso ordinário, referem-se, de maneira vaga, a eventos difusos do interior do sistema, dotados de funções oriundas de processos seletivos. De acordo com Dennett, essas predicções têm o caráter de enunciados para o efeito de cálculo, semelhantes àqueles formados por conceitos como os de centro de gravidade e de temperatura, assim não designando entidades concretas correspondentes, diferentemente, por exemplo, pode-se supor, daqueles formados por conceitos como os de enzima e de vírus.

Procedemos do seguinte modo. Inicialmente, procuramos expor essa perspectiva, restringindo-nos a um subconjunto de teses e argumentos dela mais centrais para nossos objetivos. Em seguida, indicamos algumas similaridades e diferenças entre a abordagem e aquela que sugerimos, avaliamos objeções de Dennett e levantamos-lhe algumas.

4.1. A abordagem de Dennett

De acordo com Dennett, as predicções psicológicas intencionais têm um caráter idealizador, no sentido de desempenharem suas funções pressupondo-se que o sistema aja de acordo com uma rede de estados mentais que lhe sejam racionais, dadas, dentre outras coisas, suas

¹⁶⁷ A abordagem de Dennett faz parte de uma mais geral, chamada de teoria dos sistemas intencionais, que inclui teses e argumentos também sobre outras questões.

circunstâncias e sua história interativa. Além disso, a abordagem sugere que se trata de predicacões com um caráter “instrumentalista” (expressão do autor), no sentido de não designarem entidades concretas ou salientes, antes funcionando pela mensuração de forças causais difusas atuando na economia biológica ou (no caso de artefatos) na engenharia do sistema. Dito em outros termos, ela sugere que suposições, propósitos, expectativas, etc. não existem no mesmo sentido em que, presumivelmente, átomos, enzimas, bactérias e neurônios existem, mas apenas no mesmo sentido em que há centros de gravidade, velocidades e graus de temperatura. Dennett desenvolve esta visão com base, em parte, em uma comparação dessas predicacões com o que chama de postura física (*physical stance*) e postura de projeto (*design stance*), comparação que, a seguir, expomos¹⁶⁸.

A postura física é a estratégia de fazer explicações e predições a partir de menção a aspectos relativos a constituições físicas ou a leis envolvidas nos objetos alvo, isto é, mencionando-se mecanismos físicos envolvidos na causação dos eventos de interesse. Por exemplo, adotamos a postura física ao dizermos que uma pessoa ergueu o braço pelo fato de certos mecanismos neurofisiológicos dela terem sido disparados; ou que uma bola acelera-se em direção ao solo por causa da força da gravidade. Em explicações e predições desse tipo, não se requer pressupor racionalidade dos objetos envolvidos e predicar-lhes crenças, desejos, expectativas e atributos semelhantes.

A postura de projeto, por sua vez, faz explicações e predições com base na suposição de que os objetos alvo possuem um projeto (*design*) subjacente e de que se regulam conforme este; ou seja, com base na suposição de que as partes do objeto possuem funções e de que os eventos de interesse se dão em conformidade com essas funções. Por exemplo, adotamos a postura de projeto ao dizermos que um relógio vai despertar em determinado horário, dado que seus ponteiros o estão indicando; ou que um computador, em uma partida eletrônica de xadrez, fará determinada jogada, por ter tais e tais linhas de programação e certos comandos haverem sido executados pelo adversário humano. Essa estratégia ignora aspectos relativos à constituição física do objeto e às leis naturais que regulam o que ele faz, assim contrastando com a postura física. No entanto, de modo similar a esta, a postura de projeto não requer, pelo menos em princípio, a suposição de que o objeto seja um agente racional e, tampouco, atribuir-lhe crenças, desejos, etc.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Cf., por exemplo, Dennett (1978b, p. 3ss, 1987b, p. 15ss, 1996, p. 27ss).

¹⁶⁹ Os dois últimos parágrafos contêm alguns trechos, com modificações, de Lazzeri (*no prelo 2*).

À estratégia de explicar e prever eventos em termos de predicções psicológicas intencionais, Dennett chama de postura intencional (*intentional stance*). Segundo Dennett, esta estratégia funciona através da atribuição de crenças, desejos, expectativas, etc., cuja posse pareça ser racional, dadas coisas como as capacidades perceptivas, as circunstâncias e a história do sistema. A postura intencional, tal como a postura de projeto, dá-se sem ter por base considerações sobre aspectos da estrutura física e leis que governam os comportamentos do sistema. No entanto, diferentemente do que se faz, normalmente, a partir da postura de projeto, dá-se inclusive sem apoio em considerações a respeito de funções específicas de partes do sistema. De acordo com Dennett, a postura intencional apoia-se em uma suposição apenas geral sobre as constituições física e funcional do sistema, a saber, a suposição de que, seja qual for a constituição física, não possui anomalias físicas; e, seja qual for a constituição funcional, o sistema comportar-se-á segundo ela, isto é, segundo esteja projetado (pela seleção natural, por um engenheiro ou por aprendizagem) para fazê-lo, em determinados contextos.

Uma peculiaridade da postura intencional, segundo essa perspectiva, é pressupor que o sistema seja racional. Entretanto, Dennett não define o predicado '*...é racional*', o que torna este aspecto de sua caracterização das predicções em questão algo impreciso. Dennett (1987d, p. 94ss) diz empregar esse predicado em sentido pré-teórico e parece relacioná-lo à ideia de que, a partir da postura intencional, se espera que o sistema exemplifique crenças verdadeiras e relevantes para ele, dados os contextos de seus comportamentos, sua história interativa, suas capacidades perceptivas e aspectos correlatos de sua condição no mundo; e que exemplifique desejos de realizar suas necessidades básicas e desejos de obter as coisas que acredita serem boas para si, além de desejos de realizar os meios que tendem a satisfazer a essas necessidades e anseios.

Em razão da alegada pressuposição de racionalidade, Dennett caracteriza a postura intencional como tendo um caráter idealizador. Ela funciona pela suposição de que os sistemas ajam de acordo com estados mentais que pareçam racionais, relativamente ao pano de fundo de suas “biografias” (termo utilizado pelo autor), do que aprenderam em interações passadas, etc., apesar de que os sistemas não são sempre tão racionais. Por exemplo, algumas vezes, mesmo ao descobrirem inconsistências em suas crenças e desejos, não fazem algo para corrigir essas inconsistências, além de não serem tão cognitivamente poderosos a ponto de perceberem todos os aspectos relevantes das circunstâncias que vivenciam. Isso não significa que a postura intencional não abranja esses casos, mas que estes não são os casos típicos,

requerendo histórias especiais que as expliquem¹⁷⁰.

Dennett compara as três referidas estratégias de explicação e predição também quanto às circunstâncias de seus usos, destacando que a postura intencional oferece ganho real de inteligibilidade e de predição geralmente em casos de sistemas com constituições funcionais e relativamente complexos. A postura física aplica-se, em princípio, a quaisquer objetos físicos, mesmo tão complexos quanto os computadores e os seres vivos; mas ela é útil, comumente, apenas para eventos que não envolvem funções. Para os casos de objetos com funções, costuma ser desnecessária a especificação de mecanismos físicos envolvidos neles, pois uma tal consideração demanda relativamente muito tempo e sem haver ganho de inteligibilidade sobre o que o objeto faz, salvo quando há anomalias físicas nele. Em muitos desses casos, é consideravelmente mais útil adotarmos a postura de projeto; por exemplo, dizermos que um despertador tocará por causa de certos ajustes feitos em seus botões, ao invés de apelarmos para os processos físicos que o constituem. Entretanto, segundo Dennett, em alguns desses casos, é ainda mais útil adotarmos a postura intencional; por exemplo, dizermos que um computador enxadrista executará determinada jogada por ter certas intenções e suposições sobre os melhores movimentos e estratégias do oponente, ao invés de mencionarmos aspectos relativos às linhas de sua programação. A estratégia que vem a calhar, em casos de sistemas projetados, costuma depender da complexidade do sistema. Quanto mais complexo for ele, mais torna-se premente fazer-lhe predicções psicológicas intencionais, a postura de projeto demandando tempo demais para efetuar predições e sem ganho de inteligibilidade sobre aquilo que o objeto faz¹⁷¹.

O que, de acordo a abordagem de Dennett, as predicções psicológicas intencionais designam? Algo que podemos levar em conta, inicialmente, a fim de visualizarmos sua posição a respeito desta questão, é o fato de que o autor apoia a tese da múltipla exemplificabilidade e rejeita a teoria da identidade entre tipos de atributos relativos à categoria (a) e tipos de atributos neurofisiológicos ou afins. Para Dennett, há predicções psicológicas intencionais que se aplicam, igualmente, a sistemas de múltiplas constituições físicas. Por exemplo, desde uma pessoa até um termostato podem ter a crença de que a temperatura esteja acima do desejado; desde os animais de diferentes espécies até bactérias podem querer afastar-se de objetos perigosos; não só uma pessoa pode querer vencer o

¹⁷⁰ Cf. Dennett (1987b, p. 17-21, 1987c, p. 49-50, 1996, p. 31-33).

¹⁷¹ Este parágrafo contém alguns trechos, com modificações, de Lazzeri (*no prelo 2*).

oponente em uma partida de xadrez, mas também um computador; desde peixes até plantas podem desejar manter-se úmidos; etc. Conquanto essas predicções promovam inteligibilidade dos comportamentos do sistema, capturando uma ordem neles que escapa a descrições a partir das outras posturas, e conquanto promovam predição desses comportamentos, são predicções que, efetivamente, se aplicam ao sistema, se prestarmos atenção para o emprego ordinário dessas predicções e explorarmos seus limites. Inclusive, tal fator interpretativo e preditivo é, segundo Dennett, prévio a qualquer tentativa de redução das predicções em questão a outras, expressas seja em termos físicos ou em termos funcionais¹⁷².

Assim, Dennett rejeita também um funcionalismo de tipos, como, por exemplo, o funcionalismo de máquina de Turing. Conforme tal perspectiva, as predicções em questão (e mesmo de outras categorias psicológicas comuns, dependendo da versão) são correferenciais a predicções de uma linguagem neutra quanto às constituições físicas dos sistemas, especificando relações entre entradas (*inputs*), estados internos e saídas (*outputs*), o que corresponde a uma tentativa de identificação de tipos de atributos psicológicos intencionais a tipos funcionais entendidos nesses termos. Segundo Dennett, essa identificação é muito improvável, considerando-se haver grande diversidade de “natureza e criação” (expressão do autor) – pelo que podemos entender diversidade de filogêneses e ontogêneses – nos sistemas aos quais as predicções em questão são feitas com sucesso interpretativo e preditivo; e o fator interpretativo e preditivo é anterior a qualquer tentativa de identificação delas com descrições funcionais¹⁷³.

Entretanto, a abordagem de Dennett não se contrapõe ao funcionalismo em geral. Ela procura contrapor-se a um funcionalismo de tipos, como o de máquina de Turing, mas propõe o que chama de um funcionalismo de exemplares (*token functionalism*). Além disso, opta pelo entendimento da noção de função sugerido por Millikan (1984, 1993a)¹⁷⁴ e a tradição etiológica (da qual, na seção (1.5), fazemos uma exposição), nessa medida propondo uma versão do teleofuncionalismo.

Minha teoria do conteúdo [de atitude proposicional] é funcionalista [...]: todas as atribuições de conteúdo são fundadas na apreciação dos *papéis funcionais* dos itens em questão, [papéis funcionais] na economia biológica do organismo (ou na engenharia do robô). Esta é uma noção especificamente 'teleológica' de função (não a noção de uma função matemática ou de um mero 'papel causal', como sugerida por

¹⁷² Cf., por exemplo, Dennett (1978a, p. xv, 1978c, p. 23ss).

¹⁷³ Cf. Dennett (1978a, p. xv-xvi, 1978c, 23ss, 1987c, p. 66).

¹⁷⁴ Dennett alude explicitamente a Millikan em Dennett (1987c, p. 65, p. 74-75, p. 81, 1995, p. 403, p. 406-407).

Devid Lewis e outros). (DENNETT, 1994, p. 239; grifos do autor; trad. nossa)

As predicções psicológicas intencionais apoiam-se, ainda que indiretamente, em funções da economia biológica ou da engenharia dos sistemas. Porém, isso não implica que, quando uma mesma predicção psicológica intencional é verdadeira, ela designe algo que tenha uma mesma função. Dennett considera que é mais razoável um funcionalismo de exemplares (o qual ele assume implicar um materialismo de exemplares), em que “todo evento mental [intencional] é, de fato, *um ou outro* evento físico, e, além disso, *um ou outro* evento funcional”¹⁷⁵. Ou seja, as predicções em questão são concebidas, na abordagem, designarem, em princípio, exemplares de tipos diversos de entidades físicas (e não um único tipo de entidade física) que, em geral, têm funções próprias (no sentido de Millikan), embora não necessariamente uma mesma função própria. Por exemplo, se for verdade que um termostato e uma pessoa estejam querendo que a temperatura do ambiente em que se encontram diminua, então há um ou outro fenômeno físico nesses sistemas – provavelmente, fenômenos físicos muito diferentes – que exibem uma ou outra função própria – que, no entanto, capturaríamos com uma descrição compartilhada, relativa ao diminuir a temperatura.

Assim, segundo Dennett, as predicções em questão têm o poder de propiciar inteligibilidade a comportamentos e predições destes em razão de, indiretamente, referirem-se a fenômenos funcionais. Em geral, há premência em utilizarmos a postura intencional apenas em casos de objetos que tenham projetos, não havendo ganho explicativo ou preditivo ao ser utilizada com relação a coisas como, por exemplo, eventos atmosféricos e astrofísicos. De acordo com essa perspectiva, não é por acaso que a postura intencional funciona: o supor, o querer, o ter expectativa, etc. estão relacionados a funções subjacentes aos sistemas, as quais, por sua vez, estão relacionadas à adaptação deles ao ambiente em que essas foram, em processos seletivos, adquiridas. Com efeito, as predicções com base na postura intencional fundamentam-se nas circunstâncias em que o sistema se encontra, sua história interativa, além de pressupor que ele se comporte consoante tendências que herda, etc.

Enfatizando o propiciar inteligibilidade a comportamentos e a predição deles como condição de aplicabilidade das predicções em questão, inclusive prevalecente sobre os pormenores das constituições físicas e funcionais do sistema, estará Dennett sustentando uma tese oposta ao mentalismo? Este é um ponto de inflexão na interpretação de sua abordagem.

¹⁷⁵ Dennett (1978a, p. xvii; grifos nossos; trad. nossa).

Davidson (2001b, p. 81-82), por exemplo, parece supor que sim; mas há autores, como Engel (1995), que entendem a abordagem como sustentando o que chamamos, aqui, de mentalismo. A nosso ver, apesar da ênfase de Dennett em comportamentos, o que propõe acerca do funcionamento dessas predicções é uma forma de mentalismo, nomeadamente, uma que o autor caracteriza em termos de um “realismo brando” sobre elas (como se sustentar a tese de que o acreditar, o almejar, etc. são coisas reais fosse uma questão de sustentar alguma forma de mentalismo, quando, na verdade, o que está em questão é a natureza desses fenômenos).

Segundo essa visão, tais predicções explicam e predizem comportamentos pela referência vaga a fenômenos neurofisiológicos ou afins, referência que pode ser entendida como uma mensuração desses eventos, mas não como uma designação de entidades concretas correspondentes. Dito de outro modo, conforme a abordagem, crenças, desejos, expectativas, etc. existem, mas *cum granus salis*; a saber, não como entidades salientes no interior do corpo, mas, antes, no sentido de que existem entidades salientes no interior do corpo – físicas e com funções – as quais as predicções desses atributos supõem capturar. Nos termos do autor, “[A]s pessoas têm, realmente, crenças e desejos [...], do mesmo modo que elas têm centros de gravidade e a Terra tem um Equador”¹⁷⁶.

Meu *ismo* é seja qual for o *ismo* que realistas sérios adotam com respeito a centros de gravidade e coisas afins, pois penso que crenças (e alguns outros itens tirados da psicologia do povo ['folk psychology']) são *como isso* – em serem *abstracta* ao invés de parte do “mobiliário físico do mundo”, e em serem atribuídas em enunciados que são *verdadeiros* apenas isentando-os de um certo padrão familiar de literalidade. (DENNETT, 1987c, p. 72; grifos do autor; trad. nossa)

Segundo Dennett, ao predicarmos crenças, desejos e atributos semelhantes, falamos de atributos internos que causam comportamentos, atributos que, entretanto, o autor sugere, não devem ser entendidos literalmente. Conforme esta visão, a postura intencional possui uma característica instrumentalista, no seguinte sentido: as entidades às quais as predicções psicológicas intencionais se referem têm – nos termos da distinção de Reichenbach (1938), da qual Dennett se vale – o caráter de entidades *abstracta*, e não de entidades *illata*. Ou seja, essas predicções funcionam de modo similar a atribuições de coisas como centros de gravidade, torque, velocidade e temperatura – que desempenham um papel de interpretação e de cálculo de certos acontecimentos causais salientes –, e não de modo similar a atribuições

¹⁷⁶ Dennett (1987c, p. 53; trad. nossa).

de coisas como átomos, células, vírus e enzimas – que são, presumivelmente, entidades salientes. Assim, não se trata de um ficcionalismo sobre as predicções em questão, segundo o qual elas seriam meras falsidades úteis; e, tampouco, de um instrumentalismo em que elas seriam meros instrumentos de cálculo sem serem verdadeiras ou falsas. As predicções em questão são tão verdadeiras ou falsas quanto dizer, por exemplo, que a atração gravitacional entre nosso planeta e a lua é uma força de tal e tal magnitude (e não de outra) que age *entre os seus respectivos centros de gravidade*; ou que certa calculadora faz *operações com números* (multiplicação, divisões, etc.) em determinado tempo (e não em outro). Isso significa que são enunciados que mensuram, com maior ou menor sucesso, fenômenos neurofisiológicos ou afins do nível subpessoal¹⁷⁷.

O mentalismo (na acepção do presente trabalho) desta perspectiva transparece, além disso, quando Dennett fala da exemplificação ou “implementação” (termo por Dennett utilizado) das predicções psicológicas intencionais. Segundo a abordagem, a exemplificação dá-se por estruturas físicas do nível subpessoal (e não pelas próprias relações comportamentais). Ao falar desses atributos no caso de animais, por exemplo, Dennett fala que “[N]ão quereríamos 'reduzir' todas as caracterizações intencionais mesmo se soubéssemos, em exemplos particulares, qual fora a implementação fisiológica”¹⁷⁸. Ademais, Dennett considera que cabe a uma psicologia de pesquisa do nível subpessoal (que ele chama de psicologia cognitiva subpessoal) responder a questões sobre tal implementação (ainda que sem poder, para tanto, deixar de levar em conta aspectos do ambiente maior)¹⁷⁹.

Em resumo, a abordagem em pauta sustenta que as predicções psicológicas intencionais fornecerem inteligibilidade a comportamentos e predição deles pela captura aproximativa ou mensuração de fenômenos físicos que exibem funções próprias, difusos no interior do sistema. Trata-se de uma abordagem que equipara essas predicções a enunciados formados por conceitos relativos a entidades *abstracta*, cuja existência depende de fenômenos concretos, mas, ao mesmo tempo, não se identificando com estes e não sendo alguma entidade a mais. Ou seja, de acordo com a abordagem, essas entidades existem em dependência também, de outra parte, do intérprete desses fenômenos.

¹⁷⁷ Cf. Dennett (1968, p. 78-80, 1987c, p. 52ss, p. 70-73, 1991a, p. 27-29, p. 44-46). Cf. ainda Teixeira (2003, p. 143ss). Visões semelhantes a esta são sugeridas por Churchland (1981, 1988) e Davidson (2001a, 2001b). Em Dennett (1991a), encontramos uma comparação entre elas.

¹⁷⁸ Dennett (1987c, p. 59; grifo do autor; trad. nossa).

¹⁷⁹ Cf. Dennett (1987c, p. 59ss). Ele chega a dizer que “*É claro*, nossas mentes são nossos cérebros” (DENNETT, 1995, p. 370; grifo do autor; trad. nossa).

4.2. Paralelos

Nesta seção, traçamos alguns paralelos entre a abordagem de Dennett e aquela que delineamos. São similaridades e contrastes no que tange, em particular, ao seguinte: (i) mereologia das predicções psicológicas intencionais; (ii) extensão de aplicabilidade destas; (iii) behaviorismo; (iv) materialismo; e (v) a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo.

(i) *Mereologia*. A abordagem de Dennett admite que partes (inclusive subpartes) de um sistema possam satisfazer predicções psicológicas intencionais. Por exemplo, o cérebro ou outros órgãos do corpo, um lobo cerebral, uma rede de neurônios ou outras células do corpo, etc. podem, em princípio, ser sujeitos legítimos dessas predicções (ou, nos termos de Dennett, ser sistemas intencionais), bastando que, estas, ao serem aplicadas a tais entidades, propiciem percepção e predição daquilo que elas fazem¹⁸⁰. Nessa medida, há um contraste da mereologia da abordagem com a daquela que propomos, pois consideramos implausível que essas predicções se apliquem a partes de um sistema. Dennett, em certos lugares¹⁸¹, afirma que a mereologia apropriada seja a do sistema como um todo, mas isso apenas mostra que o autor não é coerente a esse respeito¹⁸².

(ii) *Extensão de aplicabilidade de predicções da categoria (a)*. Consoante a abordagem de Dennett, não só seres vivos em geral podem ser sujeitos efetivos de predicções psicológicas intencionais, mas também, em princípio, artefatos humanos e quaisquer outros objetos com constituições funcionais, desde que essas predicções promovam alguma inteligibilidade e predição com relação ao que tais objetos fazem. O conjunto desses objetos abrange, por exemplo, termostatos e computadores domésticos (além de partes deles), etc., os quais Dennett, efetivamente, considera como sendo o que chama de sistemas intencionais.

Nossa perspectiva difere, parcialmente, da sustentada por Dennett sobre a extensão de aplicabilidade das predicções em questão. Julgamos que alguns dos objetos que têm constituição funcional, incluindo alguns daqueles que Dennett considera como sistemas intencionais, não são o tipo de coisa ao que possamos com sentido predicar crenças, desejos, expectativas e atributos semelhantes. Concordamos com Dennett que há predicções relativas à categoria (a) que se aplicam a seres vivos em geral e, eventualmente, a alguns robôs

¹⁸⁰ Cf., por exemplo, Dennett (1987c, p. 73-74, 1996, p. 19ss, 2007, p. 87-89).

¹⁸¹ Cf. Dennett (1969, p. 82, 1987c, p. 58).

¹⁸² Cf. também Foxall (2006, p. 26ss).

sofisticados, mas, a nosso ver, é problemático que se apliquem (salvo metaforicamente) a artefatos como termostatos e computadores domésticos – além de, conforme já dissemos, a partes constitutivas deles e de seres vivos. Isso porque há sinal de que apenas seres vivos exibem – e, talvez, no futuro, certos robôs venham a exibir – padrões de comportamento em sentido próprio; por tais padrões, entendemos aqueles formados por comportamentos que entram em relações com aspectos do ambiente maior e que possuem funções, advindas de processos seletivos e relacionadas à sobrevivência e reprodução do sistema¹⁸³.

(iii) *Behaviorismo*. A abordagem de Dennett, tal como abordagens comportamentais (inclusive aquela que delineamos), enfatiza a anterioridade de comportamentos como condições de verdade dessas predicções, relativamente a aspectos da constituição física do sistema e de funções de partes constitutivas dele. Em razão disso, Dennett chega a considerar que apoia uma perspectiva comportamental¹⁸⁴. Entretanto, na verdade, ela não é, propriamente, comportamental (pelo menos no sentido deste trabalho), na medida em que sustenta uma forma de mentalismo, e abordagens comportamentais (no sentido deste trabalho) implicam na rejeição do mentalismo. Para Dennett, o que as referidas predicções designam são, fundamentalmente, acontecimentos difusos do interior do sistema. De modo correlato, crenças, almejos, expectativas, etc. são concebidos por ele como fenômenos, ainda que *cum granus salis*, do interior do sistema. Diferentemente, sugerimos que essas predicções capturam as relações mesmas entre comportamentos do sistema e situações do ambiente; ou, dito de outro modo, que tais relações mesmas formam aqueles fenômenos.

(iv) *Materialismo*. Ambas as abordagens são materialistas, ao mesmo tempo rejeitando um reducionismo. Como vimos, Dennett rejeita a teoria da identidade entre tipos de fenômenos físicos e tipos de fenômenos relativos à categoria (a). Além disso, apoia a tese de que, tanto quanto centros de gravidade, velocidades e temperaturas, são fenômenos naturais, ainda que existindo em dependência, em parte, do interpretador. Na abordagem que esboçamos, há uma clara contraposição à teoria da identidade entre tipos de fenômenos físicos e tipos de fenômenos relativos à categoria (a) também; e, simultaneamente, como salientamos em (3.2), apoiando uma forma de materialismo. A diferença, a esse respeito, reside apenas em a abordagem de Dennett coadunar ao seu materialismo um mentalismo.

¹⁸³ Uma caracterização similar é apresentada por Millikan (1993e). Salientamos ainda que, a nosso ver, objetos que Dennett considera satisfazerem predicções em questão exibem *intencionalidade* (no sentido filosófico do termo), mas sem que, *ipso facto*, satisfaçam predicções *psicológicas* intencionais.

¹⁸⁴ Cf. Dennett (1987c, p. 50).

(v) *Múltipla exemplificabilidade, holismo e funcionalismo*. Concordamos com Dennett no que tange à tese da múltipla exemplificabilidade, ao holismo e ao funcionalismo sobre a categoria (a), em seus aspectos gerais e mesmo em alguns pormenores. Relativamente a tais teses, as abordagens em questão divergem, sobretudo, acerca do mentalismo, mais uma vez.

A tese da múltipla exemplificabilidade transparece na visão de ambas as abordagens de que sistemas de múltiplas constituições físicas podem satisfazer, igualmente, predicções relativas a tal categoria. Concordamos, por exemplo, que uma predição atribuindo o querer proteger-se ou alimentar-se, e uma atribuindo o crer que há coisas perigosas ou alimentos nas adjacências, podem, em princípio, ser verdadeiras de sistemas tão fisicamente díspares quanto bactérias, insetos, reptéis, mamíferos, etc. Para Dennett, essa múltipla exemplificabilidade não se dá necessariamente em razão de os sistemas compartilharem alguma propriedade, na medida em que seu funcionalismo é de exemplares, e não de tipos. Já na abordagem que esboçamos, deixamos em aberto se é ou não plausível um funcionalismo de tipos (posto que se trata de uma questão, em parte, empírica, se há funções em geral compartilhadas pelas relações comportamentais que constituem condições de verdade dessas predicções).

No que tange ao holismo, trata-se de outra similaridade, como já salientamos em (2.2). Segundo Dennett, as atribuições a partir da postura intencional não são singulares, antes, implicitamente, sendo acompanhadas de uma massa de outras. Concordamos com essa ideia geral, abstraída da dimensão mentalista que o autor a ela dá¹⁸⁵.

Por fim, ambas as abordagens sugerem que as predicções em questão remetem a entidades que possuem funções, inclusive no sentido de função conforme a análise etiológica. Por isso, trata-se de versões do teleofuncionalismo. Porém, como salientamos na observação sobre a concordância quanto à tese geral da múltipla exemplificabilidade, deixamos em aberto a plausibilidade de um funcionalismo de tipos, diferentemente de Dennett. A diferença principal quanto ao funcionalismo, entre as duas abordagens, é a respeito da tese mentalista; pois, enquanto as funções às quais as predicções em questão remetem, segundo Dennett, são de partes do sistema, sugerimos que as funções relevantes são dos próprios comportamentos.

Em suma, as duas perspectivas convergem em vários aspectos e contrastam, principalmente, quanto à tese mentalista. Elas divergem sobre a mereologia das predicções psicológicas intencionais. Concordam quanto a boa parte da extensão de aplicabilidade destas, diferindo em que sugerimos não ser o caso que tal extensão compreenda coisas como partes

¹⁸⁵ Cf. Dennett (1969, p. 31-32, 1978b, p. 19).

de seres vivos, meros artefatos humanos e partes deles, salvo, eventualmente, robôs que exibam comportamentos em sentido próprio. Concordam que aquilo que o sistema faz constitui condições de verdade dessas predicções e que estas têm um caráter disposicional, mas Dennett, ainda assim, sugere uma forma de mentalismo. Além disso, convergem em serem materialismos sem reducionismo, com a diferença de que Dennett sustenta um materialismo mentalista. Por fim, convergem sobre a múltipla exemplificabilidade, o holismo e o telefuncionalismo, mas, novamente, com o referido contraste, além de, diferentemente de Dennett, deixarmos em aberto a razoabilidade de um telefuncionalismo de tipos.

4.3. Respostas a objeções de Dennett

Creemos que Dennett formula duas objeções principais a abordagens de tipo comportamental sobre o funcionamento das predicções relativas à categoria (a): a objeção holista e a das novidades comportamentais. Procuramos mostrar, nesta seção, por que elas não são cogentes com relação à abordagem que sugerimos. Fazemos isso de modo resumido, posto que essas objeções já estão respondidas – ainda que, no caso da segunda, apenas de modo implícito – no Capítulo II e na seção (1.5), respectivamente.

(i) *A objeção holista.* Segundo esta objeção, abordagens comportamentais colidem com o fato de que a veracidade de predicções em questão implica a veracidade de uma cadeia de outras, sobre uma massa de entidades internas responsáveis pelo comportamento:

Convida-se a refletir sobre a impossibilidade de haver algum estado de coisas físico que estaria em vigor sempre e apenas quando alguém estivesse dizendo que está chovendo [...]. Se uma atividade tão manifesta quanto o dizer que algo é o caso não é sujeita a paráfrases comportamentais ['behavioral'], extensionais, que esperança há para tais fenômenos ocultos, privados, como o crer e o imaginar? [...] Um panorama dos outros idiomas ['idioms'] intencionais e mesclados mostra que o uso de qualquer um deles tem implicações sobre crenças e intenções, de modo que o círculo que impede uma paráfrase comportamental de enunciados de crença e de intenção infecta todo o reino do intencional. (DENNETT, 1969, p. 31-32; trad. nossa)

Esta objeção não é cogente com relação ao que propomos, por duas razões. A primeira razão é que ela, se dirigida ao que propomos, comete petição de princípio, pois assume, de antemão, o que negamos. O holismo é uma característica de (a), a questão antes sendo qual é a melhor maneira de representá-lo, o que não requer necessariamente que seja uma maneria mentalista. A segunda razão é de que a objeção pressupõe que abordagens comportamentais procurem reduzir predicções deste tipo a predicções puramente extensionais, o que não é o caso

daquela que delineamos.

(ii) *Novidades comportamentais*. Dennett alega que a seleção natural e a seleção de padrões operantes não são o suficiente para explicar certas novidades comportamentais; nomeadamente, aquelas em que o comportamento não tenha sido, anteriormente, selecionado (isto é, reforçado): “[P]ermanecem áreas do comportamento humano que se mostram completamente intratáveis ao modo de análise de Skinner. Não surpreendentemente, essas são as áreas de ação deliberada, intencional”¹⁸⁶. Por exemplo, Dennett (1978d, p. 67) diz que o caso de uma pessoa que nunca tenha aprendido a, especificamente, entregar o dinheiro a um assaltante que lhe exigisse, mas que viesse a fazê-lo diante dessa situação, exibiria, *ipso facto*, um comportamento que não se deixaria explicar por referência a uma história de reforço e de punição. Disso se seguiria que predicções psicológicas intencionais, nesses casos, não se referem a relações operantes. Dennett propõe que, ao invés, dizem respeito a processos de pré-seleção de comportamentos, realizados em um “ambiente interno” (expressão do autor). Os seres humanos e alguns outros vertebrados, segundo o autor, não são apenas “criaturas skinnerianas” (sua expressão), mas também “popperianas” (sua expressão), “criaturas cujos cérebros têm o potencial de ganhar a forma de [‘of be shaped into’] ambientes internos com destreza pré-seletiva”¹⁸⁷. Ou seja, o autor propõe que alguns comportamentos desses sistemas são pré-selecionados ou extintos em seus cérebros, conforme seus propósitos, crenças e atributos semelhantes¹⁸⁸.

Esta objeção pode ser representada, aproximadamente, do seguinte modo:

- (1) Suponha-se que as predicções psicológicas intencionais funcionassem pela remissão a relações operantes ou respondentes, e não, propriamente, a entidades cerebrais e afins. [Hipótese]
- (2) Se as predicções psicológicas intencionais funcionassem pela remissão a relações operantes ou respondentes, e não, propriamente, a entidades cerebrais e afins, então o porquê dos comportamentos novos propositivos seria explicável, suficientemente, por referência a histórias filogenéticas e histórias de reforço e de punição. [Premissa]
- (3) Logo, o porquê dos comportamentos novos propositivos seria explicável, suficientemente, por referência a histórias filogenéticas e histórias de reforço e de

¹⁸⁶ Dennett (1978d, p. 66; trad. nossa).

¹⁸⁷ Dennett (1995, p. 376; trad. nossa).

¹⁸⁸ Cf., por exemplo, Dennett (1969, p. 62-63, 1978d, p. 66-67, 1995, p. 370ss).

- punição. [De (1) e (2), *modus ponens*]
- (4) Se o porquê dos comportamentos novos propositivos fosse explicável, suficientemente, por referência a histórias filogenéticas e histórias de reforço e de punição, então eles seriam oriundos de reforço direto deles. [Premissa]
- (5) Logo, os comportamentos novos propositivos seriam oriundos de reforço direto deles. [De (3) e (4), *modus ponens*]
- (6) Alguns comportamentos novos propositivos não são oriundos de reforço direto deles. [Premissa]
- (7) Logo, os comportamentos novos propositivos seriam e não seriam oriundos de reforço direto deles. [De (5) e (6), introdução da conjunção]
- (8) Logo, as predicções psicológicas intencionais não funcionam pela remissão a relações operantes ou respondentes, ao invés de, propriamente, a entidades cerebrais e afins. [De (1) e (7), *reductio ad absurdum*]

Consideramos que tal objeção não é cogente porque, como Cleaveland (2002) salienta, o que é afirmado na premissa (4) é algo equivocado. Ou seja, não é o caso que operantes advenham apenas de seleção direta. Conforme indicamos na seção (1.5), há casos de operantes análogos a exaptações filogenéticas. Isso significa que há casos em que eles emergem a partir da cooptação (isto é, agregação) de outros padrões de comportamento (sejam operantes ou respondentes); e, provavelmente, há também operantes que emergem a partir de fatores meramente aleatórios. No caso do exemplo mencionado por Dennett, a pessoa pode nunca antes ter entregue seu dinheiro diante de uma ameaça como aquela, ou nunca ter sido instruída a fazê-lo; mas há razões para inferirmos que tenha emitido o comportamento de entregar um objeto diante de ameaça ou de autoridade, selecionado no passado (por exemplo, em brincadeiras quando era criança)¹⁸⁹. Não é preciso ir além da herança filogenética e das contingências de reforço e de punição para explicarmos comportamentos novos como aquele mencionado pelo autor¹⁹⁰.

Em suma, procuramos mostrar que nenhuma das duas objeções examinadas nesta seção é cogente com relação à abordagem que delineamos. A primeira é a encontrada objeção holista, que já havíamos respondido no Capítulo II. A segunda objeção apoia-se na

¹⁸⁹ Cf. também Baum e Heath (1992, p. 1315).

¹⁹⁰ Este parágrafo é extraído, com modificações, de Lazzeri (*no prelo 2*).

suposição equivocada de que um comportamento operante sempre advém de seleção direta para ele.

4.4. Objeções à abordagem de Dennett

Por fim, levantamos duas objeções à abordagem de Dennett, a saber: (i) um dilema indicando que a incoerência nela sobre a mereologia das predicções psicológicas intencionais é problemática; e (ii) uma objeção segundo a qual o elemento mentalista se revela redundante ou supérfluo nela.

(i) *Mereologia*. Julgamos que a abordagem de Dennett enfrenta um dilema, a partir de sua incoerência, apontada em (4.2), sobre a mereologia das predicções psicológicas intencionais. Ou a abordagem mantém que essas predicções são próprias do sistema inteiro que se comporta, ou que não o são. Se ela mantém que essas predicções não recaem apenas sobre o sistema inteiro, então fere a lógica destas (pelas razões que salientamos em vários momentos deste trabalho) e revela-se implausível. Por outro lado, se ela mantém que essas predicções recaem apenas sobre o sistema inteiro, então revela-se incoerente com sua tese de que crenças, intenções, etc. são entidades (ainda que *abstracta*, na acepção de Reichenbach) próprias do interior do sistema. Portanto, a abordagem fere a lógica dessas predicções (e, assim, revela-se não estar correta), ou é incoerente com sua tese mentalista (e, assim, não estar correta). Em qualquer caso, segue-se que não está correta.

(ii) *Redundância*. Como salientamos na seção (4.1), Dennett baseia-se na tese de que os comportamentos e aspectos ambientais prevalecem como condições de verdade das predicções psicológicas intencionais, relativamente ao que se passe no nível subpessoal. No entanto, ao mesmo tempo, sugere que elas dizem respeito a eventos do nível subpessoal, a realidade que capturam sendo entendida como tais eventos. Porém, a conjunção dessas duas teses é redundante ou supérflua, pois a primeira tese já é suficiente (pelo menos se aprimorada com uma análise mais adequada da noção de comportamento) para representar a maneira como essas predicções desempenham suas funções. Dennett considera que não o seja, provavelmente em razão de sua objeção sobre novidades comportamentais, a qual respondemos em (4.3). Portanto, se nossa resposta a tal objeção estiver correta, o elemento mentalista releva-se redundante ou supérfluo na abordagem que propõe. A redundância evidencia-se pelo fato de que, do ponto de vista dela, se um sistema emite certos comportamentos em circunstâncias apropriadas, então é porque possui certas crenças,

intenções e atributos correlatos, entendidos (ainda que com qualificação) como fenômenos internos que causam aqueles comportamentos; e se perguntamos a ela por que este sistema possui tais crenças, intenções e atributos correlatos, responde que é por emitir certos comportamentos nas condições apropriadas.

Em suma, a abordagem de Dennett enfrenta algumas dificuldades. Uma delas é ser incoerente quanto à mereologia das predicções psicológicas intencionais, o que a leva ao dilema de ferir as regras de funcionamento delas, ou de ser incoerente com sua tentativa de retenção de um mentalismo, e, logo, em qualquer caso, revela-se não estar correta. Além disso, a conjunção na abordagem entre a tese de que comportamentos prevalecem como condições de verdade dessas predicções e a tese mentalista mostra-se uma conjunção redundante ou supérflua.

CONCLUSÃO

Os resultados deste trabalho, em grande parte, estão sumarizados nos últimos parágrafos de suas respectivas seções. Apresentamos, agora, um resumo de resultados principais em conjunto. Vários deles devem ser entendidos como sendo condicionais, da forma “Se os argumentos oferecidos, para o seguinte, estiverem corretos, então...”, embora abreviemos, aqui, o antecedente.

As predicções psicológicas ordinárias incidem apenas sobre o sistema como um todo. Rachlin tem pelo menos um argumento em favor disso, argumento relacionado com a premissa de que há múltiplas partes do corpo inteiro sendo ativadas na realização dos comportamentos e de que não há regiões do cérebro invariavelmente ativas em tal realização. A melhor reconstituição desse raciocínio torna-o correto, caso sua premissa empírica se mostre verdadeira. Há melhores razões em favor da referida tese, uma delas relacionada aos critérios de aplicação das predicções em questão. No “nicho” próprio delas – as práticas linguísticas cotidianas –, esses critérios são relações entre comportamentos e situações do ambiente maior, as quais são exemplificadas apenas pelo sistema como um todo, e não por suas partes. Além disso, de modo mais geral, uma análise de sua lógica revela que esta exclui partes do corpo como seus sujeitos; simplesmente, é um contrassenso dizer algo como “O cérebro do leão gosta de caçar presas”, “O cérebro do pombo está com sede” e “O cérebro da pessoa é gentil”.

As predicções relativas às categorias (a), (b) e grande parte de (d) – isto é, relativas, respectivamente, ao que têm sido chamado de atitudes proposicionais, a afecções e a traços de caráter –, às quais majoritariamente nos detemos neste trabalho, têm como condições de verdade relações entre comportamentos e situações do ambiente maior. Isso porque, por exemplo, ao considerarmos essas relações, dizemos que vemos nelas os atributos mesmos aos quais nos remetemos com essas categorias, e não meros sinais deles. É um contrassenso observar alguém sentando-se diante de um prato de comida, começar a comer com rapidez e voracidade, repor a comida várias vezes e ainda dizer: “São apenas comportamentos; seu desejo de saciar-se está oculto”. Além disso, são relações desse tipo, estendidas no tempo, que constituem o tribunal último da veracidade dessas predicções, e não o que se passa em algum outro nível da realidade. Some-se a isso que tais linhas de raciocínio são plenamente coerentes

com outras propriedades dessas categorias; por exemplo, propriedades relacionadas ao seu caráter disposicional e heterogêneo, à distinção entre a aplicação genuína de predicções formadas por elas e sua aplicação meramente por cortesia a um simples ator que não compartilha o que interpreta, além de à ocultação dos atributos aos quais dizem respeito, diante de situações em que sua manifestação seria constrangedora, etc.

Não só relações operantes, mas também respondentes constituem, algumas vezes, condições de verdade das predicções em questão. As predicções sobretudo a respeito de afecções costumam envolver ocorrências involuntárias e que podem ser penosas, agudas, prazerosas e assim por diante, as quais transparecem, por exemplo, na fisiologia do organismo, em expressões faciais, tonalidades da voz e tremores do corpo. Há evidências de que tais reações costumam formar relações respondentes (incondicionadas ou condicionadas), embora seja verdade, igualmente, que, por vezes, ganhem a forma de operantes.

É razoável que haja comportamentos não manifestos que componham padrões de comportamento, tanto operantes como respondentes; e que, assim, estejam envolvidos, às vezes, nos fenômenos aos quais nos remetemos através das predicções psicológicas comuns. Entendemos comportamentos não manifestos como aqueles de observabilidade pública relativamente limitada, mas que possuem as mesmas feições ontológicas dos comportamentos manifestos (os tipos de relações que formam e os fatores causais pelos quais são regidos). Esta é uma maneira de abrigar algumas intuições comuns a respeito das categorias em questão; por exemplo, intuições segundo as quais fenômenos como o de raciocinar e de refletir podem dar-se através de uma “conversa” consigo mesmo; o estar com calor ou irritado pode envolver reações orgânicas que não cheguem a ser bastante perceptíveis na parte externa do corpo; etc. Rachlin rejeita a ideia de comportamentos não manifestos em sua abordagem provavelmente por pressupor que ela implique em mentalismo, quando, na verdade, uma análise em termos desta caracterização mostra-se congruente com delineamentos como os outros de sua abordagem sobre essas predicções. É verdade que a associação de Skinner dos comportamentos não manifestos à noção de privacidade é conceitualmente problemática, mas a análise que oferecemos é independente de tal associação.

Padrões operantes e respondentes de comportamento tendem a exibir funções. Sugerimos, em especial, que esses padrões satisfazem à análise etiológica da noção de função, conforme desenvolvida por Wright (1973) e Millikan (1984, 1993a), dentre outros autores.

Deixamos em aberto se há certos comportamentos operantes e respondentes que não exibem funções, alguns sendo análogos a exaptações filogenéticas. Assim, há razões em apoio da tese de que predicções psicológicas ordinárias costumam dizer respeito a entidades que exibem funções. Isso nos permite entender em termos evolucionistas e sem a noção de causal final a ideia de Rachlin de que tais predicções referem-se ao porquê de comportamentos, e não à maneira como eles ocorrem.

A tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo são teses frequentemente formuladas pressupondo-se o mentalismo. Fala-se na tese da múltipla exemplificabilidade em termos de uma predicação psicológica comum poder, em princípio, ser verdadeira a respeito de vários tipos de entidades internas que causam os comportamentos que ela supõe explicar ou predizer. Fala-se do holismo em termos de uma predicação psicológica comum verdadeira implicar a veracidade de uma massa de outras predicções psicológicas comuns, designando entidades do interior do corpo responsáveis causalmente pelos comportamentos que a primeira supõe explicar ou predizer. O funcionalismo costuma ser caracterizado em termos de uma predicação psicológica comum referir-se a entidades do interior do corpo em razão de terem uma ou mais funções de causar esses comportamentos e outras entidades internas similares, a partir de certos estímulos.

Essas teses admitem formulações neutras quanto ao mentalismo. A ideia da múltipla exemplificabilidade das predicções psicológicas comuns é de que podem, em princípio, ser satisfeitas por diversos tipos de entidades de determinado nível inferior. O holismo é a tese de que uma predicação psicológica comum verdadeira implica a veracidade de uma massa de outras predicções psicológicas comuns sobre o mesmo sistema em que incide. O funcionalismo é a tese de que as predicções em questão têm como condições de verdade entidades que exibem funções.

Não chegamos a afirmar, categoricamente, que haja compatibilidade dessas teses com a abordagem aqui esboçada, mas que há bons indícios em favor disso. A compatibilidade com a tese da múltipla exemplificabilidade está relacionada ao fato de padrões operantes e respondentes poderem ser formados por comportamentos de, em princípio, diversas propriedades físicas. Entendemos o holismo em termos de congruência de padrões de comportamento relevantes ao longo do tempo. Por fim, a compatibilidade com o funcionalismo está relacionada ao fato de essas entidades possuírem funções.

Compartilhamos com a teoria causal da mente de Armstrong e Lewis o não epifenomenalismo, o materialismo, a tese da múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo; mas apenas em um nível geral, pois eles sustentam todas essas teses em termos de uma forma de mentalismo. A abordagem aqui esboçada difere da teoria causal da mente também quanto à noção de comportamento e quanto ao que chama de conexões lógicas das predicções psicológicas ordinárias com comportamentos e circunstâncias. Várias ponderações foram aqui levantadas a paralelos traçados por Armstrong e Lewis entre sua abordagem e o que entendem por behaviorismo.

As objeções de Armstrong e Lewis a abordagens comportamentais não são cogentes relativamente àquela que propomos. A objeção da negação do mentalismo é implausível, posto que comete petição de princípio. A objeção dos “contrafactuais suspensos no ar” alega que uma perspectiva como a de Ryle, o que é o caso da que propomos, deixa em aberto quais são os aspectos da realidade que fazem os contrafactuais abreviados pelas predicções em questão ser verdadeiros, enquanto deve estar claro que salientamos quais são esses aspectos; nomeadamente, relações típicas (e, em casos de predicções sobre sensações, inclusive relações efetivas) entre comportamentos e situações ambientais ao longo do tempo. A objeção de que há fenômenos psicológicos sem haver relações comportamentais baseia-se em exemplos implausíveis (como o do cérebro isolado e o da parálise). Por fim, a do “ator perfeito” tem a premissa equivocada de que, se uma perspectiva comportamental fosse correta, então, necessariamente, se um ator imitasse perfeitamente os comportamentos de alguém, então possuiria os mesmos atributos psicológicos deste; a premissa é implausível na medida em que é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de comportamento do imitado, ou é falso que o ator estaria apenas imitando.

A abordagem de Armstrong e Lewis enfrenta uma série de dificuldades. Dentre as quais, estão as seis seguintes: ela infringe a mereologia das predicções psicológicas comuns; fere características associadas ao caráter disposicional que boa parte dessas predicções possui; faz uma atribuição do porquê dos comportamentos que explicamos e predizemos através das predicções em questão a entidades cerebrais e similares, que é problemática; vincula todos os comportamentos admitidos por contrafactuais sumarizados por uma predicção psicológica ordinária a uma causa interna compartilhada, o que é pouco provável, dado o caráter heterogêneo de tais contrafactuais; mostra-se redundante; e não distingue

suficientemente entre funções de atributos psicológicos e aspectos contingentes ou acidentais deles.

A abordagem aqui esboçada converge em vários aspectos com a de Dennett e diverge sobretudo quanto à tese mentalista. A perspectiva de Dennett sobre a mereologia das predicções psicológicas intencionais não parece ser consistente, ao passo que afirmamos que elas têm como extensão apenas o sistema inteiro. Como Dennett, sugerimos que a extensão de aplicabilidade das predicções psicológicas intencionais (e, acrescentamos ainda, pelo menos várias daquelas de outras das categorias) abrange os seres vivos em geral; mas, diferentemente de Dennett, julgamos ser irrazoável que a extensão de aplicabilidade delas abranja também artefatos humanos, como computadores domésticos e termostatos (e partes constitutivas deles e dos seres vivos), salvo, eventualmente, robôs que exibam comportamentos realmente (para além de simples *outputs*). Concordamos com Dennett que comportamentos formam condições de verdade dessas predicções (e, acrescentamos, condições de verdade inclusive daquelas de outras categorias) e que tais predicções possuem feições disposicionais (por exemplo, não correspondem, inteiramente, a algo com localização discreta); mas Dennett, ainda assim, sugere uma forma de mentalismo. Ambas as abordagens, além disso, convergem sobre o materialismo, a múltipla exemplificabilidade, o holismo e o funcionalismo, inclusive sobre o teleofuncionalismo, mas com o contraste que mencionamos.

As objeções de Dennett examinadas neste trabalho não são cogentes com relação à abordagem que propomos. A objeção holista comete petição de princípio, além de pressupor que abordagens comportamentais proponham-se a fazer reduções extensionalistas, quando, na verdade, apenas algumas o fazem e a nossa é uma que não o faz. Já a objeção das novidades comportamentais tem a premissa equivocada de que um comportamento operante sempre advém de seleção direta para ele.

A abordagem de Dennett tem alguns problemas. Dentre eles, estão o de ser levada a transgredir as regras de funcionamento de tais predicções, ou a ser incoerente com sua tentativa de retenção de um mentalismo; e o de sustentar uma conjunção que é redundante ou supérflua, entre a tese de que comportamentos prevalecem como condições de verdade dessas predicções e a tese mentalista.

Por fim, vale ressaltar, novamente, que os argumentos e teses aqui apresentados, no delineamento de uma abordagem a respeito das categorias psicológicas ordinárias, devem ser

entendidos como um trabalho em construção e maleável, a ser aprofundado e expandido (possivelmente inclusive por outros autores). Algo, em especial, que temos a expectativa de elaborar, para tanto, é um conjunto de argumentos e teses (e, desta maneira, modelos) sobre subcategorias de (c), isto é, sobre subcategorias das predicções relativas aos assim chamados processos cognitivos; mesmo porque o holismo indica que possuem conexões importantes entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, P. C. Nagel e os Limites de um Reduccionismo Fisicalista. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, 15 (1), p. 223-244, 2005.
- ABRANTES, P. C. La Imagen Filosófica de los Agentes Humanos y la Evolución en el Linaje Homínido. *No prelo*.
- ABRANTES, P. C.; AMARAL, F. Funcionalismo e Causação Mental. *Manuscrito*, 25 (special number), p. 13-45, 2002.
- ALESSI, G. Models of Proximate and Ultimate Causation in Psychology. *American Psychologist*, 47 (11), p. 1359-1370, 1992.
- ARMSTRONG, D. M. *A Materialist Theory of the Mind*. London: Routledge, 1968.
- ARMSTRONG, D. M. The Nature of Mind. In: BLOCK, N. (ed.). *Readings in Philosophy of Psychology*. Vol. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980, p. 191-199. (Trabalho originalmente publicado em 1970.)
- ARMSTRONG, D. M. Consciousness and Causality. In: _____; MALCOLM, N. *Consciousness and Causality: A Debate on the Nature of Mind*. Oxford: Blackwell, 1984, p. 103-191.
- ARMSTRONG, D. M. *The Mind-Body Problem: An Opinionated Introduction*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.
- ARTIGA, M. Learning and Selection Processes. *Theoria*, 25 (68), p. 197-208, 2010.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Ed. by J. O. Urmson; M. Sbisà. 2nd ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975 [1962].
- BAUM, W. M. New Paradigm for Behavior Analysis: A Review of *Behavior and Mind* by Howard Rachlin. *Behavior Analyst*, 20 (1), p. 11-15, 1997.
- BAUM, W. M. Two Stumbling Blocks to a General Account of Selection: Replication and Information. *Behavioral and Brain Sciences*, 24 (3), p. 528, 2001.
- BAUM, W. M. The Molar View of Behavior and its Usefulness in Behavior Analysis. *Behavior Analyst Today*, 4 (1), p. 78-81, 2003.
- BAUM, W. M. *Compreender o Behaviorismo: Comportamento, Cultura e Evolução*. Trad. de M. T. A. Silva *et al.* 2^a ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006 [1994].
- BAUM, W. M.; HEATH, J. L. Behavioral Explanations and Intentional Explanations in

- Psychology. *American Psychologist*, 47 (11), p. 1312-1317, 1992.
- BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. *Philosophical Foundations of Neuroscience*. Oxford: Blackwell, 2003.
- BLOCK, N. What is Functionalism? In: _____. (ed.). *Readings in Philosophy of Psychology*. Vol. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980, p. 171-184.
- BRADDON-MITCHELL, D.; JACKSON, F. *Philosophy of Mind and Cognition: An Introduction*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 2007 [1996].
- CHALMERS, D. J. Facing Up to the Problem of Consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 2 (3), p. 200-219, 1995.
- CHEDIAK, K. Funções e Explicações Funcionais em Biologia. In: ABRANTES, P. C. (ed.). *Filosofia da Biologia*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011, p. 83-96.
- CHIESA, M. *Radical Behaviorism: The Philosophy and the Science*. Boston: Authors Cooperative, 1994.
- CHISHOLM, R. M. *Perceiving: A Philosophical Study*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1957.
- CHURCHLAND, P. M. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. *Journal of Philosophy*, 78 (2), p. 67-90, 1981.
- CHURCHLAND, P. M. *Matter and Consciousness: A Contemporary Introduction to the Philosophy of Mind*. 2nd ed. Cambridge, MA: MIT Press, 1988 [1984].
- CLARK, A.; CHALMERS, D. J. The Extended Mind. *Analysis*, 58 (1), p. 7-19, 1998.
- CLEAVELAND, J. M. Beyond Trial-and-Error in a Selectionist Psychology. *Behavior and Philosophy*, 30, p. 73-99, 2002.
- DAVIDSON, D. Mental Events. In: _____. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press, 1980, p. 207-227. (Trabalho originalmente publicado em 1970.)
- DAVIDSON, D. What is Present to the Mind? In: _____. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, 2001a, p. 53-67. (Artigo originalmente publicado em 1989.)
- DAVIDSON, D. Indeterminism and Antirealism. In: _____. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, 2001b, p. 69-84. (Trabalho originalmente publicado em 1997.)
- DENNETT, D. *Content and Consciousness*. London: Routledge, 1969.

- DENNETT, D. *Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1978a.
- DENNETT, D. Intentional Systems. In: _____. *Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1978b, p. 3-22. (Artigo originalmente publicado em 1971.)
- DENNETT, D. Reply to Arbib and Gunderson. In: _____. *Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1978c, p. 23-38.
- DENNETT, D. Skinner 'Skinned'. In: _____. *Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1978d, p. 53-70.
- DENNETT, D. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987a.
- DENNETT, D. True Believers: The Intentional Strategy and Why it Works. In: _____. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987b, p. 13-42. (Trabalho originalmente publicado em 1981.)
- DENNETT, D. Three Kinds of Intentional Psychology. In: _____. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987c, p. 43-81. (Trabalho originalmente publicado em 1981.)
- DENNETT, D. Making Sense of Ourselves. In: _____. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987d, p. 83-116. (Artigo originalmente publicado em 1981.)
- DENNETT, D. Real Patterns. *Journal of Philosophy*, 88 (1), 27-51, 1991a.
- DENNETT, D. Two Contrasts: Folk Craft versus Folk Science and Belief versus Opinion. In: GREENWOOD, J. D. (ed.). *The Future of Folk Psychology: Intentionality and Cognitive Science*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991b, p. 135-148.
- DENNETT, D. Dennett, Daniel. In: GUTTENPLAN, S. D. (ed.). *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford: Blackwell, 1994, p. 236-244.
- DENNETT, D. *Darwin's Dangerous Idea: Evolution and the Meanings of Life*. New York: Simon & Schuster, 1995.
- DENNETT, D. *Kinds of Minds: Toward and Understanding of Consciousness*. New York: Basic Books, 1996.
- DENNETT, D. Philosophy as Naive Anthropology: Comment on Bennett and Hacker. In: BENNETT, M. R. et al. *Neuroscience and Philosophy: Brain, Mind, and Language*. New York: Columbia University Press, 2007, p. 73-95.

- DRETSKE, F. *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.
- DUTRA, L. H. de A. Propositional Attitudes, Intentionality, and Lawful Behaviors. *Principia*, 7 (1-2), p. 93-114, 2003.
- DUTRA, L. H. de A. Comportamento Intencional e Contextos Sociais: Uma Abordagem Nomológica. *Abstracta*, 2 (2), p. 102-128, 2006.
- ENGEL, P. Le 'Paternalisme' de Dennett. *Philosophiques*, 22 (2), p. 197-212, 1995.
- EPSTEIN, R. The Spontaneous Interconnection of Four Repertoires of Behavior in a Pigeon (*Columba livia*). *Journal of Comparative Psychology*, 101 (2), p. 197-201, 1987.
- EPSTEIN, R.; KIRSHNIT, C. E.; LANZA, R. P.; RUBIN, L. C. 'Insight' in the Pigeon: Antecedents and Determinants of Intelligent Performance. *Nature*, 308 (1), p. 61-62, 1984.
- FODOR, J. A. *Psychological Explanation: An Introduction to the Philosophy of Psychology*. New York: Random House, 1968.
- FODOR, J. A. *The Language of Thought*. New York: Crowell, 1975.
- FOXALL, G. Intentional Behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 35, p. 1-55, 2007.
- FUNKHOUSER, E. A Liberal Conception of Multiple Realizability. *Philosophical Studies*, 132 (3), p. 467-494, 2007.
- GEACH, P. T. *Mental Acts: Their Content and their Objects*. London: Routledge, 1957.
- GLOCK, H. J. Intentionality and Language. *Language and Communication*, 21 (2), p. 105-118, 2001.
- GODFREY-SMITH, P. A Modern History Theory of Functions. *Noûs*, 28 (3), p. 344-362, 1994.
- GODFREY-SMITH, P. The Role of Information and Replication in Selection Processes. *Behavioral and Brain Sciences*, 24 (3), p. 538, 2001.
- GOULD, S. J.; LEWONTIN, R. C. The Spandrels of San Marco and the Panglossian Paradigm: A Critique of the Adaptationist Programme. *Proceedings of the Royal Society of London*, B 205 (1161), p. 581-598, 1979.
- GOULD, S. J.; VRBA, E. S. Exaptation: A Missing Term in the Science of Form. *Paleobiology*, 8 (1), p. 4-15, 1982.
- HACKER, P. M. S. Is There Anything it is Like to Be a Bat? *Philosophy*, 77 (300), p. 157-

- 174, 2002.
- HEIL, J. *Philosophy of Mind: A Contemporary Introduction*. 2nd ed. London: Routledge, 2004 [1998].
- HEMPEL, C. G. The Logical Analysis of Psychology. Trans. by W. Sellars. In: BLOCK, N. (ed.). *Readings in Philosophy of Psychology*. Vol. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980, p. 14-23. (Artigo originalmente publicado em 1935.)
- HULL, D. L.; LANGMAN, R. E.; GLENN, S. S. A General Account of Selection: Biology, Immunology, and Behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, 24 (3), p. 511-573, 2001.
- JACKSON, F.; PARGETTER, R.; PRIOR, E. W. Functionalism and Type-Type Identity Theories. *Philosophical Studies*, 42 (2), p. 209-225, 1982.
- KITCHENER, R. F. Behavior and Behaviorism. *Behaviorism*, 5 (2), p. 11-71, 1977.
- LAZZERI, F. Múltipla Exemplificação, Holismo e Funcionalismo sobre Predicações Psicológicas. Texto completo em *Anais do VI Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar. No prelo 1*.
- LAZZERI, F. Um Balanço de Parte da Teoria dos Sistemas Intencionais de Dennett. *Psicologia: Teoria e Pesquisa. No prelo 2*.
- LAZZERI, F.; OLIVEIRA-CASTRO, J. M. Um Exame de Objeções a Ryle sobre o Funcionamento dos Termos Psicológicos Intencionais. *Abstracta*, 6 (1), p. 42-64, 2010a.
- LAZZERI, F.; OLIVEIRA-CASTRO, J. M. Termos Psicológicos Disposicionais e Análise do Comportamento. *Princípios*, 17 (28), p. 155-183, 2010b.
- LECLERC, A. Mente e 'Mente'. *Revista de Filosofia Aurora*, 22 (30), p. 13-26, 2010.
- LEE, V. L. Behavior as a Constituent of Conduct. *Behaviorism*, 11 (2), p. 199-224, 1983.
- LEWIS, D. K. An Argument for the Identity Theory. *Journal of Philosophy*, 61 (1), 17-25, 1966.
- LEWIS, D. K. Psychophysical and Theoretical Identifications. *Australasian Journal of Philosophy*, 50 (3), p. 249-258, 1972.
- LEWIS, D. K. Mad Pain and Martian Pain. In: BLOCK, N. (ed.). *Readings in Philosophy of Psychology*. Vol. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980, p. 216-222.
- LEWIS, D. K. Reduction of Mind. In: GUTTENPLAN, S. D. (ed.). *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford: Blackwell, 1994, p. 412-431.
- LOGUE, A. W. Form, Function, and Self-Control. *Behavioral and Brain Sciences*, 18 (1), p.

- 136, 1995.
- LYCAN, W. G. Form, Function, and Feel. *Journal of Philosophy*, 78 (1), p. 24-50, 1981.
- LYCAN, W. G. Functionalism (1). In: GUTTENPLAN, S. D. (ed.). *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford: Blackwell, 1994, p. 317-323.
- MALCOLM, N. Consciousness and Causality. In: ARMSTRONG, D. M.; MALCOLM, N. *Consciousness and Causality: A Debate on the Nature of Mind*. Oxford: Blackwell, 1984, p. 1-101.
- MASLIN, K. T. *An Introduction to the Philosophy of Mind*. 2nd ed. Cambridge, UK: Polity, 2007 [2001].
- MAYR, E. Cause and Effect in Biology. *Science*, 134 (11), p. 1501-1506, 1961.
- MAZUR, J. E. *Learning and Behavior*. 6th ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2006 [1986].
- MILLIKAN, R. G. *Language, Thought, and other Biological Categories: New Foundations for Realism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.
- MILLIKAN, R. G. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993a.
- MILLIKAN, R. G. Thoughts without Laws. In: _____. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993b, p. 51-82. (Artigo originalmente publicado em 1986.)
- MILLIKAN, R. G. In Defense of Proper Functions. In: _____. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993c, p. 13-29. (Artigo originalmente publicado em 1989.)
- MILLIKAN, R. G. Propensities, Exaptations, and the Brain. In: _____. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993d, p. 31-50.
- MILLIKAN, R. G. What is Behavior? A Philosophical Essay on Ethology and Individualism in Psychology, Part 1. In: _____. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993e, p. 135-150.
- MOORE, J. *Conceptual Foundations of Radical Behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan, 2008.
- NAGEL, T. What is it Like to be a Bat? *Philosophical Review*, 83 (4), 435-450, 1974.
- NAKAJIMA, S.; SATO, M. Removal of an Obstacle: Problem-Solving Behavior in Pigeons.

- Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 59 (1), p. 131-145, 1993.
- NEANDER, K. Functions as Selected Effects: The Conceptual Analyst's Defense. *Philosophy of Science*, 58 (2), p. 168-184, 1991.
- NUNES-NETO, N. F.; EL-HANI, C. N. O que é Função? Debates na Filosofia da Biologia Contemporânea. *Scientiae Studia*, 7 (3), p. 353-401, 2009.
- OLIVEIRA-CASTRO, J. M. The Negative Function of 'Doing in the Head' and Behavioristic Interpretations of Private Events. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 26 (1), p. 1-21, 2000.
- PALMER, D. C. The Role of Private Events in the Interpretation of Complex Behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, p. 3-19, 2009.
- PAVLOV, I. P. *Conditioned Reflexes: An Investigation of the Physiological Activity of the Cerebral Cortex*. Trans. and ed. by G. V. Anrep. Oxford: Oxford University Press, 1927.
- PLACE, U. T. Is Consciousness a Brain Process? *British Journal of Psychology*, 47 (1), p. 44-50, 1956.
- PUTNAM, H. Minds and Machines. In: _____. *Mind, Language, and Reality: Philosophical Papers*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975a, p. 362-385. (Trabalho originalmente publicado em 1960.)
- PUTNAM, H. Robots: Machines or Artificially Created Life? In: _____. *Mind, Language, and Reality: Philosophical Papers*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975b, p. 386-407. (Artigo originalmente publicado em 1964.)
- PUTNAM, H. The Mental Life of some Machines. In: _____. *Mind, Language, and Reality: Philosophical Papers*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975c, p. 408-428. (Trabalho originalmente publicado em 1967.)
- QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.
- RACHLIN, H. *Behavior and Learning*. San Francisco, CA: Freeman, 1976.
- RACHLIN, H. Pain and Behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, 8 (1), p. 43-83, 1985.
- RACHLIN, H. Mental, Yes; Private, No. In: CATANIA, A. C.; HARNAD, S. (eds.). *The Selection of Behavior*. New York: Cambridge University Press, 1988, p. 200-201.
- RACHLIN, H. *Judgement, Decision, and Choice: A Cognitive/Behavioral Synthesis*. New York: Freeman, 1989.
- RACHLIN, H. *Behavior and Mind: The Roots of Modern Psychology*. New York: Oxford

- University Press, 1994.
- RACHLIN, H. Self-Control: Beyond Commitment. *Behavioral and Brain Sciences*, 18 (1), p. 109-159, 1995.
- RACHLIN, H. What Müller's Law of Specific Nerve Energies says about the Mind. *Behavior and Philosophy*, 33, p. 41-54, 2005.
- RACHLIN, H. A Behavioral Science of Mental Life: Comments on Foxall's 'Intentional Behaviorism'. *Behavior and Philosophy*, 35, p. 131-138, 2007.
- REICHENBACH, H. *Experience and Prediction: An Analysis of the Foundations and the Structure of Knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.
- RINGEN, J. D. Explanation, Teleology, and Operant Behaviorism: A Study of the Experimental Analysis of Purposive Behavior. *Philosophy of Science*, 43 (2), p. 223-256, 1976.
- ROSENTHAL, D. M. Identity Theories. In: GUTTENPLAN, S. D. (ed.). *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford: Blackwell, 1994, p. 348-355.
- ROWLANDS, M. *The Body in Mind: Understanding Cognitive Processes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1999.
- ROWLANDS, M. *Externalism: Putting Mind and World Back Together Again*. Montreal: McGill Queen's University Press, 2003.
- RUNDLE, B. *Mind in Action*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- RUNDLE, B. Objects and Attitudes. *Language and Communication*, 21 (2), p. 143-156, 2001.
- RYLE, G. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson, 1949.
- RYLE, G. Feelings. *Philosophical Quarterly*, 1 (3), p. 193-205, 1951.
- SEARLE, J. Minds, Brains, and Programs. *Behavioral and Brain Sciences*, 3 (3), p. 417-457, 1980.
- SELLARS, W. Empiricism and the Philosophy of Mind. In: _____. *Science, Perception, and Reality*. London: Routledge, 1963, p. 127-196. (Artigo originalmente publicado em 1956.)
- SEPÚLVEDA, C.; MEYER, D.; EL-HANI, C. N. Adaptacionismo. In: ABRANTES, P. C. (ed.). *Filosofia da Biologia*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011, p. 162-192.
- SHAPIRO, L. A. Multiple Realizations. *Journal of Philosophy*, 97 (12), p. 635-654, 2000.
- SHOEMAKER, S. Functionalism and Qualia. *Philosophical Studies*, 27 (5), p. 291-315, 1975.

- SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan, 1953.
- SKINNER, B. F. *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969a.
- SKINNER, B. F. Behaviorism at Fifty. In: _____. *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, p. 221-268, 1969b. (Artigo originalmente publicado em 1963.)
- SKINNER, B. F. The Phylogeny and Ontogeny of Behavior. In: _____. *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, p. 173-217, 1969c. (Artigo originalmente publicado em 1966.)
- SKINNER, B. F. The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response. In: _____. *Cumulative Record: A Selection of Papers*. New York: Appleton-Century-Crofts, 3rd ed., 1972, p. 458-478. (Artigo originalmente publicado em 1935.)
- SKINNER, B. F. *About Behaviorism*. New York: Vintage Books, 1976 [1974].
- SKINNER, B. F. Selection by Consequences. In: CATANIA, A. C.; HARNAD, S. (eds.). *The Selection of Behavior*. New York: Cambridge University Press, 1988, p. 11-20. (Artigo originalmente publicado em 1981.)
- SKINNER, B. F. Can Psychology be a Science of Mind? *American Psychologist*, 45 (11), p. 1206-1210, 1990.
- SMART, J. J. C. Sensations and Brain Processes. *Philosophical Review*, 68 (2), p. 141-156, 1959.
- SOBER, E. Panglossian Functionalism and the Philosophy of Mind. *Synthese*, 64 (2), p. 165-193, 1985.
- STOUT, R. Seeing the Anger in Someone's Face. *Proceedings of the Aristotelian Society Supplementary Volume*, 84, p. 29-43, 2010.
- STRAWSON, P. F. *Analysis and Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- TANNEY, J. Reason-Explanation and the Contents of the Mind. *Ratio*, new series, 18 (3), p. 338-351, 2005.
- TANNEY, J. Reasons as Non-Causal, Context-Placing Explanations. In: SANDIS, C. (ed.). *New Essays on the Explanation of Action*. Hampshire, UK: Macmillan, p. 94-111, 2009.
- TEIXEIRA, J. F. *Mente, Cérebro e Cognição*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 [2000].
- TONNEAU, F. Consciousness Outside the Head. *Behavior and Philosophy*, 32, p. 97-123,

2004.

TOURINHO, E. Z. Private Stimuli, Covert Responses, and Private Events: Conceptual Remarks. *Behavior Analyst*, 29 (1), p. 13-31, 2006.

WALTON, D. N. *Informal Logical: A Handbook for Critical Argumentation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.

WATSON, J. B. *Behaviorism*. 2nd ed. New York: Norton, 1930 [1924].

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Ed. by G. E. Anscombe; R. Rhees; trans. by G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1953.

WRIGHT, L. Functions. *Philosophical Review*, 82 (2), p. 139-168, 1973.